



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

André Nascimento Pontes

A FORMA LÓGICA DE SENTENÇAS DE EXISTÊNCIA

Uma avaliação da abordagem quantificacional

Fortaleza, Março de 2010

André Nascimento Pontes

A FORMA LÓGICA DE SENTENÇAS DE EXISTÊNCIA

Uma avaliação da abordagem quantificacional

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia.

Linha de Pesquisa: Filosofia da Linguagem e do Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Dirk Greimann.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Fortaleza, Março de 2010

Dissertação defendida e avaliada em / / , pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Dirk Greimann – Orientador (UFC)

Prof. Dr. André Leclerc – Examinador (UFC)

Prof. Dr. Guido Imaguire – Examinador (UFRJ)

*Aos meus pais,
que me deram tudo que tenho de mais importante: a vida e os valores.*

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dirk Greimann, por aceitar solícitamente orientar o presente trabalho – mesmo em condições tão adversas –, por sempre ressaltar a necessidade do rigor, objetividade e clareza da pesquisa e por ter sido para mim um exemplo de profissionalismo e disciplina.

Ao Professor Guido Imaguire, por todo apoio que sempre empenhou em todas as etapas de realização do presente trabalho, por ter me guiado de forma tão didática em meus primeiros passos em Filosofia Analítica, pelo exemplo de dedicação à pesquisa e, principalmente, por sua amizade;

Ao Professor André Leclerc que gentilmente aceitou participar da Banca de Defesa que avaliou o presente trabalho;

Ao Professor João Branquinho que, com suas críticas instigantes e sua reconhecida competência no tratamento do problema da existência, contribuiu de forma significativa para a realização do meu trabalho;

Aos Professores Marco Ruffino, Luiz Carlos Pereira e Oswaldo Chateaubriand que me acolheram tão agradavelmente na minha breve temporada carioca;

Aos amigos Maxwell Morais, Cícero Barroso, Valdetonio Alencar, Thiago X. de Melo, Tárík Prata, Renato Almeida, Gilberto Lima e Martin Motloch pelos excelentes momentos compartilhados e por comporem essa minha tão heterogênea família filosófica. Sem as críticas e a amizade de todos eles minha vida acadêmica seria, no mínimo, muito entediante.

É importante ressaltar que, embora o presente trabalho seja fruto de uma pesquisa individual, é inegável que ele estaria aquém do resultado alcançado sem a contribuição de cada um dos colegas que discutiram comigo as ideias nele contidas. Nesse sentido, agradeço a todos aqueles que fazem parte do Grupo de Estudo em Filosofia Analítica do Departamento de Filosofia da UFC pelas suas sugestões e correções. Sempre lembrando que toda impropriedade presente nesse trabalho é de minha inteira responsabilidade.

À CAPES, que proporcionou as condições financeiras de realização desse trabalho;

À Aninha, por ser a personificação mais clara de tudo aquilo que entendo por amor, companheirismo e dedicação. Seu apoio constante foi fundamental em todos os momentos dessa caminhada;

Ao meu irmão e grande amigo Tiago Pontes com quem compartilho além do laço sanguíneo, minha história e meus valores;

Aos irmãos que a vida me permitiu escolher: Airton Bezerra, Edygledson Abreu, Ronald Leite, David Melo, Mariana Sousa, Leilane Correia, Teteco, Aislânia Costa, Jô Araújo, Márcia Araújo, Aline Gouveia, Kéfyla Kayline, Helton Marinho, Willam Gerson, Sandro Soares, Abrahão Sampaio, James Wilson, Antônio Melo e Rosemeire Basílio.

Enfim; é impossível expressar através de palavras toda a gratidão, carinho e respeito que nutro por essas pessoas. Como um prêmio de consolação, espero que aqui haja algo de tractatiano; algo sobre o qual não posso falar, mas que de alguma forma se mostre.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é apresentar uma avaliação da abordagem quantificacional do problema da existência nas versões defendidas por Frege, Russell e Quine. Tal abordagem é apresentada tendo como pano de fundo sua reação ao modelo clássico de análise de sentenças utilizado pelas ontologias inflacionadas derivadas do argumento do não-ser de Platão e da Teoria dos Objetos de Meinong. A ideia básica é mostrar que a ontologia inflacionada sustentada por Platão e Meinong que, em grande parte, é derivada de um modelo deficiente de análise de sentenças, pode ser eliminada através de um tratamento lógico eficiente de enunciados de existência com base na lógica de predicados. Apesar das divergências internas, a tese central dos proponentes da abordagem quantificacional é que o predicado de existência é, do ponto de vista lógico, representado pelo quantificador existencial (\exists) da lógica de predicados. Tento mostrar também que, embora a abordagem quantificacional represente um avanço sem precedentes em filosofia no que diz respeito à análise do estatuto lógico do termo “existe”, ela possui algumas limitações relevantes que seus proponentes até então não conseguiram superar.

Palavras-chave: existência, quantificação e ontologia.

ABSTRACT

The objective of this work is to present an evaluation of the quantificational approach of the problem of existence in the versions defended by Frege, Russell and Quine. This approach is presented having as a background its reaction to the classic model of sentence analysis used by inflationed ontologies derived from Plato's nonbeing argument, as well as from the Meinong's Theory of Objects. The basic idea is to show that the inflationed ontology claimed by Plato and Meinong - which, in the most part, is derived from a deficient model of sentence analysis -, can be eliminated through an efficient logical treatment of existence utterances based on the logic of predicates. In spite of internal divergences, the central thesis of proponents of the quantificational approach is that the existence predicate is, from a logical point of view, represented by the existential quantifier (\exists) of the logic of predicates. I also try to show that, although the quantificational approach represents an advance without precedents in the philosophy concerning to the logical status analysis of the term “exist”, it has some relevant limitations which its proponents have not overcome yet.

Key-words: existence, quantification and ontology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 O problema da existência: uma abordagem categorialmente inflacionada	13
1.1 O modelo clássico de análise e o argumento do não-ser	15
1.2 A Teoria dos Objetos de Alexius Meinong	18
1.3 Algumas conseqüências e objeções	22
2 A abordagem quantificacional	33
2.1 A solução fregeana: existência enquanto um predicado de ordem superior	34
2.1.1 A hierarquia fregeana de predicados	35
2.1.2 Sentenças de existência e nomes próprios	40
2.2 Russell e a Teoria das Descrições: sentenças de existência enquanto afirmações acerca de funções proposicionais	47
2.2.1 A noção de função proposicional	48
2.2.2 A teoria das descrições definidas	51
2.2.3 O descritivismo de Russell	56
2.3 Os Critérios Ontológicos de Quine enquanto uma meta-ontologia	60
2.4 Algumas objeções	70
3 Uma avaliação de resultados: alguns tipos de sentenças de existência e um problema chamado “discurso ficcional”	76
3.1 Uma avaliação de resultados	77

(A) Sentenças de existência com ocorrência de descrições definidas	77
(B) Sentenças de existência com ocorrência de nomes próprios	79
(C) Sentenças de existência com ocorrência de tipos naturais	82
(D) Sentenças de existência com ocorrência de indexicais	84
3.2 Algumas observações acerca do discurso ficcional e o tratamento contextualista de Carnap	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

INTRODUÇÃO

O conceito de existência é central em ontologia. A rigor, uma teoria ontológica é, dentre outras coisas, uma teoria que busca delimitar o domínio de aplicação do predicado de existência e as diferenças entre duas teorias ontológicas distintas podem ser explicitadas mostrando quais sentenças existenciais são verdadeiras em cada teoria, ou seja, o que cada teoria afirma existir. Ocorre que, no contexto das teorias formalizadas, todo procedimento de checagem de comprometimento ontológico, ou seja, o método que usamos para verificar o que a teoria em questão afirma existir, pressupõe um modelo claro de análise de sentenças, bem como uma explicitação do estatuto lógico do predicado “existe”. Em última instância, isso implica que há basicamente dois tipos de questões envolvendo o conceito de existência: (i) as questões propriamente ontológicas, que versam diretamente sobre comprometimento ontológico, e (ii) as questões meta-ontológicas, que tratam da forma lógica de sentenças de existência e do estatuto lógico do predicado “existe”. Minha pretensão no presente trabalho é fundamentalmente meta-ontológica.¹ O que está em jogo aqui é a avaliação do que chamo de *abordagem quantificacional do predicado de existência* nas versões defendidas por Frege, Russell e Quine. Apesar das inúmeras divergências entre esses autores quanto ao comportamento lógico dos quantificadores e seu escopo de aplicação, em comum entre eles há a tese de que existência, do ponto de vista lógico, é aquilo que o quantificador existencial (\exists) da lógica de predicados expressa.

O problema da formalização de sentenças de existência é, em outras palavras, o problema da caracterização formal de uma predicação de existência. Em linhas gerais, existem basicamente dois tipos de predicação, a saber, (i) *predicação de primeira ordem*: ocorre quando o predicado é atribuído diretamente a um indivíduo ou objeto particular. Por exemplo, na sentença “Sócrates é sábio” o predicado “ser sábio” é atribuído diretamente ao sujeito “Sócrates” e, portanto, é um predicado de primeira ordem. (ii) *Predicação de ordem superior*: ocorre quando o predicado é atribuído a outros predicados. Na sentença “políticos honestos são raros” o predicado “ser raro” é atribuído, não a cada indivíduo que é um político honesto, mas à composição predicativa “ser político” e “ser honesto” e afirma que poucos objetos possuem a uma só vez essas duas propriedades. A rigor, a disputa em torno do estatuto lógico

¹ Embora várias questões ontológicas sejam mencionadas no meu trabalho como subproduto das questões meta-ontológicas, meu foco central é a forma lógica de sentenças de existência. As questões ontológicas entram na medida em que, como pretendo mostrar, diferentes modelos de análise de sentenças implicam em posições ontológicas completamente divergentes.

do termo “existe” busca definir que tipo de predicação é uma predicação de existência: é ela uma predicação de primeira ordem, de ordem superior ou ela se comporta de uma forma híbrida (em certos casos é uma predicação de primeira ordem e em outros de ordem superior)? O predicado “existe” deve ser atribuído a termos singulares ou a outros predicados?

No primeiro capítulo apresento duas leituras de primeira ordem do predicado de existência: o *argumento do não-ser* de Platão e a *Teoria dos Objetos* de Meinong. Em comum entre essas duas teorias há o fato de que ambas estão fundadas, tanto no pressuposto equivocado de que a estrutura gramatical e a estrutura lógica das sentenças sempre coincidem, quanto no – não menos equivocado – modelo clássico de análise de sentenças, segundo o qual toda sentença possui a forma sujeito-predicado.² Esse modelo de análise deficiente utilizado por essas teorias não era capaz, dentre outras coisas, de manter a coerência de sentenças existenciais negativas sem apelar para uma distinção conceitual de conseqüências ontológicas de extrema importância entre os termos “há” e “existe”.³ Em bom português, para tentar superar uma limitação de expressividade lógica, os proponentes do modelo clássico de análise precisaram sustentar fortes implicações conceituais e ontológicas de suas teorias. Do ponto de vista ontológico, tanto o argumento do não-ser quanto a teoria dos objetos de Meinong estão comprometidos com um domínio significativamente amplo do ser que comporta, não só a realidade física (cadeiras, mesas, partículas subatômicas etc.) e a abstrata (números, conjuntos, funções, a inflação econômica etc.), mas também um polêmico domínio de *entidades intencionais*⁴, tais como formas puras não instanciadas (caso de Platão), *possibilia* e até mesmo *impossibilia* (caso de Meinong). Para descrever essa realidade exuberante, Platão postulou um mundo das ideias e Meinong, além da noção de existência, precisou inflar sua teoria com categorias como subsistência e não-subsistência. É precisamente essa expansão ontológica que terei em mente ao longo do meu trabalho ao denominar de *categorialmente inflacionada* essa abordagem do problema da existência compartilhada por Platão e Meinong. Em linhas gerais, tento mostrar que toda essa inflação ontológica sustentada por Platão no

² É importante ter em mente que o que chamo ao longo desse trabalho de *modelo clássico de análise de sentenças* não é assim denominado em virtude do fato desse modelo fazer uso da lógica clássica – essa característica também está presente no modelo quantificacional de Frege, Russell e Quine – mas, antes, pelo fato de que ele está fundado na lógica de inspiração aristotélica que era formulada em linguagem natural, ignorava predicções complexas como relações de diferentes aridades e analisava toda sentença na forma sujeito-predicado.

³ Como veremos no início do primeiro capítulo, a coerência de negações existenciais constitui um grande problema desde o monismo ontológico defendido por Parmênides. Foi na tentativa de resolver esse problema que surgiu todo o debate filosófico acerca de conceitos como *ser* e *existência*.

⁴ Ao longo do presente trabalho usarei o termo “entidades meramente intencionais” para me referir às entidades de natureza ideal.

argumento do não-ser e por Meinong através de sua teoria dos objetos é, em grande parte, derivada de uma má compreensão da forma lógica das sentenças de existência.

Embora a reação a essa abordagem categorialmente inflacionada já encontrasse voz através de filósofos como Hume e Kant, que argumentaram em favor da não legitimidade ou trivialidade do predicado de existência, foi somente com o advento da lógica de predicados que os filósofos obtiveram o aparato formal para propor um modelo alternativo de análise de sentenças e, junto com ele, uma revisão de todos os problemas filosóficos. No que diz respeito ao problema da existência, a lógica de predicados representou a possibilidade de pensar o termo “existe” enquanto um predicado de ordem superior. A ideia de uma predicação de ordem superior, ou seja, uma predicação de predicados, está na base da lógica de predicados desenvolvida por Frege em sua *Begriffsschrift* e é de extrema importância para algumas versões da abordagem quantificacional do predicado de existência.⁵

A abordagem quantificacional representou a primeira grande alternativa ao modelo clássico de análise de sentenças fundado no pressuposto equivocado de que toda sentença possui a estrutura sujeito-predicado e na alegada simetria entre estrutura gramatical e estrutura lógica. Esse modelo clássico foi amplamente adotado ao longo da história da filosofia e está presente, seja de forma direta nas abordagens clássicas do conceito de existência, seja de forma indireta enquanto pressuposto das teses centrais de filósofos como Platão, Anselmo, Descartes e, na contemporaneidade, Meinong.

O segundo capítulo é inteiramente dedicado à abordagem quantificacional nas versões de Frege, Russell e Quine. É um fato reconhecido que esses três filósofos possuem inúmeros pontos divergentes; no entanto, alguns pontos de convergência também podem ser observados e muitos deles possuem extrema importância no debate acerca do estatuto lógico do predicado de existência e, principalmente, na crítica ao modelo clássico de análise. Essa convergência é expressa do ponto de vista lógico-conceitual (i) na rejeição da identidade entre estrutura lógica e estrutura gramatical das sentenças, (ii) na afirmação da equivalência entre os predicados “há” e “existe” e, do ponto de vista ontológico, (iii) na defesa de que algum grau de rejeição à ontologia categorialmente inflacionada pode ser derivado através de um modelo adequado de análise de sentenças. Com isso, pretendo mostrar de que forma a abordagem quantificacional tenta evitar os problemas do modelo de análise defendido por Platão e Meinong. Esse aspecto crítico comum em relação à abordagem inflacionada caracterizado em

⁵ Uma exceção é a proposta de Quine que, embora defenda a relação estreita entre existência e quantificação Cf. (QUINE, 1975b) – e nesse sentido apresenta uma abordagem quantificacional do problema da existência – é terminantemente contra a lógica de predicado de segunda ordem por rejeitar suas conseqüências ontológicas.

(i) (ii) e (iii), bem como a defesa de que, de uma forma ou de outra, há uma relação estreita entre o predicado de existência e o quantificador existencial, me permitem falar das propostas de Frege, Russell e Quine, no que diz respeito ao problema da existência, como pertencentes a uma mesma família.

Por fim, no terceiro capítulo faço uma avaliação dos limites de aplicação da abordagem quantificacional com o objetivo de verificar até onde ela realmente pode evitar os problemas da solução meinongiana e até que ponto suas teses quanto à univocidade do predicado de existência podem ser coerentemente mantidas. Para isso, dividi as sentenças de existência em quatro tipos básicos: sentenças de existência com ocorrência de (a) descrições definidas, (b) nomes próprios, (c) tipos naturais e (d) indexicais. Meu objetivo é verificar a aplicação das propostas de Russell e Quine nos quatro casos.

Em linhas gerais, tento mostrar que, embora represente um avanço significativo na análise de sentenças e uma sofisticação sem precedentes em filosofia no tratamento do conceito de existência, o modelo quantificacional nas três versões – Frege, Russell e Quine – também possui suas limitações e falhas. Na seção 3.2 argumento no sentido de mostrar que mesmo que o modelo quantificacional fosse inatacável no tratamento de teorias formalizadas, ainda assim ele teria problemas com o chamado discurso ficcional. Isso é especialmente delicado para a abordagem quantificacional, pois o discurso ficcional parece ser, por excelência, o espaço onde as teses meinongianas sobre *possibilia* parecem ganhar mais força. Como uma possível saída, sugiro que o *insight* de Carnap⁶ acerca de domínios de quantificação ou sistema de referência (*framework*) pode ser de extrema utilidade na construção de uma solução elegante que compatibilize nosso discurso acerca da realidade e nossas afirmações sobre o domínio ficcional e com isso evite o comprometimento indesejado com a ontologia meinongiana.

Gostaria de ressaltar que meu trabalho não pretende ser, de forma alguma, uma apresentação exaustiva do problema da existência em vários autores. Meu objetivo aqui é, primordialmente, a apresentação e avaliação da abordagem quantificacional do problema da existência tendo como pano de fundo a reação de seus proponentes à abordagem categorialmente inflacionada defendida por Platão e Meinong através do modelo clássico de análise de sentenças. Portanto, pretendo realizar aqui, não um trabalho exegético, mas sistemático. Como consequência disso, tentarei evitar me deter em muitos detalhes de interpretação das teses polêmicas que os autores mencionados sustentam.

⁶ Cf. (CARNAP,1988).

Basicamente, a escolha das versões da abordagem quantificacional que irei apresentar se deve à influência que elas exerceram – e ainda exercem – sobre tradição analítica. Embora seja verdade que o que Frege escreveu explicitamente sobre a análise do problema da existência representa uma parte muito pequena de sua obra, o pouco que ele escreveu sobre o tema gerou grande repercussão. Da mesma forma, a revolução lógica provocada por Frege e sua proposta de uma hierarquia de níveis de predicados foram decisivas para uma análise de ordem superior do predicado de existência e para superação da falsa simetria entre estrutura gramatical e estrutura lógica das sentenças. Por outro lado, as fases da filosofia de Russell e Quine marcadas pela publicação dos artigos *Da denotação*, que marcou o advento da *Teoria das Descrições* de Russell, e *Sobre o que há* representaram a assunção de um modelo de análise e de um conjunto de teses que proporcionaram uma revisão crítica da ontologia inflacionada de Platão e Meinong via tratamento lógico do predicado de existência.

Partindo do pressuposto de que podemos medir o poder e a relevância de um problema filosófico conhecendo as relações que ele possui com outros problemas filosóficos de valor reconhecido, penso que o problema em torno do tratamento lógico do predicado de existência ocupa uma posição de destaque no debate filosófico. Como veremos ao longo desse trabalho, o problema de formalização de sentenças de existência está diretamente ligado a tópicos centrais da filosofia, a exemplo do debate platonismo *versus* nominalismo, o estatuto lógico-semântico dos nomes próprios, a teoria descritivista e a teoria da referência direta, dentre outros. Seja bom ou ruim, penso que de alguma forma, esses tópicos estão todos interconectados e qualquer avanço ou retrocesso em um deles possui reflexo direto em todos os outros.



CAPÍTULO I

O problema da existência: uma abordagem categorialmente inflacionada

No contexto da análise da linguagem fundada na lógica contemporânea, o centro da polêmica envolvendo o uso do conceito de existência reside no problema da forma lógica das sentenças em que a expressão “existe” ocorre. Embora aquilo que, em geral, se qualifica como a abordagem analítica do problema das sentenças de existência possua atualmente o status de abordagem padrão, os primeiros tratamentos do problema remetem à antiguidade. O monismo ontológico de Parmênides, fundado na unicidade do ser (o ser é, o não-ser não é) em conjunção com sua tese lingüístico-epistêmica de que somente o ser é pensável e comunicável, e que o não-ser é impensável e inefável gerou, dentre vários problemas lógicos⁷, o problema da expressividade de sentenças de inexistência. Em outras palavras, a conjunção das teses parmenideanas sobre o ser impossibilita a formulação de sentenças existenciais negativas verdadeiras, ou seja, a formulação de sentenças existenciais onde ocorrem termos vacuosos, a exemplo de “a montanha de ouro”, “Sherlock Holmes”, “Pégasus”, “Vulcano”, “a fonte da juventude”, “o maior número primo”, “o círculo quadrado” etc. Do ponto de vista do modelo clássico de análise de sentenças⁸, quem enuncia uma sentença do tipo “a montanha de ouro não existe”, a rigor, pretende afirmar que o domínio do ser não contém objetos como montanhas de ouro, ou ainda, que montanhas de ouro não pertencem ao domínio da ontologia em questão. Contudo, nos termos de Parmênides, isso equivale a enunciar algo sobre um objeto do domínio do não-ser, o que para ele é ilegítimo. Por outro lado, “a montanha de ouro” é um termo dotado de sentido e perfeitamente comunicável e, portanto, segundo a tese parmenideana da comunicabilidade exclusiva do ser, algo que aponta para alguma posição de sua ontologia. Logo, assumindo de uma forma radical as teses de Parmênides e o modelo

⁷ Um dos problemas lógicos básicos que a teoria de Parmênides gerou diz respeito à impossibilidade de enunciar sentenças falsas de maneira coerente. Por exemplo, duas maneiras básicas seriam, ou por meio de uma predicação falsa como em “Sócrates é médico”, ou através do uso de um termo vazio, como em “Sherlock Holmes é brasileiro”. Em ambos os casos afirmamos o não-ser como ser – seja atribuindo uma propriedade a um determinado objeto quando, na realidade, esse mesmo objeto não possui tal propriedade, seja usando um termo denotativo que não possui referência. De acordo com as teses parmenideanas, os dois casos anteriores, bem como todas as outras formas de expressar uma falsidade são impossíveis, pois seriam maneiras de referir o não-ser que, segundo Parmênides, é inefável. Não há um complemento do ser ao qual eu possa me referir ou mesmo pensá-lo. No entanto, a ocorrência de sentenças falsas é um fato lingüístico corriqueiro. Ao afirmarmos “O atual rei da França é careca”, estamos atribuindo ser a algo que não é. Partindo do pressuposto de Parmênides, se o falso é inexprimível, toda sentença semanticamente legítima e sintaticamente bem formada é *a priori* verdadeira; conclusão essa difícil de aceitar.

⁸ É importante lembrar mais uma vez que usarei no presente trabalho as expressões “modelo clássico de análise” ou simplesmente “análise clássica” para expressar o modelo de análise de influência aristotélica fundada no pressuposto de que todas as sentenças possuem a forma sujeito-predicado. Dessa forma, será incorreto interpretar tais expressões como tendo o mesmo significado do que entendemos atualmente por “lógica clássica”.

clássico de análise, é possível extrair da sentença “a montanha de ouro não existe” uma contradição do tipo: montanhas de ouro pertencem e não pertencem ao domínio do ser.⁹

Penso que a solução do problema da inconsistência das sentenças de inexistência, da forma como ele foi exposto acima, só pode ser desenvolvida a partir de uma revisão das teses de Parmênides e de uma proposta de tratamento lógico de sentenças que elimine problemas de expressividade presentes na linguagem natural. Não obstante, a tese parmenideana de unicidade do ser (o ser é, o não ser não é) é formulada de uma maneira tautológica¹⁰ e, portanto, dificilmente um filósofo ousaria pô-la em questão. Com isso, as primeiras estratégias de reformulação da posição de Parmênides em geral buscaram uma revisão e ampliação da extensão do conceito de *ser*. Essa estratégia foi adotada por proponentes de ontologias exuberantes a exemplo de Platão em diálogos como o *Sofista* e *Parmênides* na antiguidade e Meinong¹¹ entre os contemporâneos. A tentativa de sustentar a legitimidade das teses de Parmênides e, ao mesmo tempo, solucionar os problemas que ela pode gerar serviu de base para impasses ontológicos de incrível persistência a exemplo do *argumento do não-ser* – que apresento a seguir – bem como seus herdeiros contemporâneos como a *Teoria dos Objetos* de Meinong.

Meu trabalho não pretende ser uma crítica à ontologia de Parmênides, embora eu possua sérias objeções a ela. Naturalmente, devo reconhecer que as conclusões que derivo através das teses de Parmênides não necessariamente coincidem com a interpretação sustentada pelos especialistas neste filósofo. A despeito de tudo isso, penso que as teses fundamentais da unicidade e comunicabilidade exclusiva do ser não podem ser conjuntamente sustentadas sem que isso leve a contradições. O monismo ontológico é mencionado aqui com mero caráter introdutório tendo em vista que ele é a base de onde surgem as teorias clássicas de tratamento do conceito de existência. Em última instância, o objetivo do meu trabalho é analisar as mais influentes versões da abordagem quantificacional do tratamento de sentenças de existência. Com isso, pretendo verificar até que ponto essa abordagem pode eliminar problemas ontológicos clássicos. Pretendo também investigar a possibilidade de um tratamento unívoco do conceito de existência aplicado a diferentes domínios (objetos físicos, ficções etc.) e a diferentes tipos de sentenças de existência. Contudo, para uma melhor compreensão da análise do problema da formalização de sentenças de existência e dos impasses lógico-

⁹ O mesmo argumento pode ser igualmente aplicado à toda sentença existencial negativa.

¹⁰ Em linhas gerais, a tese da unicidade do ser pode ser formulada da seguinte maneira: $\forall x(x \text{ é} \rightarrow x \text{ é})$. Tal tese é constantemente reenviada como a precursora dos princípios lógicos – portanto, tautológicos – da identidade, do terceiro excluído e de não-contradição.

¹¹ Cf. (MEINONG, 2005).

filosóficos que uma formalização adequada deve resolver, é necessária uma apresentação prévia da abordagem clássica e suas variantes que contribuíram para a discussão contemporânea. Esse é basicamente o objetivo do presente capítulo.

1.1 O modelo clássico de análise e o argumento do não-ser

O modelo clássico de análise, de influência aristotélica, se sagrou historicamente como a primeira proposta explícita e bem articulada de análise de sentenças sob o pressuposto não questionado de que toda sentença tem sempre a forma básica *sujeito-predicado*¹² e de que, esta mesma forma básica, aparentemente reflete uma distinção ontológica mais fundamental, a saber, que toda a realidade está estruturada nas categorias de *substância* e *atributo*. Ao afirmar “a montanha de ouro não existe” estaríamos fazendo uso de uma sentença bem formada composta por um sujeito (a montanha de ouro) e lhe predicando algo (no caso, a não existência). Usando o aparato formal da lógica de predicados e mantendo o pressuposto clássico de que toda sentença bem formada é analisada em termos da distinção sujeito-predicado, poderíamos legitimamente formalizar a sentença acima da seguinte maneira: $\neg Ea$, onde a é uma constante individual, contraparte lógica do sujeito “a montanha de ouro”, e E o predicado de existência. Teríamos, então, uma sentença simples onde “existe” é claramente um predicado de primeira ordem, ou seja, um predicado aplicado diretamente a objetos.

Uma das teses da filosofia da linguagem contemporânea pela qual tenho uma grande simpatia, afirma que nossas teorias de mundo são, em grande parte, produto da linguagem que usamos para descrevê-lo.¹³ Isso parece ficar claro se observarmos o modelo clássico de análise onde toda expressão denotativa presente numa sentença se comporta como sujeito da sentença e, conseqüentemente, como uma entidade ontologicamente definida representada formalmente através de uma constante individual, e também onde o predicado de existência expressa uma propriedade legítima e relevante de objetos. Seguindo esse modelo, somos inevitavelmente levados a nos comprometer com uma ontologia que comporte tais entidades

¹² Em sua lista de silogismos Aristóteles deixou de fora raciocínios envolvendo sentenças na forma de relações com diferentes aridades. O exemplo mais elementar de uma sentença envolvendo relações é uma sentença como “Pedro ama Maria” que pode ser interpretada na forma sujeito-predicado-sujeito (aRb). Para Aristóteles, tal sentença era analisada na forma tradicional sujeito-predicado (Fa) onde “F” representa o predicado “amar Maria”.

¹³ Essa tese é defendida por Wittgenstein tanto no *Tractatus* (“às diferentes redes correspondem diferentes sistemas de descrição do mundo”, TLP 6.341 em diante) como nas *Investigações Filosóficas* onde ele claramente sustenta que todo jogo de linguagem encerra uma forma de vida. Outra defesa dessa tese (mais próxima da orientação que meu trabalho segue) pode ser encontrada no artigo *Relatividade Ontológica* (QUINE, 1975c) onde Quine defende, *grosso modo*, que toda ontologia é sempre relativa à linguagem com a qual a teoria que a sustenta é formulada.

representadas pelas constantes individuais. Em outras palavras, somos levados a assumir que os objetos possivelmente denotados pelos termos que ocupam a posição gramatical de sujeito das sentenças, pertencem de alguma forma ao domínio de nossa ontologia. Não obstante, uma análise mais detida dos pressupostos da sintaxe embutida no modelo clássico de análise e de suas conseqüências para a filosofia revela uma série de conclusões extremamente problemáticas e que muitos filósofos não estão dispostos a aceitar. A maioria das objeções ao modelo clássico de análise se concentra na tese já mencionada de que ela conduz seu proponente ao comprometimento inevitável com a existência das entidades supostamente denotadas pelas expressões contidas nas sentenças. Basta lembrar a crítica de Quine ao que ele chama ironicamente de *enigma platônico do não-ser* ou a *barba de Platão* e que chamaremos de agora em diante simplesmente de *argumento do não-ser*.¹⁴ Tal argumento é um exemplo claro dos problemas ontológicos gerados por intermédio de uma análise lógica deficiente. Em linhas gerais, o argumento do não-ser pode ser apresentado da seguinte forma enigmática: “o não-ser deve em algum sentido ser, caso contrário o que seria aquilo que não é?”¹⁵ A intuição básica de quem defende o argumento do não-ser é que, ao fazermos uso de uma sentença como “a montanha de ouro não existe”, de certa forma já pressupomos algum tipo de ser à montanha de ouro. Se a montanha de ouro fosse, em todos os sentidos, um mero nada, a expressão “a montanha de ouro” e, conseqüentemente, toda sentença em que ela ocorre, mesmo sendo ela uma sentença existencial negativa, não teria sentido algum. Essa é, em linhas gerais, a reformulação platônica da tese de Parmênides de que o não-ser é inefável, embora a reformulação de Platão extrapole os limites de Parmênides e já aponte para uma possível solução. Se podemos expressar algo com sentido como “a montanha de ouro” é porque, de alguma forma, ela deve ser. Do contrário, o termo “a montanha de ouro” não seria sequer inteligível. O raciocínio estranho por trás do argumento do não ser é que: se uma sentença *P* tem sentido, então todas as expressões que compõem *P* devem denotar algo. Há aqui um salto não justificado do sentido para a denotação. Platão já havia observado o problema envolvendo sentenças existenciais quando associadas às teses de Parmênides e foi um dos primeiros filósofos a propor uma solução para o impasse através de uma reformulação do conceito de *ser*. A solução de Platão está intimamente associada à sua *teoria das ideias*. Obviamente, para Platão, o ser da montanha de ouro era assegurado através da existência de uma entidade ideal que a correspondesse, em outras palavras, uma forma pura não instanciada presente no mundo das ideias.

¹⁴ Versões do argumento do não-ser podem ser encontradas nos diálogos *Sofista* e *Parmênides* de Platão.

¹⁵ Cf. (QUINE, 1975a: 223).

A formalização apresentada anteriormente ($\neg Ea$) e que introduzi propositalmente é útil tendo em vista que ela torna clara a estrutura do argumento do não-ser.¹⁶ Baseado nessa interpretação, mesmo para negar existência à montanha de ouro, precisamos entender o termo “a montanha de ouro”, do ponto de vista lógico, enquanto um termo singular representado formalmente por uma constante individual que me compromete com a entidade montanha de ouro. Nas palavras do proponente do argumento do não-ser, devemos assumir que a montanha de ouro pertence ao domínio mais geral do ser para podermos negá-la existência. Vale lembrar que, nesse contexto, “pertencer ao domínio do ser” admite diferentes interpretações dependendo da posição filosófica em questão: se para tratar de entidades que não existem, mas pertencem ao domínio do ser, Platão introduziu a noção de “ideia” ou “forma pura não instanciada”, a metafísica medieval falou de meros *possibilia*, ao passo que Meinong usou o termo “objetos subsistentes” (como veremos a seguir). Usando uma linguagem matemática, podemos seguramente afirmar que o ponto básico de interseção entre todas essas posições filosóficas que, de uma forma ou de outra, estão filiadas ao argumento do não-ser, reside na tese de que o predicado “existe” tem como domínio apenas um minúsculo subconjunto do domínio geral, absoluto, do ser. Nos termos da lógica de predicados, podemos dizer que o domínio do ser compreende toda entidade que possa entrar na composição de uma sentença quantificada em ocasião da formalização da teoria na qual ela ocorre. No caso do argumento do não-ser, entidades que, segundo o modelo clássico de análise, figurem como sujeito da sentença. Nisso consiste precisamente a distinção entre os conceitos de *haver* e *existir*. A partir dessa distinção foi possível para Meinong, como veremos a seguir, formular o que é quase o *slogan* das teorias ontológicas categorialmente inflacionadas: “*Há coisas que não existem*” (a montanha de ouro, por exemplo).

O argumento do não-ser é um ponto de extrema relevância para a compreensão do problema contemporâneo da análise de sentenças de existência, pois é a base de argumentação de ontologias que, invariavelmente, estão comprometidas com entidades ficcionais, a exemplo de Pégasus, montanhas de ouro, e abstratas como, números, conjuntos, funções etc. Dentre tais ontologias a mais comumente citada é a ontologia de objetos de Alexius Meinong.

¹⁶ Obviamente Platão, ao propor o argumento do não-ser, não tinha em mente a formalização $\neg Ea$ apresentada neste texto com uma finalidade meramente ilustrativa.

1.2 A teoria dos objetos de Alexius Meinong

A teoria dos objetos de Meinong é comumente citada como a herdeira contemporânea do argumento do não-ser de Platão, embora com uma releitura de inspiração psicologista e uma metodologia de análise de sentenças muito próxima da que a filosofia analítica posteriormente adotou. A teoria de Meinong possui inegável base psicologista no que diz respeito a sua posição filosófica geral¹⁷, contudo, pode ser, do ponto de vista metodológico, classificada como uma precursora da filosofia analítica: se por um lado ela é consequência de uma concepção psicológica da formação das nossas asserções sobre a realidade, por outro, ela propõe, como fundamento de suas teses, um modelo explícito de análise de sentenças. Essas duas vertentes adotadas por Meinong podem ser expressas, respectivamente, através das teses de que (I) todo juízo ou representação é sempre um ato intencional onde se julga ou representa algo e que, (II) dada qualquer sentença sintaticamente correta onde ocorra uma determinada expressão denotativa, devemos atribuir algum tipo de ser à entidade supostamente denotada.

Em linhas gerais, ao propor sua teoria dos objetos, Meinong pretendia oferecer as bases de estudo do “objeto enquanto tal”. Para isso, é importante ter em vista a distinção que ele faz entre os escopos da metafísica e de sua teoria dos objetos. Para Meinong, a filosofia e a ciência forjaram o que ele chamou de um pré-juízo ou pré-conceito em favor do que é efetivo, ou seja, do que é atual. Em outras palavras, ambas estão fundadas no pressuposto não questionado de que o conhecimento se refere sempre a um objeto existente. Segundo Meinong, a metafísica é, por excelência, a representação desse projeto em favor do efetivo. Ela possui uma posição especial, a saber, “a apreensão da totalidade do mundo em sua essência e fundamentos últimos” (MEINONG, 2005:p.96). *Grosso modo*, isso não equivale a dizer que ela é uma teoria do objeto enquanto tal, mas, antes, uma teoria da totalidade do que

¹⁷ Para ser justo em minha apresentação da teoria dos objetos de Meinong é importante ressaltar que ele não classificou sua teoria como psicologista. Segundo ele, uma teoria é dita psicologista se ela afirma que toda a realidade é um *mero* produto dos nossos juízos e representações (algo muito próximo do que entendemos por idealismo radical do tipo “o que existe são apenas idéias”). Nesse sentido, Meinong alega que sua teoria não é psicologista, pois o ato de julgar ou de representar, de acordo com ele, nos comprometeria inteiramente com o objeto julgado ou representado, seja este objeto existente ou subsistente. O ser deste mesmo objeto, nesses termos, independe de qualquer julgamento ou representação. Não obstante, afirmo que a teoria dos objetos de Meinong é psicologista tendo em mente o fato de que, para ele, toda descrição do domínio do ser (o conjunto de objetos que existem e dos que subsistem) está inevitavelmente subordinada à análise de elementos psicológicos do conhecimento tais como a intencionalidade de representações mentais. Não por acaso, a seção 5 de *Sobre a Teoria dos Objetos* leva o título de “Teoria do objeto como Psicologia”.

existe. Porém, a totalidade do que existe, nos termos de Meinong, é apenas um minúsculo subconjunto da imensa totalidade dos objetos do conhecimento. O pré-juízo em favor do efetivo consiste, precisamente, na tese de que o não-efetivo é ontologicamente um simples nada desprovido de relevância para o conhecimento. A posição de Meinong pode ser sintetizada na seguinte passagem:

A metafísica lida, sem dúvida, com a totalidade do que existe. Mas, a totalidade do que existe, incluindo aí o que existe e o que existirá, é infinitamente pequena em relação a totalidade dos objetos do conhecimento; e que se tenha negligenciado isso tão facilmente tem, bem entendido, o seu fundamento no fato de que o interesse pelo efetivo, que está em nossa natureza, favorece esse excesso que consiste em tratar o não efetivo como um simples nada, mais precisamente, a tratá-lo como algo que não oferece ao conhecimento nenhum ponto de apreensão ou nenhum que seja digno de interesse (MEINONG, 2005:p. 96).

Desse ponto de vista, Meinong pretendia que sua proposta de uma teoria dos objetos fosse entendida como uma superação do pré-juízo em favor do efetivo e, portanto, como a base de análise da totalidade dos objetos do conhecimento; e isso inclui o domínio do efetivo e do não-efetivo.

O argumento de Meinong para reabilitar o comprometimento ontológico com o não-efetivo, como foi dito anteriormente, é associado a duas vertentes de análise: uma psicológica e outra lingüística. Não pertence ao objetivo do presente trabalho uma análise detalhada da abordagem psicológica da obra de Meinong, mas a título de informação, podemos afirmar que essa abordagem está fundada na tese meinongiana de que todo estado mental possui uma direcionalidade, ou seja, a propriedade de estar “orientada para algo”. Em outras palavras, estados mentais possuem sempre uma intencionalidade¹⁸ e isso, segundo Meinong, implica o comprometimento com um objeto. A rigor, para Meinong, um desejo é sempre desejo de algo, uma espera é sempre espera por algo, uma crença é sempre uma crença em algo, e assim por diante. Tudo que for objeto de uma disposição psicológica deve possuir uma posição definida no domínio do ser. Segundo o argumento de Meinong, se Pedrinho acredita que Saci tem uma perna só, então há tal objeto afirmado pela crença de Pedrinho que se chama “Saci”, mesmo que este objeto não exista. Do contrário, a crença de Pedrinho não teria uma intencionalidade e, portanto, sequer seria um ato mental legítimo.

Do ponto de vista semântico, Meinong introduz uma distinção fundamental para a compreensão de sua teoria dos objetos, a saber, a distinção entre os conceitos de objetividade

¹⁸ Embora atualmente os teóricos da mente chamem atenção para a existência de estados mentais não intencionais, tais como angústia e ansiedade, Meinong, que foi fortemente influenciado pela escola austríaca a qual Brentano pertencia, pensava na intencionalidade como a marca essencial do mental.

(*Objekte*) e objetivo (*Objektiv*). Dada qualquer sentença sintaticamente correta, há uma entidade que expressa a objetividade dessa sentença e um conteúdo que Meinong chama de objetivo da sentença.¹⁹ Se afirmo “Pégasus não existe”, o sujeito “Pégasus” compõe a objetividade da sentença, em outras palavras, o objeto ao qual a sentença se refere. Por outro lado, o conteúdo afirmado na sentença, no caso, “a não existência de Pégasus”, constitui seu objetivo. O argumento de Meinong de reabilitação do não-efetivo sustenta que o que é negado na sentença “Pégasus não existe” é que o objeto que oferece objetividade à sentença seja efetivo, ou seja, na sentença em questão, nega a existência espaço-temporal do cavalo alado relatado nos textos mitológicos. Contudo, segundo Meinong, é necessário admitir o ser do objetivo da sentença, ou seja, a proposição ou o conteúdo que ela encerra. Para a sentença em questão isso equivale a dizer que “há tal objeto que é um cavalo alado e este objeto não existe” e que, portanto, Pégasus pertence ao domínio do ser. Daí segue a distinção afirmada por Meinong entre os conceitos de *haver* e *existir*. “Existência” pertence ao domínio restrito da metafísica²⁰, ao passo que, “há” pertence ao domínio mais amplo da teoria dos objetos de uma maneira geral. A análise realizada na sentença “Pégasus não existe” pode ser estendida para toda sentença existencial negativa sintaticamente bem formada implicando no comprometimento ontológico com o objeto supostamente denotado pela sentença enquanto um objeto subsistente.

Meinong acreditava que suas teses em favor do não efetivo poderiam ser reconhecidas como claras e intuitivas. Para ele, isso fica evidente na presença constante de objetos ideais que permeiam nosso discurso do real e que são aceitos com certa naturalidade. Dentre tais objetos que, segundo Meinong, possuem subsistência, mas não existência, podemos citar a identidade, a diferença, conjuntos, e uma série de outros objetos ideais que pertencem ao domínio das ciências formais tais como a lógica e a matemática. Segundo ele, todos os enunciados matemáticos expressam conhecimento acerca de objetos não existentes. Em qualquer asserção matemática, como “ $2+2=4$ ”, há uma estrutura que, segundo Meinong, do ponto de vista da teoria dos objetos, deve ser analisada nos termos da distinção entre objetivo

¹⁹ Há aqui uma semelhança direta entre o conceito meinongiano de *objetivo* (*objektiv*) e o conceito fregeano de *pensamento* (proposição ou sentido da sentença). Tal semelhança não é uma mera coincidência tendo em vista que tanto Meinong quanto Frege, em algum momento de suas vidas acadêmicas, tiveram contato com autores da tradição psicologista, a exemplo de Husserl. Não obstante, as reações desses dois autores à corrente psicologista foram diametralmente opostas. Se por um lado Meinong incorporou um grau significativo de elementos psicológicos na defesa de sua teoria, por outro, Frege quis a todo custo abolir qualquer nível de psicologismo na formulação de uma ciência rigorosa.

²⁰ Entenda aqui “Metafísica” nos termos em que Meinong a definiu, a saber, “a apreensão da totalidade do mundo em sua essência e fundamentos últimos”. O que, segundo ele, equivale ao estudo de objetos efetivos. Nesse sentido, o predicado “existe” é aplicado invariavelmente a objetos espaço-temporais.

e objetividade, ou seja, o enunciado, em última instância, afirma que “há tal objeto, 2, que somado a si mesmo é igual ao objeto 4”, muito embora 2 e 4 não existam efetivamente. Só assim é possível compreender como geramos conhecimentos, ou seja, sentenças com sentido, através de objetos não existentes. *Grosso modo*, isso equivale a afirmar que o sentido de qualquer sentença (não só as matemáticas) depende do comprometimento ontológico com as expressões denotativas nelas presentes, mesmo que as entidades denotadas simplesmente não existam. Portanto, “ $2+2=4$ ” é uma sentença com sentido se, e somente se, há tais objetos: 2, 4, adição e igualdade, ou seja, que esses objetos pertençam ao domínio do ser, mesmo que eles não existam. Um objeto pode, portanto, ter um conjunto de características independentemente de sua existência, ou seja, para qualquer propriedade ϕ e qualquer objeto α , α pode ter ou não a propriedade ϕ mesmo que α não exista. Nisso consiste a *tese da independência do ser* (*Aussersein*) do objeto em relação à sua existência. Tudo aquilo que pertence ao domínio do ser, mas não existe espaço-temporalmente, segundo Meinong, subsiste. Nesse sentido, “subsistência” é uma categoria independente da categoria de “existência”.

As duas abordagens da teoria dos objetos de Meinong – a psicológica e a lingüística – visam sustentar a mesma tese de partição do domínio do ser em existente e subsistente que é enunciada na sentença paradoxal “há (*es gibt*) objetos a propósito dos quais se pode afirmar (*von denen gilt*) que não há tais objetos”.²¹ Em linhas gerais, Meinong pretende sustentar que todo objeto nos é dado de alguma forma, antes mesmo de qualquer atribuição nossa quanto a sua existência.

Meinong propôs também uma distinção entre o que ele chamou de *propriedade nuclear* e *propriedade não nuclear* ou *extranuclear* de objetos. Uma propriedade é dita nuclear se ela entra diretamente na constituição da estrutura do objeto e serve de alguma forma como critério de identificação, ao passo que uma propriedade extranuclear não acrescenta nada à estrutura do objeto que a possui e se refere apenas à posição desse mesmo objeto na ontologia meinongiana.²² A montanha de ouro possui entre suas propriedades nucleares “ser montanha” e “ser de ouro”, por outro lado, “ser subsistente” ou “pertencer ao domínio do ser” são propriedades extranucleares da famosa montanha indicando assim seu status ontológico. Com base nessa distinção Meinong estabeleceu o que ele chamou de *princípio da indiferença* em relação à existência, segundo o qual, nem a existência nem a não existência fazem parte da natureza do objeto.

²¹ Cf. (MEINONG, 2005:p.101). Para uma análise mais detalhada dos problemas lógicos envolvidos na formulação paradoxal da tese de Meinong Cf. (van INWAGEN, 2005).

²² Uma análise mais detalhada da distinção entre *propriedade nuclear* e *extranuclear* é apresentada em (REICHER, 2005).

Vale notar que o princípio da indiferença e a tese da independência do ser possuem uma sutil diferença. O princípio da indiferença sustenta que o que foi definido como a “natureza de um objeto α ”, que é caracterizado por um conjunto de propriedades nucleares ϕ que determinam as características básicas de α , não inclui dentro desse agrupamento de propriedades ϕ , para qualquer α , a propriedade de existência (ou não existência). Por outro lado, a tese da independência do ser afirma que, para qualquer objeto α , α ter ou não uma propriedade ω é uma questão independente ou dissociada do fato da existência ou não existência de α .

Em resumo, a teoria dos objetos de Meinong pode ser sintetizada, *grosso modo*, em um conjunto de princípios gerais como se segue:

- 1) Nosso pensamento²³ não está limitado nem ao que existe nem ao que é possível;
- 2) Todo pensamento que é aparentemente sobre um objeto possui, de fato, a característica de estar direcionado ao objeto ao qual ele se refere e esse objeto pertence ao domínio do ser;
- 3) Há alguns objetos que não existem;
- 4) O fato de um objeto ter ou não uma propriedade independe de sua existência (Princípio da independência do Ser);
- 5) Se nós usamos uma descrição para apresentar um objeto que não existe, então esse objeto possui as propriedades enunciadas pelos predicados presentes na descrição.

1.3 Algumas consequências e objeções

Embora as posições filosóficas apresentadas através da teoria dos objetos de Meinong e do argumento do não-ser de Platão possuam variantes contemporâneas amplamente defendidas por filósofos de peso como Terence Parsons (1980), Edward Zalta (1983), dentre outros, ambas as teorias possuem vários elementos problemáticos e duramente atacados por seus críticos. Apresento a seguir alguns pontos polêmicos que penso contemplarem as críticas mais corriqueiras e que irão conduzir a discussão nos próximos capítulos:

²³ “Pensamento” aqui possui uma acepção ampla que inclui todo tipo de ato mental tal como imaginar, questionar-se sobre algo (mesmo quando esse algo é impossível, a exemplo de círculos quadrados), julgar, etc.

(I) *Ontologia de objetos intencionais* – Tanto o argumento do não-ser quanto a teoria dos objetos de Meinong parecem claramente fundados em dois pressupostos básicos, a saber, (i) na leitura de primeira ordem do conceito de existência e (ii) na distinção entre os conceitos de *haver* e de *existir*. Se o argumento do não-ser estiver certo, seu proponente deverá assumir como consequência direta (iii) uma ontologia inflacionada por objetos meramente intencionais. É óbvio que nem todo filósofo está disposto a aceitar uma consequência tão forte que pode representar uma mudança drástica de posição filosófica. Ora, (iii) é claramente incompatível com a postura de filósofos de orientação nominalista e naturalista que tentam reduzir todo o domínio da ontologia ao domínio de objetos físicos. Quem assume (iii) se compromete com um conjunto infinito de entidades que não têm referência física, mas que, segundo o proponente do argumento do não-ser, possuem uma realidade ideal. Nesse sentido, qualquer expressão denotativa que não possua referência, ao substituir “a montanha de ouro” na sentença “a montanha de ouro não existe”, tem imediatamente sua suposta referência adicionada ao pacote ontológico de quem defende (iii) via argumento do não-ser ou teoria dos objetos de Meinong. É precisamente a proposta de um modo consistente de rejeitar (iii) que está em jogo neste trabalho.

Uma das maneiras mais incisivas de negar (iii), consequência derivada da análise ontológica proposta pelo argumento do não-ser com base no modelo clássico de análise, é negar a validade dos pressupostos do próprio modelo clássico de análise e de mecanismos similares, a exemplo do critério sintático de Meinong. Em outras palavras, trata-se de negar (i) e (ii), bem como, rejeitar a tese do modelo clássico de análise de que a forma lógica das sentenças pode ser expressa unicamente através da distinção padrão sujeito-predicado. Supor que a análise lógica clássica constitui uma base sólida para a análise filosófica foi um dos grandes equívocos da tradição.

(II) *Comprometimento ontológico obrigatório* – Outro ponto problemático e distante de uma solução consensual diz respeito ao comprometimento ontológico obrigatório. Da mesma forma que Quine, penso que uma boa análise do discurso ontológico deve admitir o uso de expressões denotativas sem cair num inevitável comprometimento com as entidades supostamente denotadas, a exemplo do que ocorre nas ontologias que estão filiadas ao argumento do não-ser. Caso contrário, haveria um sério problema para o debate entre teorias divergentes em que estivesse em jogo a existência ou não de uma entidade *x*. Segundo

Quine²⁴, numa tal disputa, quem defendesse a parte negativa, ou seja, a não existência de x , sempre levaria uma inevitável desvantagem. Ao afirmar “ x não existe” o filósofo já estaria comprometido com x , seja enquanto um objeto intencional seja enquanto uma forma pura não instanciada, um *possibilia* ou coisa do gênero, o que tornaria inviável qualquer disputa entre teorias ontológicas divergentes. Portanto, estaria o filósofo inapelavelmente comprometido com a ontologia inflacionada anteriormente citada em (iii).

(III) *O comprometimento ontológico com impossibilia* – Vale lembrar que todo o problema estabelecido em torno do conceito de existência surge, como vimos anteriormente na apresentação do argumento do não ser, da incapacidade de manutenção da coerência de frases existenciais negativas. Como alguns críticos tentam sustentar, o modelo clássico de análise aplicado a sentenças existenciais negativas conduziria seu proponente a uma contradição. Ao afirmar “montanhas de ouro não existem”, segundo o argumento do não-ser, de alguma forma já afirmamos o ser delas, do contrário, sequer entenderíamos a sentença em questão; logo, afirmamos que montanhas de ouro são e não são. Para os defensores do argumento do não-ser e de suas variantes contemporâneas, tal contradição é aparente, pois pode ser plenamente superada com a distinção entre os conceitos de *haver* e *existir* que, em última instância, conduz à admissão de um domínio ontológico mais amplo que o domínio estritamente espaço-temporal e que incorpore objetos ideais tais como formas puras não instanciadas ou *possibilia*. A rigor, do ponto de vista conceitual, é a distinção entre os conceitos de *haver* e *existir* que constitui o fundamento teórico onde se sustenta as ontologias categorialmente inflacionadas de Platão e Meinong. No entanto, aqui surge um grande problema: ao tentar se livrar da pressuposta incoerência de frases existenciais negativas defendendo um universo repleto de objetos ideais, tais ontologias inflacionadas ampliam de forma radical seus domínios a ponto de admitir um problema tão grande quanto o que pretendia combater, a saber, a legitimidade ontológica de entidades impossíveis ou *impossibilia*. O mesmo argumento utilizado anteriormente para sustentar a subsistência de montanhas de ouro e, junto, toda uma série de possíveis não realizados, pode ser igualmente usado para sustentar o comprometimento ontológico para com algo como um círculo quadrado. Tomemos a sentença “o círculo quadrado não existe”. Munidos do argumento utilizado por Meinong e pelos defensores do argumento do não-ser, alguns filósofos diriam que, se o círculo quadrado não existisse não estaríamos falando de nada ao proferirmos estas

²⁴ Cf. (QUINE, 1975: p. 223).

palavras e, portanto, não faria sentido sequer negar a existência da entidade por elas representadas. Para acrescentar mais um argumento, “o círculo quadrado” é uma expressão denotativa sintaticamente correta, obedecendo assim a todos os pré-requisitos da ontologia de objetos de Meinong. Logo, seria forçoso admitir a subsistência do círculo quadrado, ou seja, a subsistência de algo impossível.

De fato, a tese meinongiana de independência do ser (*Aussersein*) implica que:

(...) o ser-tal de um objeto não sofre nenhum interdito pelo não-ser (Nichtsein) deste objeto (...) e o domínio de validade desse princípio se manifesta, pelo menos em vista a isso, que decorrem desse princípio não apenas os objetos que não têm existência de fato, mas também aqueles que não podem existir porque são impossíveis. Não apenas a célebre montanha dourada é de ouro como o círculo quadrado é redondo (MEINONG, 2005:p.100).

Se, por um lado, para solucionar uma possível inconsistência na formulação de sentenças existenciais negativas, Meinong postulou a realidade de um vasto domínio de objetos subsistentes oferecendo critérios, psicológico e sintático, para o comprometimento ontológico com tais objetos, por outro, o uso irrestrito desses mesmos critérios conduziram sua teoria a um polêmico comprometimento com uma indesejável classe de entidades impossíveis. O domínio do ser categorialmente inflacionado descrito pela teoria dos objetos de Meinong comporta não só entidades físicas presentes no nosso cotidiano (mesas, cadeiras, livros etc.), como as polêmicas entidades meramente possíveis (Pégasus, a montanha de ouro, Batman, Homer Simpson) e, o que para muitos é pior ainda, entidades impossíveis (círculos quadrados).

As reações dos neo-meinongianos às objeções apresentadas ao comprometimento com *impossibilia*, em geral, possuem duas direções contrárias: ou se tenta sustentar a legitimidade de objetos impossíveis (estratégia 1) ou se estabelece restrições aos critérios de Meinong de maneira a evitá-los (estratégia 2). Vejamos as duas estratégias:²⁵

É comum entre aqueles que defendem a primeira posição tentarem sustentar a legitimidade ontológica de *impossibilia* através da estratégia que consiste em ressaltar uma distinção entre, por um lado, objetos impossíveis descritos na forma $(Fa \wedge Ga)$ tal que os predicados F e G sejam, de alguma forma, incompatíveis entre si e, por outro, objetos contraditórios descritos na forma $(Fa \wedge \neg Fa)$. A idéia básica dessa estratégia é mostrar que ao se comprometer com círculos quadrados estamos nos comprometendo com objetos do primeiro tipo, mas não do segundo. No caso, os predicados *ser circular* (F) e *ser quadrado*

²⁵ Essas duas estratégias são brevemente apresentadas em (BRANQUINHO, 2007:260-261) e de forma mais detalhada em (PARSONS, 1980).

(G) são atribuídos a um só objeto e, embora eles sejam materialmente incompatíveis, ou seja, é impossível pelas leis da geometria que as propriedades que eles representam estejam instanciadas simultaneamente nos mesmos objetos, eles não são contraditórios. Algo completamente diferente do comprometimento com um objeto que tenha, por exemplo, as propriedades de ser circular e não ser circular simultaneamente. Essa distinção entre propriedades incompatíveis e contraditórias é ressaltada por alguns neo-meinongianos na tentativa de mostrar que somente o comprometimento ontológico com objetos contraditórios poderia conduzir a teoria a um colapso, ao passo que o comprometimento com objetos impossíveis pode ser visto de forma natural e sem prejuízo dos critérios, sintáticos e psicológicos, estabelecidos por Meinong. O ponto polêmico dessa estratégia é que o domínio de objetos determinado pela ontologia que os meinongianos e seus simpatizantes pretendem defender é derivado e, portanto, subordinado a regras meramente convencionais como é o caso de regras sintáticas. Os proponentes dessa estratégia assumem o comprometimento com entidades polêmicas para salvar um critério permissivo ao extremo. Penso também que em uma análise mais precisa das inferências possíveis envolvendo sentenças com predicados incompatíveis atribuídos a um mesmo sujeito é sempre possível extrair algum tipo de contradição. Por exemplo, no caso do círculo quadrado, penso que a partir de uma análise mais detalhada das inferências possíveis envolvendo as sentenças onde esse objeto meinongiano é expresso é possível derivar, não uma mera incompatibilidade, mas uma clara contradição com os axiomas da geometria euclidiana. Se isto estiver correto, o preço a pagar pela admissão da subsistência de círculos quadrados seria alto demais: a própria consistência da teoria. Com isso, talvez seja o caso de rever não só a legitimidade dos objetos impossíveis, mas a dos próprios critérios de Meinong.

A segunda estratégia, como foi dito anteriormente, consiste basicamente em estabelecer restrições aos critérios de Meinong de maneira a evitar o comprometimento com objetos impossíveis. Em geral, tal estratégia é assumida por filósofos de orientação neo-meinongiana que, embora defendam a consistência e legitimidade de uma ontologia de *possibilia*, não possuem a mesma simpatia para com o comprometimento inevitável com objetos impossíveis. *Grosso modo*, eles defendem que um critério ontológico fundado numa sintaxe que permita uma descrição do real composta não só de possibilidades, mas também de impossibilidades, não parece obedecer à noção intuitiva que temos do conceito de ser. Portanto, um objeto impossível ou contraditório, a rigor, sequer é um objeto. Com isso, eles pretendem restringir o critério sintático de Meinong defendendo que expressões denotativas que tentem descrever

objetos contraditórios ou dotados de propriedades incompatíveis não possuem referência nem existente, nem subsistente.

(IV) *Propriedades de objetos ficcionais* – Outro ponto de extrema relevância para ontologia de uma maneira geral e que carece esclarecimentos na teoria dos objetos de Meinong diz respeito à relação que as propriedades têm com os objetos, em especial os subsistentes (*possibilia*) e os não subsistentes (*impossibilia*). Como vimos anteriormente, Meinong sustenta que objetos subsistentes possuem propriedades. Isso é derivado como uma espécie de corolário do princípio da independência do ser: se um objeto pode ou não ter uma propriedade independentemente de sua existência e se, como afirma Meinong, há objetos subsistentes, então tais objetos possuem propriedades. De acordo com a teoria de Meinong, a montanha de ouro é dourada, Pégasus possui asas e Sherlock Holmes toca violino, embora nenhum desses objetos exista. Contudo, não parece algo claro na ontologia meinongiana como objetos meramente possíveis podem instanciar propriedades características de objetos físicos. Obviamente, todo objeto ficcional, ou seja, um objeto possível que, caso existisse, seria um objeto físico, é descrito através de propriedades típicas de objetos físicos. O Sherlock Holmes descrito por Conan Doyle toca violino, mora na Baker Street 221B e provavelmente possui mais de um metro de altura. Logo, de acordo com as teses de Meinong, há tal objeto meramente possível referido pelo termo “Sherlock Holmes” e tal objeto, dentre outras coisas, possui ou instancia a propriedade “ter mais que um metro de altura”. Parece pouco claro como um *possibilia*, enquanto uma mera possibilidade lógica, pode ter a propriedade de ter mais de um metro de altura, afinal, objetos não físicos não possuem altura da mesma forma que objetos físicos possuem. Para acrescentar mais uma objeção, é algo ainda mais polêmico sustentar acerca dos *impossibilia* de Meinong que eles instanciam propriedades incompatíveis. Segundo a teoria meinongiana o círculo quadrado possui as propriedades “ser circular” e “ser quadrado”. Não satisfeitos com essa consequência da teoria de Meinong, alguns neo-meinongianos como Zalta²⁶ defendem, como uma possível saída, a distinção entre *instanciar* e *codificar* uma propriedade.²⁷ Segundo eles, objetos existentes instanciam propriedades, ao passo que objetos subsistentes ficcionais apenas codificam propriedades. Pela sua própria natureza não física, ficções são descritas através de compostos ou agrupamento de predicados. Todo predicado que pertença a esse agrupamento expressa uma propriedade ϕ codificada pelo objeto possível descrito através desse mesmo agrupamento. Para Zalta, as noções de

²⁶ Cf. (ZALTA, 1988).

²⁷ Para uma crítica à solução de Zalta dos problemas envolvendo predicção de objetos intencionais e uma análise das noções de instanciar e codificar uma propriedade Cf. (GREIMANN, 2003).

instanciar e codificar uma propriedade constituem relações metafísicas primitivas e, através delas, é possível apresentar um critério de identidade tanto para objetos reais quanto para objetos intencionais. Uma formulação desse critério pode ser dada como segue:

Dois objetos são idênticos se, e somente se, uma das seguintes condições é atendida: (a) eles são, ambos, objetos ordinários e eles necessariamente e sempre instanciam as mesmas propriedades, ou (b) eles são, ambos, objetos abstratos e eles necessariamente e sempre codificam as mesmas propriedades (GREIMANN, 2003).

Os impasses gerados pelo tratamento do conceito de existência oferecido pelo argumento do não-ser, e mais tarde reforçada pela teoria dos objetos de Meinong, ajudaram a construir uma reação radical em filosofia que pôs em questão a própria legitimidade do status de propriedade atribuído ao conceito de existência. Em outras palavras, argumentos foram articulados para questionar a idéia de que “existe” seja um predicado relevante. Essa posição foi defendida na modernidade por filósofos do primeiro escalão como Hume e Kant, e na contemporaneidade por, dentre outros, David Pears, Russell e Quine.²⁸ Hume propôs uma leitura epistemológica do conceito de existência onde o termo “existe”, quando aplicado a um objeto, não acrescenta a esse mesmo objeto nenhuma informação relevante. Em seu *Tratado da natureza humana* (Livro I, Parte II, seção VI) Hume defende claramente a ideia, consequência de suas teses epistemológicas, de que a crença na existência de algo é uma conclusão que se segue sempre de impressões sensíveis, e é da noção de impressão que derivamos a noção de objeto. Dessa forma, em última instância, o que é objeto de uma impressão é existente e, portanto, a noção de existência se aplica trivialmente a tudo. Podemos ter uma impressão de algo circular, vermelho, pesado etc., e de tais impressões concluímos a existência de algo com tais características. Contudo, segundo Hume, a propriedade da existência nunca nos é dada de forma direta, mas sempre mediada por impressões sensíveis. Kant endossa a posição de Hume ao sustentar que dizer de um objeto que ele é, não é acrescentar nada ao objeto (*Crítica da Razão Pura*, B628). Para Kant, existência não constitui um predicado real de objetos, mas, antes, tem a ver com o objeto ter uma posição no espaço-tempo. Dizer de um objeto que ele existe é o mesmo que dizer que este mesmo objeto possui uma posição espacial e/ou temporal. Mas novamente, dizer isso é algo trivial, pois pode ser dito verdadeiramente de tudo aquilo que é um objeto.

Uma leitura contemporânea das objeções de Hume e Kant apresentadas anteriormente pode ser formulada como segue. A aplicação do termo “existe” por si só parece engendrar um

²⁸ Uma abordagem mais detalhada da análise que Russell e Quine oferecem ao conceito de existência será apresentada no segundo capítulo do presente trabalho.

problema que constitui o centro do argumento para quem defende a trivialidade da propriedade expressa por esse termo: se “existe” é um predicado que expressa a propriedade da existência, então, segundo os defensores dessa posição, segue que toda sentença existencial singular positiva seria uma tautologia, ao passo que sentenças existenciais singulares negativas seriam auto-contraditórias. Se me refiro a um objeto dizendo que esse objeto existe, não estou acrescentando nada ao objeto, tendo em vista que sua existência é pressuposta para que eu me refira legitimamente a ele. Pelo mesmo pressuposto da existência para uma referência legítima, uma sentença existencial negativa seria sempre auto-contraditória, pois estaria me referindo a algo e afirmando desse algo que ele não existe. No artigo intitulado “Is existence a predicate?”²⁹ David Pears expressa essa tese aplicada a sentenças existenciais com ocorrência de indexicais tais como “eu existo” e “isto existe” formulando uma distinção entre *tautologia referencial* (para sentenças existenciais positivas com indexicais) e *contradição referencial* (para sentenças existenciais negativas com indexicais). A idéia básica é que se tais sentenças se referem a algo, elas são sempre verdadeiras. Negar a verdade de uma sentença deste tipo equivale a negar a existência de algo ao qual afirmamos ter conhecimento de trato e, portanto, a estrutura mesma da sentença garante que ela seja sempre falsa.

Vale ressaltar que o impasse observado por Hume, Kant e Pears³⁰ em torno do termo “existe”, em sua estrutura básica, já estava formulado no enigma platônico do não-ser e era precisamente o que Platão e Meinong queriam superar. A relevância de uma apresentação do argumento do não-ser e da teoria dos objetos de Meinong para a discussão contemporânea do conceito de existência, por mais superficial que ela seja, reside no fato de que ambas oferecem a base teórica de onde emergem as principais questões com as quais este conceito está envolvido. Talvez possamos dizer sem exageros que, no cenário filosófico atual, qualquer posição consolidada que tente oferecer uma interpretação do conceito de existência está, de alguma forma, ou reafirmando ou negando muitas das intuições básicas de Platão e Meinong e que tais posições podem, sem sombra de dúvida, ser inseridas em debates filosóficos de primeira grandeza a exemplo do debate sobre os universais. Penso que, em última instância, o problema que envolve os universais pode ser perfeitamente analisado nos termos do problema da existência. Nele o que está em questão é a existência ou não de determinado tipo de entidades.

²⁹ Cf. (PEARS, 1967).

³⁰ Outro olhar suspeito em direção a legitimidade lógica do predicado de existência pode ser encontrado em (MOORE, 1970).

A ideia básica por trás da tese da trivialidade da propriedade da existência é mostrar que, mesmo que seja considerado que existência é uma propriedade de primeira ordem, ainda assim ela constitui uma propriedade que não oferece ao objeto que a instancie nenhuma diferença substancial em relação a outros objetos. Como mostra a tese da trivialidade da existência, a grande maioria das propriedades divide a realidade em dois segmentos básicos, a saber, o conjunto de objetos que instanciam a propriedade em questão e o conjunto dos objetos que não a instanciam, em outras palavras, o complemento da extensão da propriedade. Uma propriedade ϕ qualquer possui uma extensão, ou seja, o conjunto de todos os objetos que instanciam ϕ e, indiretamente, possui um complemento formado pelo conjunto de todos os objetos que não instanciam ϕ . No caso de propriedades não triviais ou informativas, embora possamos conceber casos especiais onde o complemento da extensão de tais propriedades possa ser vazio, ele não é necessariamente vazio. Esse princípio falha em relação às propriedades triviais tais como “ser ou não ser vermelho”, “ser idêntico a si mesmo” e, segundo os proponentes da tese da trivialidade da existência, “ser existente”. Tais propriedades são instanciadas necessariamente por todo objeto do domínio. Se “existe” é uma propriedade de indivíduos, então trivialmente ela é uma propriedade instanciada por tudo e, portanto, possui necessariamente como complemento de sua extensão o conjunto vazio. Outro critério básico de distinção entre propriedades triviais e as propriedades, por assim dizer, não triviais ou “padrões”, é que as do segundo tipo são propriedades que possuem características que ajudam a diferenciar, classificar e/ou identificar objetos. Ao pedir a alguém que descreva um objeto do qual não tenho conhecimento de trato, esse alguém deve enunciar propriedades que ajudem a diferenciá-lo de outros objetos, classificá-lo dentro de determinadas classes de objetos já conhecidos e identificá-lo no caso de uma futura apreensão. Propriedades como “ser alto”, “ser metálico” e “ser bela” cumprem essa função, ao passo que “existir” não. Alguém descrevendo a Torre Eiffel como alta, metálica e bela estaria oferecendo critérios de identificação e classificação da famosa torre francesa, contudo, acrescentar a essa descrição que a torre em questão é existente não traria uma informação substancial. A existência da torre, no contexto dessa descrição, é dada como um pressuposto pragmático do discurso.

Não obstante, a tese da trivialidade da propriedade da existência gera um grande problema para interpretação das sentenças existenciais negativas. Sentença como “a montanha de ouro não existe”, que todos parecem aceitar como verdadeira, analisada nos termos do modelo clássico de análise, apresenta um elemento do complemento do conjunto das coisas que existem, a saber, a montanha de ouro. Contudo, sendo uma propriedade trivial, existência

deveria, em tese, possuir um complemento vazio. Com isso, ou reconhecemos que a tese da trivialidade está equivocada ou oferecemos um tratamento lógico de sentenças existenciais onde termos como “a montanha de ouro” não nos comprometa diretamente com um objeto possivelmente denotado. Assim, ao afirmarmos “a montanha de ouro não existe”, a rigor, não estaríamos nos comprometendo com nenhum elemento de um possível complemento da extensão do predicado “existe”. Como veremos mais adiante, essa estratégia de reforma da sintaxe lógica clássica só foi plenamente realizada com Frege no final do século XIX.

É importante observar também que todas as questões levantadas neste capítulo inicial podem ser classificadas em duas grandes famílias, a saber, a das questões de caráter lógico (o conceito de existência é um conceito de primeira ou segunda ordem?) e as de caráter filosófico (os conceitos de *ser* e *existir* são ou não coincidentes? É legítima uma ontologia de objetos impossíveis? É possível uma redução de todo o discurso em torno de objetos abstratos e ficcionais a um discurso sobre a realidade física?). Embora em filosofia a figura do consenso seja algo raro, ele ainda é possível no âmbito mais geral das posturas metodológicas; e um lugar-comum na tradição analítica consiste na idéia de que uma análise mais basilar de questões lógicas associadas a determinados conceitos filosóficos, se não respondem, ao menos esclarecem as questões filosóficas com as quais estes mesmos conceitos estão envolvidos. Portanto, a estratégia básica deste trabalho poderia ser dividida em duas etapas: a primeira etapa é caracterizada por uma abordagem dos problemas envolvidos no tratamento lógico de sentenças de existência que penso poder esclarecer o comportamento semântico do termo “existe”. Essa primeira etapa será realizada por intermédio de uma apresentação e análise de algumas propostas de tratamento lógico do conceito de existência, a saber, as abordagens de Frege, Russell e Quine. A segunda etapa consiste em apresentar as conseqüências filosóficas que estas abordagens formais devem implicar, bem como suas possíveis limitações. Uma vez determinado o correto tratamento lógico a ser dado a tais sentenças – se houver *um único* tratamento – teremos os subsídios formais básicos para responder tanto a questões mais específicas referentes ao status do conceito de existência, como a suas implicações no que toca a problemas filosóficos gerais.

Resumindo: no presente capítulo apresentei, nas versões defendidas por Platão e Meinong, o que chamei de abordagem categorialmente inflacionada do problema da existência (seções 1.1 e 1.2). Em outras palavras, uma abordagem que, através de um modelo específico de análise de sentenças, expandiu o conceito de ser de uma maneira a abrigar não só aquilo que existe, mas também aquilo que subsiste e até mesmo o que não subsiste. Com

isso, a noção de existência passou a ser entendida pelos proponentes dessa abordagem como uma entre as várias categorias do ser. Para Platão, o domínio do ser inclui um vasto domínio de formas puras não instanciadas habitando um mundo das idéias. Para Meinong, o domínio do existente constitui um subconjunto particular que tem como complemento o conjunto do subsistente e do não subsistente. Tentei também mostrar que essa abordagem foi formulada ao longo da tradição com base na análise lógica de inspiração aristotélica fundada no pressuposto de que toda sentença possui a forma sujeito-predicado. Esse mesmo modelo de análise ofereceu a base para a afirmação de uma identidade entre estrutura gramatical e estrutura lógica das sentenças. No que diz respeito à noção de existência, esse modelo de análise enfrentou alguns problemas elementares, tal como o problema da manutenção da coerência de sentenças existenciais negativas verdadeiras. Por fim, fiz uma breve exposição das principais e mais freqüentes objeções às soluções de Platão e Meinong ao problema da existência (seção 1.3).



CAPÍTULO II

A abordagem quantitacional

Como vimos anteriormente, a tentativa de eliminar as incoerências de uma abordagem ingênua do conceito de existência derivadas de um modelo deficiente de análise de sentenças levou Meinong a sustentar uma distinção entre os conceitos de *haver* e *existir*, bem como a argumentar em favor de uma teoria inflacionada do ser. Não obstante, com o advento das críticas e objeções contra o argumento do não-ser de Platão e a teoria dos objetos de Meinong, ficou cada vez mais difícil sustentar as pressuposições e implicações da abordagem inflacionada nas formas propostas originalmente por Platão e Meinong. As deficiências dessa abordagem ajudaram a pôr em questão a validade, não só de suas teses acerca da existência, como do próprio modelo de análise de sentenças até então assumido. Nesse sentido, ficou cada vez mais patente a necessidade de um modelo de análise de sentenças alternativo que pudesse oferecer uma base sólida ao tratamento de questões científicas e filosóficas que eliminasse as inconsistências e limitações do modelo anterior.

O projeto de uma linguagem perfeita na qual pudéssemos formalizar e solucionar qualquer problema de ordem científica e filosófica é um ideal antigo entre filósofos; talvez, o exemplo mais citado de defesa desse ideal se encontre em Leibniz e sua busca por uma característica universal, uma espécie de *calculus ratiocinator* que pudesse conter todas as regras de análise de idéias.³¹ A realização desse projeto encontrou sua forma mais sofisticada na publicação em 1879 da *Begriffsschrift* de Frege que inaugurou uma nova era para as ciências formais. Na esteira da grande contribuição fregeana finalmente foi possível a assunção de modelos alternativos de análises de sentenças e, juntamente com isso, a oportunidade de uma revisão de todos os problemas filosóficos, incluindo o problema da existência.

O objetivo do presente capítulo é analisar esses modelos alternativos de análise de sentenças de existência, a saber:

- (i) a proposta de Frege: sentenças de existência enquanto predicacões de ordem superior;
 - (ii) a proposta de Russell: sentenças de existência enquanto afirmações acerca de funções proposicionais
- e por fim,

³¹ Para uma análise detalhada do ideal leibniziano de uma linguagem perfeita Cf. (LEIBNIZ, 1951).

(iii) a proposta de Quine: existência definida em termos de valores de variáveis quantificadas.

A despeito das várias e significativas diferenças entre essas três propostas, num contexto mais geral, pretendo qualificá-las como pertencentes a uma mesma família, tendo em vista que todas elas compartilham uma base crítica comum em relação à abordagem inflacionada apresentada no primeiro capítulo. Essa base crítica é caracterizada pela rejeição da identidade entre estrutura lógica e estrutura gramatical das sentenças, pela afirmação da equivalência entre os predicados “há” e “existe” e um grau de rejeição à ontologia categorialmente inflacionada, seja por meros *possibilia*, *impossibilia* ou formas puras não instanciadas. Pretendo também mostrar de que maneira essa nova abordagem evita os problemas da análise de Platão e Meinong apresentadas na seção 1.3 do capítulo anterior. Do ponto de vista formal, as propostas (i), (ii) e (iii) mencionadas acima compartilham a tese de que, de uma forma ou de outra, o predicado de existência é expresso pelo quantificador existencial da lógica de predicados. Em virtude dessa tese e do aspecto crítico comum em relação à abordagem inflacionada apresento essas três propostas como pertencentes a uma mesma linha de abordagem que chamo quantificacional.

2.1 A solução fregeana: existência enquanto um predicado de ordem superior

Ao publicar sua *Begriffsschrift* Frege lançou as bases da lógica e da análise filosófica contemporâneas revelando o que hoje conhecemos como cálculo de predicados. Apoiado nessa base formal propôs uma extensão do seu projeto logicista à filosofia da linguagem através de uma ontologia bi-categorial fundada na distinção semântica entre *conceito* e *objeto*³², contraparte da distinção sintática entre termo *insaturado* e termo *saturado*. Segundo Frege, os conceitos possuem estatuto ontológico tanto quanto objetos: da mesma forma que objetos são referidos por termos singulares, conceitos são referidos por predicados da linguagem. A ideia básica de Frege para formalizar sentenças das linguagens naturais estava fundada na isomorfia por ele percebida entre estruturas sentenciais e funções matemáticas. A analogia entre sentenças lingüísticas e matemáticas pode ser observada na seguinte passagem de *Função e Conceito*:

A forma lingüística da equação é uma sentença assertiva (...) As sentenças assertivas podem ser entendidas, assim como as equações ou expressões analíticas, como decompostas em duas partes, uma completa em si mesma e a outra necessitando de

³² Cf. (FREGE, 1978b).

complementação, sendo insaturada. Assim, por exemplo pode-se decompor a sentença

“César conquistou a Gália”

em “César” e “conquistou a Gália”. A segunda parte é insaturada, ela contém um lugar vazio, e somente quando este lugar é preenchido através de um nome próprio, ou de uma expressão que represente um nome próprio, aparece o sentido completo. Aqui também denomino de função a referência desta parte insaturada. Neste caso, o argumento é César (FREGE, 1978c: pp.45-46).

Em outras palavras, como numa operação matemática onde um elemento de um determinado domínio satisfaz uma função tornando-se o que os matemáticos chamam de argumento da função, assim também, tanto na nossa linguagem cotidiana como nas linguagens científicas, objetos satisfazem ou, na terminologia fregeana, caem sob conceitos expressos linguisticamente pelos predicados. Com isso, Frege notou que todas as sentenças declarativas bem formadas das linguagens podem ser analisadas enquanto um tipo especial de função. Para tornar essa função formalmente explícita basta parafrasear as sentenças através da lógica fazendo uso, como veremos a seguir, de variáveis ligadas, quantificadores, letras predicativas e constantes individuais.

2.1.1 A hierarquia fregeana de predicados

Frege mostrou também de forma clara, dentre outras coisas, que existe uma hierarquia de predicados e que muitos dos problemas que o conhecimento humano gerou (matemáticos, filosóficos etc.), que de alguma forma estavam associados à análise lógica de argumentos foram, em grande parte, derivados de uma má compreensão ou do completo desconhecimento dessa hierarquia. A idéia básica é que, sendo interpretados no contexto de uma função, os predicados estão do ponto de vista lógico, e enquanto expressões de conceitos, classificados em diferentes ordens de acordo com o tipo de argumento que eles admitem, a saber, objetos ou outros predicados de nível inferior. Numa sentença como “Sócrates é sábio”, “ser sábio” é um predicado que expressa uma propriedade atribuída diretamente a Sócrates e, portanto, um predicado de primeira ordem, pois é dito verdadeiro ou falso diretamente de um objeto. No caso, Sócrates cai sob o conceito *sábio*. O mesmo não ocorre com o predicado “é raro” que expressa sempre uma propriedade de conceitos (não de objetos) e, portanto, uma propriedade de ordem superior. Em última instância, afirmar “Sabedoria é rara” é afirmar a propriedade que a propriedade de primeira ordem “ser sábio” tem de ser instanciada em poucos objetos. Em outras palavras, a sentença afirma que poucos objetos caem sob o conceito *sábio*.

Não obstante, é importante ressaltar a distinção entre a relação de “cair sob um conceito” e a relação de subordinação entre conceitos. A primeira relação se dá, em linhas gerais, entre elementos de diferentes níveis hierárquicos, ao passo que a segunda ocorre entre elementos de um mesmo nível e pode ser analisado em termos de continência de conjuntos. Na sentença “Baleias são mamíferos” o conceito “ser baleia” não cai sob o conceito “ser mamífero”, pois ambos são conceito de primeira ordem, igualmente aplicados a objetos. Contudo, a extensão do conceito “ser baleia” é parte da extensão do conceito “ser mamífero” formando assim um subconjunto próprio do conjunto dos mamíferos. Em outras palavras, tudo que é baleia é também mamífero, mas nem tudo que é mamífero é também baleia. Uma maneira de esclarecer a relação de subordinação de conceitos apresentada por Frege pode ser oferecida formulando essa relação em termos de continência de conjuntos como segue:

Um conceito F é subordinado a um conceito G se, e somente se, o conjunto formado pela extensão de F é um subconjunto próprio do conjunto formado pela extensão de G .

Essa relação de inclusão entre conjuntos ou extensões de conceitos pode ser expressa na lógica através do operador de implicação “se... então...” (\rightarrow). Na sentença em questão temos: $\forall x (x \text{ é uma baleia} \rightarrow x \text{ é um mamífero})$. Vale notar que, a partir desses resultados, Frege traçou uma linha divisória significativa entre a estrutura gramatical de uma sentença e sua estrutura lógica profunda mostrando, ao contrário do que pressupunha o modelo clássico de análise apresentado no capítulo anterior, que nem sempre elas coincidem.³³ Através da hierarquia fregeana de predicados fica claro que, para um número significativamente grande de sentenças, a forma sujeito-predicado não é adequada para expressar a estrutura lógica subjacente. Por exemplo, a forma lógica da sentença “Baleias são mamíferos”, a saber, $\forall x (x \text{ é uma baleia} \rightarrow x \text{ é um mamífero})$, apresenta uma relação entre predicados e não possui nenhuma ocorrência de um termo singular ao qual pudéssemos atribuir o papel de sujeito lógico da sentença, embora a estrutura gramatical dessa mesma sentença possua a forma sujeito-predicado. Dessa forma, Frege mostrou que esse arcabouço formal, aliado ao correto uso da distinção entre conceito e objeto e à hierarquia dos predicados aplicados à análise de

³³ A ideia de que a linguagem natural é perpassada por imperfeições e que por isso não serve para fins científicos devendo ser substituída por uma linguagem lógica ideal é expressa claramente por Frege em seu texto *Sobre a justificação científica de uma conceitografia* (FREGE, 1983b). Para Frege, na construção do discurso rigoroso da ciência e de uma filosofia criteriosa a estrutura gramatical das sentenças, repleta de ambigüidades, deve ser abandonada em favor da estrutura lógica explicitada através de uma linguagem ideal.

argumentos podem, juntos, revelar a verdadeira forma lógica das sentenças e esclarecer muitos equívocos gerados, seja por uma análise lógica deficiente, seja pela gramática superficial. Com isso, a partir do aparato da lógica de Frege, tinha sido dado um grande passo na direção de uma revisão de todos os problemas clássicos da filosofia, dentre eles o problema do tratamento do conceito de existência que passa agora a ser analisado nos termos do problema da forma lógica de sentenças de existência.

No que diz respeito à discussão em torno do conceito de existência, o que Frege percebeu e a grande maioria dos críticos da abordagem inflacionada anteriores a ele ignorou – e isso vale para muitos outros conceitos filosoficamente relevantes, em especial os predicados lógicos – é que “existe” é um predicado de ordem superior, ou seja, um predicado dito verdadeiro ou falso de outros predicados.³⁴ Embora Hume e Kant tenham percebido os impasses derivados da análise de primeira ordem do termo “existe”, ambos pensaram que isso seria a evidência em favor da tese de que a existência não constitui um predicado relevante. A análise de Frege mostra que existência é um predicado não trivial e tão legítimo quanto qualquer outro, no entanto, um predicado de ordem superior. Isso pode ser observado através da formalização de sentenças de existência que ele propôs. A sentença

(1) Montanhas existem

se Frege estiver correto, deve ser analisada da seguinte forma:

(1)* $\exists x(Mx)$

onde “M” representa o predicado “ser montanha”, ou ainda, o conceito *ser montanha* e o quantificador existencial (\exists), quando aplicado a predicação de primeira ordem “ser montanha”, representa o predicado de ordem superior “existe”. Uma forma mais precisa e

³⁴ O pressuposto não questionado de que “existe” é um predicado aplicado diretamente a objetos, é o fundamento de argumentos célebres na tradição filosófica tais como o chamado *argumento ontológico* da existência de Deus proposto inicialmente por Santo Anselmo no *Proslógio*. Segundo o argumento ontológico de Anselmo, dado que pensamos em Deus enquanto “o ser do qual não se pode pensar nada maior”, então devemos pensá-lo necessariamente como um ser dotado de todos os predicados de perfeição; e isso inclui o predicado da existência. Para Anselmo, existência é uma propriedade de indivíduos e uma propriedade essencial de todo indivíduo perfeito. Outro exemplo clássico onde a noção de existência aparece enquanto um predicado de primeira ordem está presente no argumento apresentado por Descartes tanto na Parte IV do *Discurso do Método* quanto no §4 da segunda Meditação onde ele sustenta que a *res cogitans* constitui a única verdade clara e distinta que sobrevive ao crivo da dúvida metódica. A máxima cartesiana “penso; logo existo” parece claramente pressupor que existência constitui uma propriedade legítima do indivíduo. Tais argumentos não são válidos dentro da hierarquia fregeana de predicados, onde “existe” expressa um predicado de ordem superior.

logicamente mais sofisticada de representar o caráter de ordem superior de uma predicação de existência como (1) pode ser dada como segue:

$$(1)** \lambda\varphi (\exists x\varphi x) (M)$$

que pode ser lida da seguinte maneira: o predicado de ordem superior “ser um predicado aplicado a pelo menos um objeto” é satisfeito pelo predicado “M” “ser montanha”.

Embora a estrutura gramatical de (1) possua a forma sujeito-predicado (montanhas - existem), a estrutura lógica profunda revela uma sentença puramente predicativa que afirma do predicado “ser montanha” que ele é aplicado a pelo menos um objeto. Da mesma forma, uma sentença existencial negativa tal como

$$(2) \text{ Montanhas de ouro não existem}$$

pode ser formulada da seguinte maneira

$$(2)* \neg\exists x(Mx\wedge O_x)$$

onde temos novamente “M” representando o predicado “ser montanha” e “O” representando o predicado “ser de ouro”. Em (2)* temos mais uma vez uma predicação de ordem superior, onde é afirmado que os predicados “ser montanha” e “ser de ouro” não são instanciados por nenhum objeto a uma só vez. Como vimos anteriormente, vale notar que, segundo o modelo clássico de análise, o termo “montanhas de ouro” constitui o sujeito da sentença e, portanto, numa sentença formalizada deveria ser representado por uma constante individual. A pressuposição da análise lógica clássica de que ao enunciar (2) estamos predicando algo acerca de um sujeito e que esse sujeito deve possuir algum tipo de referência para que a sentença como um todo tenha sentido é a base do argumento do não-ser e da teoria dos objetos de Meinong para defender o comprometimento ontológico com montanhas de ouro. De acordo com a análise de Frege, tais argumentos são completamente falaciosos, pois a verdadeira forma lógica de (2), expressa em (2)*, mostra que o termo “montanhas de ouro” é, na verdade, uma composição de termos predicativos e não um nome para um objeto ou classe de objetos. Em (2)* não há nenhum termo singular ao qual precisamos postular uma denotação, como precisavam Platão e Meinong, para garantir o sentido da sentença como um

todo. Com isso, fica fácil notar que, caso a análise fregeana esteja correta, podemos dispensar a abordagem de Platão e Meinong, bem como rejeitar suas conseqüências filosóficas mais gerais, tais como sua ontologia categorialmente inflacionada.

A análise de Frege reflete claramente a posição superior do predicado “existe” na sua hierarquia de predicados. A ideia de Frege era mostrar com sua análise que sentenças de existência devem ser sempre formalmente analisadas em termos de predicacões de ordem superior e que o predicado “existe” é fielmente representado pelo quantificador existencial (\exists) quando aplicado a outra predicacão. Toda sentença de existência é uma sentença acerca de propriedades de ordem inferior – em relação à propriedade da existência – expressas predicativamente e afirma a respeito dessas mesmas propriedades se elas são ou não instanciadas. Seguindo mais uma vez a analogia entre estrutura sentencial e linguagem matemática, no parágrafo 53 dos *Fundamentos da Aritmética*, Frege expressa claramente a idéia de que “(...) a afirmação de existência nada mais é que a negação do número zero”. Ou seja, ao afirmar (1), em última instância, o falante está enunciando o fato de que o predicado “ser montanha” é instanciado por pelo menos um objeto e, portanto, que a extensão desse predicado não é vazia. Usando a contra positiva segue que: a afirmação de não existência nada mais é que uma afirmação do número zero. Em outras palavras, que o predicado em questão na sentença formalizada possui extensão nula. Outra evidência textual em favor dessa analogia pode ser encontrada em *Sobre o conceito e o objeto*:

Disse³⁵ que a indicação de um número predica algo de um conceito; falo de propriedades que são predicadas de um conceito e admito que um conceito caia sob outro superior³⁶. À existência, chamei-a de uma propriedade de um conceito. Um exemplo tornará claro como isto deve ser entendido. Na sentença “há pelo menos uma raiz quadrada de 4”, nada se predica do número determinado 2, nem tampouco de -2; mas se predica de um conceito, a saber, a raiz quadrada de 4, que este não é vazio (FREGE, 1978b: p.96)

Essas passagens são extremamente esclarecedoras, pois sintetizam a concepção fregeana da existência enquanto um predicado de ordem superior. No contexto de sentenças formalizadas temos a tese equivalente de que o quantificador existencial invariavelmente expressa uma propriedade de propriedades e é corretamente aplicado se a propriedade que está ligada ao quantificador é instanciada, ou ainda, se a extensão do conceito expresso pelo predicado ligado ao quantificador não é nula. Uma sentença existencial qualquer $\exists x(Fx)$ é verdadeira caso a propriedade expressa por “F” seja instanciada por pelo menos um objeto e

³⁵ Cf.(FREGE, 1983a: §46).

³⁶ Cf. (FREGE, 1983a: §53).

falsa caso nenhum objeto a instancie. Seguindo a analogia matemática, a sentença $\exists x(Fx)$ é verdadeira caso o conjunto que constitui a extensão do conceito F possua pelo menos um elemento e falsa caso esse mesmo conjunto seja vazio.

Da mesma forma que Frege, Inwagen também ressalta o paralelo entre sentenças de existência e afirmações numéricas com o objetivo distinto de sustentar a univocidade³⁷ do predicado “existe”:

The very essence of the applicability of arithmetic is that numbers may count anything: if you have written thirteen epics and I own thirteen cats, then the number of your epics *is* the number of my cats. But existence is closely tied to numbers. To say that unicorns do not exist is to say something very much like saying that the number of unicorns is 0; to say that horses exist is to say that numbers of horses is 1 or more. And to say that angels or ideas or prime numbers exist is to say that the number of angels, or of ideas, or of prime numbers, is greater than 0. The univocacy of numbers and the intimate connection between numbers and existence should convince us that there is at least very good reason to think that existence is univocal (van INWAGEN, 2001: p.17).

Segundo Inwagen, da mesma forma que atribuições numéricas possuem um alto grau de universalidade – podemos contar coisas tão diversas como, cavalos, anjos, unicórnios, conjuntos, conceitos, soluções de uma equação etc. – sem que façamos distinções conceituais entre números quando aplicados a objetos físicos ou quando aplicados a abstrações; o conceito de existência também possui uma característica unívoca e universal. Em linhas gerais, podemos proferir significativamente sentenças de existência e inexistência com ocorrência de qualquer predicado, sem que com isso o termo “existe” exija um tratamento lógico diferenciado em cada caso. Da mesma forma que Frege, Inwagen defende que esse tratamento lógico unívoco é oferecido através do quantificador existencial.

2.1.2 Sentenças de existência e nomes próprios

Embora, à primeira vista, os resultados de Frege apontem para uma superação das conseqüências indesejadas derivadas da abordagem inflacionada, há algumas complicações que precisam ser mencionadas. Os resultados derivados da solução fregeana ao problema de formalização de sentenças de existência possuem dois aspectos distintos. Se por um lado, o modelo de análise proposto por Frege oferece vantagens significativas em relação ao modelo

³⁷ Dizemos que o predicado de existência é unívoco quando podemos oferecer um tratamento lógico único a qualquer instância de sentença existencial. Em outras palavras, que a propriedade da existência é atribuída, do ponto de vista lógico, de forma similar a qualquer tipo de propriedade a qual ela esteja associada. Na abordagem fregeana esse tratamento unívoco fica evidente ao observarmos que o termo “existe” é sempre formalmente representado pelo quantificador existencial e que toda sentença de existência constitui sempre predicções de ordem superior.

clássico de análise no sentido de eliminar elegantemente algumas de suas conseqüências indesejadas – vale lembrar que o argumento do não-ser, onde a garantia do sentido de uma sentença como um todo pressupunha algum tipo de referência a todo termo denotativo presente na sentença, não é válido dentro da análise fregeana – por outro lado, há algumas complicações para a abordagem de Frege que tornam a crítica ao modelo clássico de análise algo não tão simples de ser levada a cabo, além de colocar a solução fregeana no centro de algumas polêmicas. Uma das complicações surge da análise de sentenças singulares de existência com ocorrência de nomes próprios, a exemplo de

(3) Júlio César existe.³⁸

Parece bastante intuitivo afirmar que (3) é uma sentença com sentido e além de tudo verdadeira. Ela afirma a existência historicamente comprovada de um indivíduo que viveu na antiguidade. Não obstante, do ponto de vista da abordagem de Frege, (3) não é nem verdadeira nem falsa e sequer possui sentido.³⁹ As razões para essa afirmação são de fácil compreensão. Na sentença (3) o termo “existe” ocorre como único predicado e está claramente ligado a um nome próprio, a saber, “Júlio César”, o que entra em choque frontal com a tese fregeana de que toda sentença de existência é constituída por uma predicacão de ordem superior, ou ainda, uma predicacão sobre predicados. Se (3) fosse uma sentença legítima, o predicado “existe”, nela presente, figuraria como um predicado de primeira ordem, ou seja, um predicado dito verdadeiro ou falso diretamente de um objeto, o que vai de encontro a real posição desse predicado na hierarquia fregeana. Segundo Frege, (3) é destituída de sentido pois fere noções básicas sintáticas que perpassam toda a linguagem e caracterizam a hierarquia de predicados.

Uma tentativa de solucionar o problema da significatividade de sentenças de existência com nomes próprios é defendida da seguinte maneira: nomes próprios dentro de uma sentença de existência podem ser analisados em termos de um conceito envolvendo identidade. Com isso a sentença (3) pode ser corretamente formalizada como segue:

(3)* $\exists x(x = \text{Júlio César})$.

³⁸O predicado “existe” será utilizado neste trabalho num sentido atemporal. Quando for necessário ressaltar algum aspecto temporal deste predicado ele virá explícito no texto.

³⁹Cf. (FREGE, 1978b; p.98).

Vale ressaltar que o quantificador existencial (\exists) em (3)* não está sendo aplicado diretamente a “Júlio César”; se fosse o caso, “existe” seria um predicado de primeira ordem. Segundo Frege, é ao predicado de primeira ordem “= Júlio César” que deve ser lido como “ser idêntico a Júlio César” que o quantificador presente em (3)* se aplica, tornando “existe” um predicado de segunda ordem. O que (3)* expressa, em linhas gerais, é que o predicado “ser idêntico a Júlio César” é instanciado por algo. Não obstante, essa proposta está fundada na estratégia não admissível no sistema fregeano de substituir um nome próprio por um predicado. Tal estratégia fere o princípio básico de Frege de distinção entre as noções de conceito e objeto. Mesmo que essa análise fosse defensável dentro dos parâmetros fregeanos ainda assim ela se defrontaria com algumas incongruências entre a formalização de sentenças existenciais negativas com nomes próprios sem referências e algumas das teses da Filosofia da Linguagem de Frege. Vejamos como isso ocorre: uma sentença existencial negativa do tipo

(4) Sherlock Holmes não existe.

se analisada de maneira análoga à (3)*, teríamos então algo como

(4)* $\neg \exists x (x = \text{Sherlock Holmes})$.

Tendo em vista que não há nada que satisfaça o predicado “ser idêntico a Sherlock Holmes” a sentença (4)* seria consistentemente verdadeira. No entanto, Frege afirma que uma sentença existencial negativa com um termo sem referência simplesmente não possui valor de verdade. O argumento de Frege para sustentar essa afirmação é derivado de seu *princípio de composicionalidade* que afirma que o *sentido* e a *referência* de uma sentença é uma função do sentido e da referência das partes da sentença, juntamente com suas regras de composição. De fato, o princípio de composicionalidade parece claro e intuitivo, mas juntamente com a análise fregeana de sentenças conduz a conclusões nem sempre intuitivas. A sentença (4) possui um termo vacuoso, ou seja, um termo sem referência, a saber, “Sherlock Holmes”. Se a referência de (4) é uma função da referência de suas partes e “Sherlock Holmes” não possui referência, então (4) não possui referência. Mas o que é a referência de uma sentença para Frege? Frege possui um argumento apresentado em *Sobre o Sentido e Referência*⁴⁰ para sustentar que a referência de uma sentença é seu valor de verdade.

⁴⁰ Cf. (FREGE, (1978:67-69).

Frege chama atenção para o nosso constante interesse pela referência dos termos que ocorrem nas sentenças; ou seja, se existe ou não o objeto que eles pretendem representar. Segundo ele, esse interesse em relação à referência das partes de uma sentença é motivado pelo nosso interesse quanto ao valor de verdade das sentenças. Se não nos interessássemos pelo valor de verdade das sentenças – assim como ocorre na nossa relação com as artes, a exemplo de um texto literário onde, segundo Frege, o deleite estético constitui a finalidade última da leitura – a compreensão do sentido das sentenças seria o suficiente para os nossos objetivos. Contudo, isso nem sempre é o caso. Para Frege, é o interesse pelo valor de verdade das sentenças que move o homem do mero deleite estético em relação à linguagem em direção a investigação científica. Com isso, a compreensão do pensamento já não é o bastante; precisamos do valor de verdade das sentenças. Tendo em vista que é o interesse pelo valor de verdade que leva ao interesse pela referência, Frege identifica valor de verdade à referência de uma sentença. Essa identidade entre o valor de verdade e a referência no âmbito das sentenças fica evidente no célebre *princípio de substituição salva veritate* segundo o qual, se substituo numa sentença *S* um termo por outro termo com mesma referência, a referência da sentença resultante da substituição em *S* permanece inalterada em relação à *S*. Tendo em vista que na maioria dos casos esse tipo de substituição altera o sentido da sentença, mas nunca seu valor de verdade, Frege deduz disso que a referência de uma sentença é seu valor de verdade. Mas, retornando ao ponto que deixamos para traz, segundo Frege, (4) não possui uma referência. Portanto, (4), assim como toda sentença existencial negativa com termo vcuoso, não possui valor de verdade. A rigor, (4) não é nem verdadeira nem falsa.

Naturalmente, o modelo de análise proposto por Frege é disputável. Aparentemente compreendemos o sentido de uma sentença se compreendemos as condições de verdade desta mesma sentença, ou seja, o que é o caso se ela for verdadeira. Nesse sentido, intuitivamente parece que compreendemos o sentido das sentenças (3) e (4). No entanto, Frege justifica a ausência de sentido de (3) e (4) atribuindo tal ausência a não observância de determinadas regras da hierarquia de predicados. A ideia de que há sentenças a qual intuitivamente compreendemos seu sentido, mas que, em última instância, não só não possuem sentido como também são destituídas de valor de verdade, parece forte demais e não por acaso é tão polêmica. Filósofos como Russell rejeitaram essas conseqüências da análise fregeana sob a alegação de que ela parece entrar em choque frontal com um princípio lógico clássico mais fundamental que é o *princípio da bivalência das proposições*, a saber, que uma sentença que

encerra uma proposição com sentido deve ser ou verdadeira ou falsa.⁴¹ Algo como o princípio lógico do terceiro excluído aplicado a proposições. Por outro lado, a análise alternativa que propõe substituir um nome próprio por um conceito envolvendo identidade (por exemplo, “Júlio César” por “ser idêntico a Júlio César”) parece ser incompatível com as teses básicas de Frege. A crítica padrão a essa alternativa afirma que a estratégia de substituir um nome próprio por um termo conceitual fere a distinção fregeana entre conceito e objeto, pois, segundo tal distinção, um nome próprio nunca deve ser analisado enquanto um termo insaturado. Para além disso, há ainda complicações mais gerais acerca do status lógico-semântico dos nomes próprios. Atualmente há uma enorme discussão em torno dos nomes próprios e do correto tratamento lógico a ser dado a eles, o que torna a análise realizada em (3)* e (4)*, onde ocorrem conceitos como “ser idêntico a Júlio César” ou “ser idêntico a Sherlock Holmes”, que são expressos através de nomes próprios, algo não muito claro. De fato, essa análise parece carecer uma explicação do que devemos entender por “ser idêntico a x ” onde x é um nome próprio.⁴²

Em seu artigo *Sobre o sentido e a referência*, Frege expôs uma teoria indireta da referência de nomes próprios. A ideia básica é que expressões denotativas referem objetos (caso o pretendo referido exista) através de um *sentido* que Frege identifica como o “modo de apresentação do objeto”. A distinção entre *sentido* (*Sinn*) e *referência* (*Bedeutung*) é proposta para explicar, dentre outras coisas, diferentes estruturas de sentenças de identidade de acordo com seu grau informativo. Uma sentença como “A estrela da manhã é a estrela da manhã” (do tipo “ $a=a$ ”) é uma instância do princípio trivial de que todo objeto é idêntico a si mesmo e, portanto, não acrescenta informação alguma a respeito do referente do termo “A estrela da manhã”. Por outro lado, a sentença “A estrela da manhã é a estrela da tarde” (do tipo “ $a=b$ ”) é uma sentença que possui uma informação astronômica relevante a respeito do referente dos termos “A estrela da Manhã” e “A estrela da tarde” e, portanto, não trivial. Frege explica a não trivialidade da segunda sentença defendendo a tese de que, embora a referência dos termos “A estrela da manhã” e “A estrela da tarde” seja o mesmo objeto, a saber, o planeta Vênus, eles referem ao planeta Vênus através de sentidos diferentes, ou ainda, eles possuem diferentes modos de apresentação do objeto planeta Vênus. O problema agora é definir o que

⁴¹ Como veremos mais adiante, Russell rejeitou veementemente a tese fregeana de que sentenças constituídas por termos sem referência – a exemplo de algumas sentenças existenciais negativas – ou sentenças de existência com ocorrência de nomes próprios simplesmente não possuem valor de verdade. Ele mesmo descreveu como uma das contribuições de sua *teoria das descrições* a preservação da bivalência dessas sentenças. Cf. (RUSSELL:1978a).

⁴² Frege tinha uma concepção ampla de nomes próprios que incluíam não só os nomes próprios da linguagem natural (Sócrates, Sherlock Holmes etc.), como descrições definidas (“o mestre de Alexandre Magno”, “o mais famoso detetive inglês” etc.) e até mesmo indexicais (isto, aquilo, etc.). Contudo, no presente caso, a polêmica gira exclusivamente em torno dos nomes próprios da linguagem natural.

vem a ser precisamente esse “modo de apresentação de um objeto”. Embora seja algo extremamente delicado e não consensual, uma linha forte de interpretação defende que, para Frege, o modo de apresentação do objeto, ou seja, o sentido de uma expressão denotativa é dado por alguma descrição definida que identificasse a referência dessa mesma expressão. Em geral, essa interpretação está fundamentada em evidências textuais tais como a seguinte nota encontrada em *Sobre o sentido e a referência*:

No caso de nomes próprios genuínos como “Aristóteles”, as opiniões quanto ao sentido podem certamente divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno. Quem fizer isto associará outro sentido à sentença “Aristóteles nasceu em Estagira” do que alguém que tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre Magno, que nasceu em Estagira. Enquanto a referência permanecer a mesma, tais variações de sentido serão toleradas, ainda que elas devam ser evitadas na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa, e não devem ter lugar numa linguagem perfeita. (FREGE, 1978; p. 63).

Com isso, Frege é posto, de acordo com essa linha de interpretação, no rol dos filósofos que defendem a posição hoje conhecida como *descriptivismo*. De acordo com o descriptivismo, o sentido de um nome é expresso através do sentido de uma descrição definida a ele associada que identifica o objeto que o nome em questão indiretamente refere. Em linhas gerais, a descrição definida que é associada ao nome deve oferecer um critério de identidade para o referente do nome, tendo em vista que apenas o portador do nome deve satisfazer tal descrição.⁴³ Do ponto de vista formal, a estratégia descriptivista consiste basicamente na substituição do nome próprio por uma descrição definida satisfeita pelo portador do nome que será analisada enquanto um complexo de predicativo. Com isso, poderíamos formalizar (3) e (4) da seguinte forma:

$$(3)** \exists x(Rx \wedge Gx)$$

$$(4)** \neg \exists x(Dx \wedge Mx)$$

onde os predicados “R”, “G”, “D” e “M” abreviam diferentes descrições de acordo com o falante. Um exemplo possível seria: “é chefe de governo romano” para “R”, “é o conquistador da Gália” para “G” e “é detetive” para “D” e “mora na Baker Street 221B” para “M”. Como Frege ressalta na nota anteriormente citada, embora essa variação de descrição associada a um nome por cada falante deva ser evitada em uma linguagem que se pretenda perfeita, a

⁴³ O descriptivismo será tratado em mais detalhes na apresentação da análise russeliana de sentenças existenciais.

exemplo da linguagem científica, ela pode ser tolerada em linguagens naturais desde que se mantenha a referência do nome em questão.

Essa análise descritivista, segundo seus proponentes, possui uma clara vantagem em relação à análise oferecida em (3)* e (4)*, tendo em vista que elimina a necessidade do uso de predicados obscuros tais como “ser idêntico a Júlio César” ou “ser idêntico a Sherlock Holmes”, bem como oferece um critério prático de verificação do valor de verdade de uma sentença. Por exemplo, “Júlio César existe” é uma sentença verdadeira caso exista um indivíduo do domínio que instancie a uma só vez as propriedades “ser chefe de governo romano” e “ser o conquistador da Gália”. Seguindo essa mesma estratégia, a interpretação descritivista do modelo de análise de Frege evita também que sentenças existenciais com nomes próprios ou com termos vacuosos, a exemplo de (3) e (4), sejam, a despeito das nossas intuições mais básicas acerca da linguagem, simplesmente destituídas de valor de verdade. Vale ressaltar mais uma vez, como pode ser novamente observado através das sentenças (3)** e (4)**, que o predicado “existe” possui sempre como contraparte formal o quantificador existencial da lógica de predicados. A posição do conceito de existência na hierarquia fregeana é traduzida no comportamento sintático desse quantificador. (\exists) expressa uma função de predicados de primeira ordem em valores de verdade.⁴⁴

Outro ponto controverso na interpretação das teses de Frege acerca da existência diz respeito a uma característica curiosa quanto ao status da propriedade da existência na hierarquia fregeana dos predicados. A rigor, o predicado de existência não possui uma posição definida nessa hierarquia. Em tese, o predicado “existe” pode ocorrer em qualquer nível excetuando o nível 0 (o dos objetos) e o nível 1 (o das propriedades que se aplicam diretamente a objetos).⁴⁵ Nada impede que o quantificador existencial possa ser significativamente aplicado a qualquer propriedade de qualquer nível n , sendo $n \geq 1$, sendo inclusive aplicável a si mesmo. Essa característica de “não localidade” da propriedade da existência na hierarquia fregeana é comum a toda propriedade lógica, tais como, identidade ou instanciação; e é precisamente isso que traduz a universalidade de tais propriedades⁴⁶. O problema é determinar se o predicado “existe” é unívoco ou se na verdade ele sofre de uma espécie de ambigüidade conceitual. Por um lado, se a primeira hipótese estiver correta e se o

⁴⁴ Para uma análise mais detalhada dos quantificadores e da noção de hierarquia de níveis na filosofia de Frege Cf. (DUMMETT, 1973: cap. 2 e 3).

⁴⁵ Embora Frege não tenha oferecido uma análise detalhada de como se estende essa hierarquia de propriedades ou predicados, é bastante razoável sustentar que esses níveis, em tese, se estendam ao infinito. De fato, não havia uma necessidade teórica de detalhar essa análise, pois todos os predicados relevantes ao projeto filosófico fregeano estão presentes até o primeiro ou segundo nível da hierarquia.

⁴⁶ Para uma análise mais detalhada da universalidade das propriedades lógicas Cf.(McGUINN, 2000).

mesmo predicado “existe” ocorrer em diferentes níveis da hierarquia fregeana, então é necessário mostrar de forma explícita como isso não conduz a algum paradoxo semelhante àqueles que surgem quando violamos níveis lógicos, como é o caso do famoso paradoxo de Russell. Por outro lado, se a segunda, e mais radical hipótese, estiver correta, estaríamos então legitimados a defender a tese contra-intuitiva de que há diferentes predicados de existência aplicados a diferentes níveis da hierarquia fregeana. Esse impasse entre um predicado unívoco de existência e diferentes predicados em diferentes níveis hierárquicos é claramente formulado na seguinte passagem de *Logical Forms* de Chateaubriand:

We could conceive of existential quantification as a property of properties that applies to a property if and only if this property is instantiated. Although distinct from a property of objects, existential quantification thus characterized would be significant for all properties, including itself. But it is precisely this very general conception of properties that can lead to paradox and that seems to force a stricter distinction of levels. Thus, instead of a single property Existentiality, we have an indefinite number of Existentiality properties of different levels (CHATEAUBRIAND, 2001: p. 300).⁴⁷

Ao que parece, Frege sustentou a univocidade do predicado de existência expresso no tratamento uniforme de sentenças existenciais enquanto predicacões de ordem superior onde o termo “existe”, qualquer que seja o que nível no qual ele esteja sendo aplicado, é sempre caracterizado pela associação do quantificador existencial a uma predicacão de ordem inferior na mesma hierarquia.

2.2 Russell e a Teoria das Descrições: sentenças de existência enquanto afirmações acerca de funções proposicionais

Através da discussão anteriormente estabelecida, parece ficar cada vez mais patente que muitos dos grandes problemas envolvidos na formalização de sentenças de existência estão intimamente associados à análise de sentenças existenciais negativas. É basicamente desse tipo específico de sentença de onde parece derivarmos a grande maioria dos impasses filosóficos com os quais a noção de existência está associada. Esse é o grande impasse em relação ao argumento do não-ser: dizer de um objeto x , que ele existe parece menos problemático; a grande dificuldade é oferecer um procedimento que evite o comprometimento inevitável com os objetos possivelmente denotados pelos termos de uma sentença existencial

⁴⁷ Vale ressaltar que a presente passagem não expressa a posição de Chateaubriand, mas apenas sua formulação do impasse entre a univocidade ou pluralidade do predicado “existe”.

negativa, ou seja, dizer de um possível objeto y que y não existe sem que isso pressuponha de alguma forma um comprometimento com y . A todo instante o problema platônico do não-ser retorna como um fantasma que assombra a lógica da linguagem dando uma aparência quase paradoxal a negações existenciais. O problema do não-ser é um problema recorrente na discussão acerca da existência, pois nem todo termo que usamos numa sentença (nome próprio, descrição definida etc.) possui, de fato, uma referência. Em outras palavras, nem tudo que está presente na nossa linguagem possui uma contraparte na realidade. Esse é o elemento básico que permite a ocorrência de sentenças existenciais negativas verdadeiras. O problema é oferecer um tratamento lógico que possibilite o uso desses termos vacuosos sem um comprometimento inevitável com os objetos supostamente denotados. É no contexto de problemas desse tipo que Russell apresenta sua *teoria das descrições definidas*⁴⁸, bem como sua contribuição ao problema da existência propondo uma análise de afirmações de existência enquanto afirmações acerca de funções proposicionais.⁴⁹

2.2.1 A noção de função proposicional

Embora Frege tenha dado o passo decisivo na direção de uma formalização de sentenças de existência e de uma revisão do status lógico do predicado “existe”, sem sombra de dúvida, foi com Russell que a tese de que sentenças de existência são formadas por predicções de ordem superior conquistou notoriedade e, ao menos em certo período, o status de interpretação *standard* do problema da existência na tradição analítica. Segundo Russell, toda afirmação de existência é, fundamentalmente, uma afirmação acerca de uma *função proposicional* e não, como a gramática superficial pode levar a crer, uma atribuição de uma propriedade – a da existência – diretamente a um indivíduo particular. É fácil observar que o

⁴⁸ Cf. (RUSSELL, 1978a).

⁴⁹ É importante observar que a abordagem russeliana do problema da existência apresentada no meu trabalho se situa no contexto da publicação do artigo *Da Denotação* datada de 1905 (RUSSELL, 1978a) e que representou um marco na fase de influência nominalista na obra de Russell. É fato que, ao longo de sua trajetória filosófica, Russell mudou várias vezes de posição filosófica geral. No início de sua carreira Russell defendeu uma posição idealista com forte influência do idealismo de Hegel e Bradley. O mais surpreendente é que, entre as fases idealista e nominalista, Russell chegou muito próximo do meinongianismo. A seguinte passagem de *Principles of Mathematics* de 1903, que deixa claro essa proximidade, poderia ser, sem dificuldades, confundida com uma passagem da *Teoria dos Objetos* de Meinong: “*Being* is that which belongs to every conceivable term, to every possible object of thought...If A be any term that can be counted as one, it is plain that A is something, and therefore that A is. “ A is not” must always be either false or meaningless. For if A were nothing, it could not be said to not be; “ A is not” implies that there is a term A whose being is denied, and hence that A is. Thus unless “ A is not” be an empty sound it must be false – whatever A be, it certainly is. Numbers, the Homeric gods, relations, chimeras and four-dimensional spaces all have being, for if they were not entities of a kind, we could make no propositions about them. (...) *Existence*, on the contrary, is the prerogative of some amongst beings” (RUSSELL, 2009: seção 427). Para uma análise das razões que levaram Russell a rejeitar a ontologia de Meinong e propor sua teoria das descrições Cf. (HYLTON, 2003).

contrário também é válido; toda afirmação acerca de uma função proposicional implica, direta ou indiretamente, uma afirmação existencial. Vejamos primeiramente o que vem a ser uma função proposicional.⁵⁰

Entende-se por uma função proposicional uma expressão com uma posição vazia representada formalmente por variáveis que, quando preenchida por um termo sintaticamente adequado, produz uma sentença. Por exemplo, a expressão “ x é filósofo” constitui uma função proposicional onde a variável, quando preenchida por algum termo singular, – Sócrates, por exemplo – produz uma sentença; no caso, “Sócrates é filósofo”. O termo vazio pode ser também um predicado como no caso $\varphi(a)$ onde φ é uma variável para predicados e a uma constante individual. O tipo de variável utilizada, ou ainda, a posição insaturada da sentença, determina o nível da função em questão: “... é filósofo” expressa uma função de primeira ordem, pois admite como valor de sua variável apenas objetos. Por outro lado, “Sócrates ...” expressa uma função de ordem superior onde o valor da variável deve ser, não um objeto, mas um predicado. Chamamos de um termo funcional todo termo ou expressão insaturada que entre na composição de uma função proposicional. O exemplo padrão de um termo funcional é uma *descrição definida*. Toda descrição definida possui a forma “o x tal que $F(x)$ ”, onde x é uma variável sobre indivíduos e F é um predicado de primeira ordem. Da mesma forma que quando preenchermos as variáveis de uma função proposicional por um termo sintaticamente adequado produzimos uma sentença, quando substituirmos as variáveis de uma descrição definida por um termo também sintaticamente adequado produzimos um termo singular, ou seja, um termo que designa um objeto particular. Vale ressaltar que uma descrição definida expressa sempre um termo funcional de primeira ordem, pois admite como valores de suas variáveis apenas objetos. Como veremos a seguir, essa estreita relação entre funções proposicionais e descrições definidas será de extrema relevância para a teoria das descrições de Russell.

A tese básica de Russell no que diz respeito ao problema da existência, consiste na alegação de que a estrutura de uma sentença existencial positiva, em última instância, possui a forma de uma afirmação acerca de uma dada função proposicional, a saber, que essa mesma função proposicional possui pelo menos um valor que, substituindo as variáveis, torna a sentença resultante verdadeira. Usando a contra-positiva, uma negação existencial afirma acerca de uma função proposicional que ela não possui nenhum valor que, substituindo as variáveis, torne a sentença verdadeira. Essa relação entre existência e satisfação de uma

⁵⁰ Uma abordagem bastante didática da noção de *função proposicional* é oferecida pelo próprio Russell em (RUSSELL, 2007: cap.15).

função proposicional fica evidente na seguinte passagem de *Introdução à filosofia matemática*:

(...) a forma fundamental [da sentença de existência] é aquela derivada imediatamente da noção de “às vezes verdadeiro”. Dizemos que um argumento a “satisfaz” uma função ϕx se ϕa for verdadeira; é nesse mesmo sentido que dizemos que as raízes de uma equação satisfazem a equação. Ora, se ϕx às vezes é verdadeiro, podemos dizer que há x para o qual ela é verdadeira, ou podemos dizer “existem argumentos que satisfazem ϕx ”. Esse é o significado fundamental da palavra “existência” (RUSSELL, 2007: p. 197).

Isso fica mais claro através de exemplos. De acordo com Russell, podemos afirmar corretamente que a sentença “existem homens” significa nada mais que “a função proposicional ‘ x é um homem’ às vezes é verdadeira”, ou ainda, que há pelo menos um objeto do domínio que é o valor de x na função “ x é um homem”. Uma análise compatível pode ser sustentada para sentenças existenciais negativas. Na sentença

(2) Montanhas de ouro não existem

do ponto de vista lógico, está sendo afirmado acerca de uma função proposicional, a saber, “ x é uma montanha $\wedge x$ é de ouro”, que ela não possui nenhuma instância que a torne verdadeira; portanto, que “ x ” não possui um valor no nosso domínio. Em outras palavras, que as propriedades de primeira ordem que ocorrem na função não são conjuntamente instanciadas por nenhum objeto do domínio.

Há aqui um ponto de semelhança na estratégia geral de Frege e Russell: os argumentos de ambos, no que diz respeito ao tratamento formal a ser dado a sentenças da linguagem natural, convergem no sentido de mostrar, contra o modelo clássico de análise que, em muitos casos, há uma diferença radical entre a gramática superficial de uma sentença e sua estrutura lógica profunda e que, portanto, nem sempre elas coincidem. Embora sentenças como “Júlio César é poderoso” e “Júlio César existe” pareçam ser ambas, do ponto de vista da gramática superficial, predicções simples acerca de um indivíduo, a saber, Júlio César, uma análise mais detalhada mostra, segundo Russell, que isso vale para a primeira, mas não para a segunda sentença. Na verdade, a sentença “Júlio César existe” é constituída por uma predicção acerca de um ou mais predicados instanciados pelo indivíduo Júlio César. Apesar do fato de que essa tese possa parecer, a primeira vista, contra-intuitiva, a linguagem está repleta de predicados de predicados tais como, “ser raro” (já citado anteriormente) ou “ser numeroso” e que, portanto, se comportam de forma semelhante ao predicado “existe”

sem que isso cause algum tipo de complicação teórica relevante. Afirmar “Políticos corruptos são numerosos” não é afirmar de cada político corrupto em particular que ele é numeroso (todo indivíduo é, por definição, único), mas antes, que a extensão de objetos que instanciam ambos os predicados, “ser político” e “ser corrupto” possui, infelizmente, muitos membros.

A noção de *função proposicional* é basilar para a compreensão da análise lógica de sentenças proposta por Russell e possui uma relação indissociável com a noção de *descrição definida*. Em Filosofia da Linguagem chamamos de descrição definida um complexo denotativo precedido pelo artigo definido “o” (ou “a”) expresso, como mencionei anteriormente, na forma geral “o x tal que $F(x)$ ”, a exemplo de “o Rei da França”, “o maior número primo” ou “a fonte da juventude”. As descrições definidas têm em comum, dentre outras coisas, o fato de serem composições predicativas usadas para referir a um objeto. Por exemplo, “o maior número primo menor que 100” é um complexo predicativo que busca referir a um objeto particular que tenha todas as propriedades apresentadas na descrição, a saber, “ser um número”, “ser primo” e “ser maior que qualquer outro número primo menor que 100”. Dessa forma, não é difícil perceber a similaridade entre a noção de um complexo predicativo que pode ser atribuído a um sujeito e a noção de uma função proposicional. Com isso, Russell pretendia mostrar que descrições definidas e funções proposicionais possuem estruturas equivalentes e que, portanto, toda descrição definida pode ser traduzida, ou ainda, entrar na composição de uma função proposicional. A descrição definida “o maior número primo menor que 100” pode ser expressa através da função proposicional “ x é um número $\wedge x$ é primo $\wedge x$ é maior que todo número primo menor que 100”. É nessa similaridade entre descrições definidas e funções proposicionais que Russell encontra um fundamento valioso sobre o qual ele vai erguer sua teoria das descrições. Em linhas gerais, Russell busca traduzir toda expressão denotativa presente em uma sentença em termos de uma descrição definida e, por sua vez, analisá-la em termos de uma função proposicional. Essa é uma estratégia que visa revelar, através de paráfrases, a verdadeira estrutura lógica da sentença eliminando assim os problemas derivados da gramática superficial.

2.2.2 A teoria das descrições definidas⁵¹

A teoria das descrições definidas de Russell consiste basicamente num dispositivo formal para interpretar expressões da forma geral “o x tal que $F(x)$ ” em termos de *símbolos*

⁵¹ Para uma apresentação didática da teoria das descrições de Russell, bem como de seu *Background* filosófico recomendo fortemente (HYLTON, 2003).

incompletos, e não mais como unidades semânticas autônomas representadas na forma de constantes lógicas que conduziam ao comprometimento indesejado com o objeto possivelmente denotado. Por símbolos incompletos, Russell entendia unidades semânticas que entram na composição das funções proposicionais e que carecem saturação. Pela sua própria constituição insaturada, os símbolos incompletos não possuem sentido independente, mas apenas no contexto da sentença. O fato de, aparentemente, eles possuírem um sentido independente – como sujeito gramatical da sentença – segundo Russell, apenas conta como evidência em favor da tese de que a estrutura gramatical das sentenças onde eles ocorrem não coincide com sua estrutura lógica e que, portanto, deve ser eliminada de uma análise que se pretenda sólida para objetivos filosóficos e científicos. Vale ressaltar que, o que está em jogo para Russell na proposta de um modelo de análise lógica é um meio de depuração e eliminação dos problemas estruturais que a linguagem natural apresenta. Nesse sentido, qualquer choque entre a estrutura lógica e a gramatical deve ser superado em favor da estrutura lógica das sentenças. Essa mudança de estratégia de formalização das sentenças que Russell propôs em favor da estrutura lógica implícita, implicou uma revolução na abordagem não só de problemas lógicos como de problemas ontológicos envolvidos na análise proposicional. Tudo isso ficará mais claro ao vermos como se dá o mecanismo de análise da teoria de Russell.

Uma sentença como

(5) O atual Rei da França é careca

onde ocorre uma descrição definida (“O atual Rei da França”), de acordo com a leitura do modelo clássico de análise seria formalizada na forma Fa , onde “F” representaria o predicado “ser careca” e “a” a constante lógica para “O atual Rei da França” que, segundo esse modelo de análise, constitui o sujeito da sentença. Russell chama atenção para o fato de que esse modelo de análise, quando aplicado a sentenças como (5), onde ocorre um termo vago, parece ferir o *princípio do terceiro excluído*. De fato, Segundo Russell, (5) é claramente falsa; e como toda sentença falsa, quando negada deve tornar-se verdadeira. No entanto, sua negação

(5)* O atual Rei da França não é careca

também parece falsa, pois o atual rei da França não pertence nem ao conjunto dos objetos que instanciam a propriedade “ser careca” nem ao conjunto dos que não instanciam tal propriedade. Esse fato causa uma espécie de colapso, pois desafia as mais sólidas bases da lógica clássica, além de provocar um enorme embaraço para quem, assim como Russell, vê nesse modelo de lógica e em princípios como o do terceiro excluído a base sólida sobre a qual legitimamos toda nossa racionalidade. Com isso, segundo Russell, devemos prontamente solucionar e superar essas anomalias que surgem na análise de sentenças. Duas soluções possíveis seriam: ou mudar a lógica (posição extremamente radical e com conseqüências indesejadas; algo como jogar fora a água do banho juntamente com o bebê) ou mudar o modelo de análise. Obviamente, a teoria das descrições é a realização do segundo projeto. Se o modelo clássico de análise implica um furo do princípio do terceiro excluído muito pior para ele que, por isso, se mostra deficiente. Russell tenta mostrar que problemas como esse são derivados de uma análise equivocada e pode ser dissolvido ao revelarmos a verdadeira forma lógica das sentenças. Em última instância, “o atual rei da França”, ao contrário do que pressupõe a análise clássica apresentada anteriormente, é uma expressão do tipo “o x tal que $F(x)$ ”, ou seja, uma descrição definida. Portanto, como toda descrição definida deve ser analisada, não em termos de uma constante individual, mas de uma função proposicional. Essa função é facilmente revelada ao desdobrarmos todo o conteúdo informativo de (5) através de paráfrases dessa mesma sentença. Podemos notar que (5) é uma composição de três sentenças mais elementares:

(C1) Existe um atual rei da França.

(C2) Existe apenas um atual rei da França.

e

(C3) Esse atual rei da França é careca.

Usando o aparato da lógica de predicados temos:

(5)** $\exists x(Fx \wedge \forall y(Fy \rightarrow y=x) \wedge Cx)$

onde “F” representa o predicado “ser rei da França” e “C” o predicado “ser careca”. É de extrema importância observar que em (5)** não há nenhuma ocorrência de um termo singular explícito. (5)** é uma sentença composta apenas por predicados e variáveis quantificadas. Se por um lado, a gramática superficial analisa (5) em termos de uma sentença da forma sujeito-

predicado, por outro, a estratégia de Russell dispensa qualquer uso explícito de um termo singular. (5)** é simplesmente uma sentença formalizada destituída de sujeito. Ao analisar “o atual rei da França” enquanto uma função proposicional, estamos eliminando do nosso discurso o ato de falar sobre uma entidade específica, a saber, o possível atual rei da França. O que torna (5)** verdadeiro ou falso é o fato de possuímos ou não algum objeto no domínio de nossa ontologia que instancie as propriedades enunciadas na sentença formalizada através das letras predicativas. De fato, como não há tal objeto que instancie “F” e “C” a uma só vez, (5)** é falsa.

Podemos mostrar também que é possível uma formalização da negação de (5)** com valor de verdade verdadeiro garantindo assim a validade do princípio do terceiro excluído. Russell mostra que há duas maneiras de negar (5)**: através de uma negação com *escopo restrito* ou através de uma negação com *escopo amplo*. Respectivamente temos

$$(i) \exists x(Fx \wedge \forall y(Fy \rightarrow y=x) \wedge \neg Cx)$$

$$(ii) \neg \exists x(Fx \wedge \forall y(Fy \rightarrow y=x) \wedge Cx)$$

A sentença (i) afirma que há exatamente um objeto que instancia a propriedade “ser o atual Rei da França”, mas que não instancia a propriedade “ser careca”; o que torna sentença (i) falsa. Por outro lado, (ii) afirma que não há nenhum objeto que instancie a uma só vez as propriedades “ser o atual Rei da França” e “ser careca”; o que é verdadeiro. Com isso, (ii) possui valor de verdade compatível com a sentença da qual ela é a negação, a saber, (5)** e, portanto, preserva a lei do terceiro excluído. Dessa forma, Russell mostra que a possível falha do princípio do terceiro excluído foi, na verdade, derivada de uma análise sentencial equivocada.

Como foi mencionado anteriormente, é algo comum afirmar que compreender uma sentença declarativa é compreender suas condições de verdade, ou seja, sabemos o que um enunciado afirma quando sabemos o que deve ser o caso para que a sentença seja verdadeira. Russell estava fazendo uso desse princípio ao desmembrar (5) em sentenças mais elementares; ele estava, com isso, oferecendo as condições de verdade de (5). Vale notar que (5) e, por razões óbvias, (5)** são formadas pela conjunção $(C1 \wedge C2 \wedge C3)$ que chamarei simplesmente C. Naturalmente, como em toda conjunção, C deve ser verdadeira caso todas suas partes, ou seja, (C1), (C2) e (C3), também o sejam. No entanto, (C1) é falsa, pois afirma a existência do atual Rei da França, ou seja, afirma que há um objeto que instancia a

propriedade “ser o atual rei da França” que, na realidade, não é instanciada por objeto algum. Mas, como mostramos anteriormente, se tanto (5) como sua contraparte formalizada (5)** são equivalentes a C, e C é falsa, então ambas também o são.

Um fato digno de menção é que, para explicitar as condições de verdade de uma sentença qualquer, a estratégia da paráfrase utilizada na teoria das descrições de Russell revela nada mais que o poder inferencial das descrições presentes na sentença em questão. Como é facilmente observável, as sentenças (C1), (C2) e (C3) são semanticamente dedutíveis de (5) e o que garante a correção dessas deduções é o poder inferencial da descrição definida “o atual Rei da França” determinado pelo seu comportamento semântico e sintático.

Embora o mecanismo de análise proposto na teoria das descrições aparentemente possua um aspecto estritamente formal, seria um grande equívoco pensar que esse mesmo mecanismo é destituído de relevância filosófica. Em verdade, ele oferece um avanço significativo e conseqüências de extrema grandeza para abordagem de questões ontológicas através da formalização de sentenças. De fato, o espírito filosófico geral por traz do modelo de análise proposto por Russell possui uma clara filiação nominalista e é norteado pelo princípio da *navalha de Ockham*. Russell oferece com a teoria das descrições uma base formal bem definida e elegante de eliminação de termos denotativos em favor de funções proposicionais, símbolos incompletos e variáveis quantificadas a espera de uma saturação que decida o valor de verdade da sentença. Com isso, através de um processo construído por paráfrase de sentenças, é possível realizar um projeto de redução onde podemos eliminar do nosso discurso determinados termos denotativos e, conseqüentemente, eliminar da nossa ontologia determinadas classes de entidades. O modelo de análise de Platão e Meinong necessitava a pressuposição do ser ou da subsistência de um objeto como a montanha de ouro para que a sentença “A montanha de ouro não existe” fizesse sentido. Segundo eles, mesmo ao afirmarmos da montanha de ouro, que ela não existe, ainda assim a montanha de ouro precisa de alguma forma ser; do contrário, estaríamos falando acerca do nada, ou seja, falando algo sem sentido. Se a teoria das descrições é um procedimento de análise sólido, então podemos afirmar que as conclusões de Platão e Meinong quanto à pressuposição do ser de determinadas entidades para garantir o sentido de sentenças com termos vacuosos são falaciosas. Segundo Russell, a sentença “a montanha de ouro não existe” não se refere a uma montanha possível, mas também não é uma sentença sobre o nada e, conseqüentemente, uma sentença sem sentido. Tal sentença é sobre uma função proposicional, a saber, “o x tal que, x é montanha \wedge x é de ouro”; e afirma a respeito dessa função que não há nenhum objeto do domínio da nossa ontologia que instancie as propriedades “ser montanha” e “ser de ouro” de

uma só vez. Segundo Russell, um dos erros do modelo clássico de análise que está por traz das teorias de Platão e Meinong, foi pensar que o termo denotativo “a montanha de ouro” que figura como sujeito gramatical figuraria também como sujeito na estrutura lógica da sentença garantindo o sentido da sentença como todo. Esse mesmo erro levou os proponentes da análise lógica clássica a sustentar desnecessariamente o ser da montanha de ouro.

2.2.3 O descritivismo de Russell

Assim como na análise fregeana de sentenças de existência, a teoria das descrições de Russell parece ser, à primeira vista, uma forte candidata na busca por um modelo de análise que elimine os problemas da abordagem inflacionada de Platão e Meinong. Contudo, temos novamente algumas complicações. A rigor, no que diz respeito à análise de sentenças de existência, o poder de redução ontológica que a teoria das descrições possui fica restrito a sentenças com ocorrência de termos funcionais, ou seja, termos que podem ser interpretados enquanto uma função proposicional. Esse é o caso claro das sentenças com descrições definidas – lembrando sempre que uma descrição definida possui, como mostrei anteriormente, a forma de um termo funcional do tipo “o x tal que $F(x)$ ” – mas não o de sentenças com nomes próprios. Como vimos na seção anterior, foi também um impasse envolvendo o tratamento de sentenças de existência com a ocorrência de nomes próprios que levou Frege a sustentar que sentenças desse tipo – a exemplo de “Júlio César existe” – são destituídas de *sentido e referência*. No caso de Frege, isso se devia a ilegitimidade, dentro das regras de constituição da hierarquia de predicados e da distinção entre conceito e objeto, de um procedimento que substituísse um nome próprio como “Júlio César” por um termo predicativo que pudesse, por sua vez, compor uma predição de ordem superior que se adequasse ao status lógico do predicado “existe”. Quanto à teoria das descrições, sua limitação em relação ao tratamento de sentenças de existência com nomes próprios pode ser observada como segue: uma sentença existencial com ocorrência de um nome próprio na posição gramatical de sujeito, a exemplo de

(3) Júlio César existe

a princípio, não poderia ser analisada segundo o mecanismo de Russell pois “Júlio César” por si só não constitui uma função proposicional a qual o predicado “existe” esteja ligado. Não obstante, Russell não estava disposto a pagar um preço alto como abdicar da bivalência de

sentenças de existência com nomes próprios em virtude dessa aparente limitação. Um meio possível de superar essa restrição consiste em oferecer um procedimento que converta expressões não funcionais em expressões funcionais; e foi basicamente essa a saída de Russell. Segundo Russell, esse procedimento é possível para nomes próprios da linguagem natural e o argumento para sustentar essa afirmação é derivado de uma tese lingüística que se tornou um marco na Filosofia da Linguagem do século XX. Para Russell, os nomes próprios da linguagem natural são, em última instância, descrições definidas abreviadas. Em uma maneira mais precisa, o sentido de um nome próprio é o sentido de uma descrição definida a ele associada. Na sentença (3), o nome próprio “Júlio César” é, do ponto de vista lógico, a abreviação de uma descrição definida e seu sentido é o sentido dessa mesma descrição. Essa tese de que nomes próprios da linguagem natural são meras abreviações de descrições é o que chamamos de *descriptivismo*. De acordo com o descriptivismo uma sentença existencial com nomes próprios continua sendo uma sentença acerca de uma função proposicional expressa pela descrição que o nome próprio em questão abrevia. Russell sustentou que diferentes falantes poderiam associar diferentes descrições a um mesmo nome próprio dependendo do tipo de informação ou relação que o falante possua com portador desse mesmo nome. Ao nome “Júlio César”, alguns associam a descrição “o chefe de governo romano que dissolveu o senado e que conquistou a Gália” outros “o chefe de governo romano traído por Brutus” e assim por diante. Isso não constitui um problema, o fundamental é que a descrição que “Júlio César” abrevie seja *de fato* satisfeita por Júlio César. Portanto, não existe uma única maneira correta de formalizar a sentença (3), mas toda formalização correta de (3) deve substituir o termo “Júlio César” por uma predicação que seja satisfeita pelo portador do nome “Júlio César”.

Toda a filosofia de Russell foi fortemente influenciada pela sua Teoria do Conhecimento e com o seu descriptivismo não poderia ser diferente.⁵² Segundo Russell, existem duas formas básicas de conhecimento:⁵³ o *conhecimento por familiaridade (acquaintance)*, ou seja, aquele que nos é dado diretamente através dos sentidos; e o *conhecimento por descrições*, em outras palavras, o conhecimento que temos de objetos através da descrição de um conjunto de propriedades que esses mesmos objetos possuem. Russell defende a ideia de que introduzimos os nomes próprios da linguagem natural com o objetivo de simplificar a comunicação. Nomes próprios como Platão, Sherlock Holmes ou Fortaleza são como marcas que usamos para

⁵² Para uma análise da relação entre semântica e epistemologia no tratamento russelliano dos nomes próprios Cf. (IMAGUIRE, 2006).

⁵³ Cf. (RUSSELL, 1978a: p.3).

abreviar, no contexto comunicativo, um conjunto de impressões (no caso do conhecimento por familiaridade) ou de descrições que temos de possíveis objetos. Por exemplo, usamos uma série de nomes próprios para nos referir a entidades das quais temos apenas conhecimento por descrição. Atualmente, ninguém que use o nome “Sócrates” para referir o grande filósofo grego, possui um conhecimento por familiaridade de Sócrates, mas apenas conhecimento por descrições. Associamos ao termo “Sócrates” um conjunto de informações que nos foi transmitida através dos nossos professores, dos livros que lemos, de documentários da TV etc. Enfim, usamos “Sócrates” como um termo que abrevia um conjunto de informações a respeito de um indivíduo que viveu na Grécia antes de Cristo, sendo que esse mesmo conjunto de informações pode variar de pessoa para pessoa. O termo “Sócrates” pode ser uma abreviação para “o mestre de Platão”, “o filósofo que bebeu a cicuta”, “o marido de Xantipa” e uma infinidade de outras descrições.

Do ponto de vista sintático, grande parte do argumento em favor da estratégia russelliana de análise depende do comportamento lógico de uma descrição definida e do artigo definido nela presente. O artigo definido cumpre uma função relevante no modelo de análise de sentenças proposto por Russell, pois, como já vimos, ele constitui a marca característica de uma descrição definida. Em seu artigo *Da Denotação*⁵⁴ Russell mostra que, usado de maneira rigorosa, o artigo definido entra na composição de uma expressão denotativa com a função de expressar unicidade. Na sentença

(5) O atual Rei da França é careca

a presença do artigo definido “O” indica que a sentença se refere a um único e exclusivo objeto através da expressão “O atual rei da França”. Em outras palavras, a sentença afirma que há apenas um rei da França e este é careca. Com isso, a presença de um artigo definido em um complexo denotativo torna tal complexo uma descrição definida.

Frege propôs uma abordagem distinta da interpretação de Russell e sustentou algo significativamente diferente em relação à função de um artigo definido dentro de uma sentença. Segundo Frege, o uso do artigo definido antes de um complexo denotativo não só indica unicidade, mas também determina que a expressão denotativa ao qual ele está associado constitui um nome para um objeto e não uma descrição, como defende Russell.⁵⁵ Nesse sentido, em (5) o artigo definido “O” indica que a expressão “O atual rei da França”

⁵⁴ Cf. (RUSSELL, 1978a: p.5).

⁵⁵ Para a análise da abordagem fregeana do artigo definido Cf. (FREGE, 1978b).

funciona como um nome para um objeto, mesmo que essa expressão não possua referência. Com isso, uma expressão denotativa com ocorrência de um artigo definido deve, segundo Frege, ser analisada em termos de uma constante individual. Isso gera conseqüências estranhas com as quais Russell nunca concordou.⁵⁶ Se de fato Frege está certo quanto ao comportamento do artigo definido, então a expressão “O atual rei da França”, ao contrário do que afirma Russell, não deveria ser analisada em termos de uma função proposicional, mas, antes, na forma de uma constante individual. Com isso, a sentença “O atual rei da França é careca” teria como correta formalização a sentença *Fa*, onde “F” representaria o predicado “ser careca” e *a* a expressão “O atual rei da França”. Essa mudança pontual na maneira de formalizar uma expressão denotativa implica, juntamente com algumas teses fregeanas acerca da referência das sentenças, em conseqüências filosóficas mais amplas e extremamente polêmicas. Vejamos como isso ocorre:

Frege propôs o que ficou conhecido como *princípio da composicionalidade* segundo o qual, o sentido e a referência de uma sentença são derivados enquanto uma função das partes e das regras de composição da própria sentença. Daí segue que, uma sentença com uma ocorrência de um termo sem referência também não deve, ela mesma, possuir uma referência. Essa afirmação somada à tese fregeana de que a referência de uma sentença é seu valor de verdade⁵⁷ implica que sentenças sintaticamente bem formadas com a ocorrência de um termo sem referência, a exemplo de “O atual rei da França é careca”, embora possua sentido, não é nem verdadeira nem falsa. Algo estranho e extremamente polêmico, pois em filosofia da linguagem é bastante ampla a defesa de que toda sentença com sentido, deve possuir um valor de verdade. Em sua análise da sentença (5) Frege parece abrir uma exceção ao princípio do terceiro excluído: (5) é uma sentença sintaticamente bem formada, com sentido, mas nem verdadeira nem falsa. Russell nunca concordou com essa conseqüência da análise fregeana e via em sua teoria das descrições uma maneira consistente de evitá-las. Segundo Russell, o artigo definido não implica que o termo ao qual ele se aplica é um nome de algo, mas apenas que esse mesmo termo designa univocamente e isso é o que o caracteriza enquanto uma

⁵⁶ As teses fregeanas acerca da ocorrência do artigo definido em expressões denotativas conduzem a estranhos paradoxos. Talvez o mais citado seja o mencionado pelo próprio Frege (1978b, p. 93) segundo o qual a sentença “O conceito de cavalo’ não é um conceito” é verdadeira. A justificativa para tal afirmação pode ser derivada do fato de que, sustentando a verdade de que a expressão “O conceito de cavalo” é um nome para um objeto e não para um conceito, Frege poderia evitar uma possível falha da sua tese de que conceitos possuem sempre um caráter predicativo e que, portanto, não deveriam ocorrer na posição de sujeito gramatical de uma sentença. De argumentos como esse segue as evidências em favor de uma interpretação platonista da filosofia fregeana. Para Frege, não só “O conceito de cavalo”, mas também termos como “O verdadeiro” e “O falso”, dentre outros termos, expressam todos eles objetos lógicos análogos às ideias platônicas.

⁵⁷ Cf. (FREGE, 1978a, p. 67-69).

descrição definida. Com isso, é possível anular a necessidade alegada pelo argumento do não-ser de uma referência obrigatória para os termos denotativos que ocorrem em uma sentença existencial negativa.

Com a função de uma revisão panorâmica, uma síntese esclarecedora da posição de Russell acerca do tratamento de sentenças de existência pode ser exposta como propõe McGuinn⁵⁸ em três teses básicas:

1. *Tese ontológica*: existência não constitui uma propriedade instanciada por indivíduos, mas uma propriedade de propriedades e, portanto, uma propriedade de ordem superior.
2. *Tese lógica ou semântica*: “existe” é um predicado que, quando aplicado em uma sentença, a torna verdadeira quando a função proposicional revelada na análise lógica pode ser saturada por um nome de um objeto que, de fato, instancia os predicados que ocorrem na função proposicional desta mesma sentença. Por exemplo, “átomos existem” é uma sentença verdadeira, pois a sentença “*a* é um átomo”, resultante da saturação da função proposicional “*x* é um átomo” por uma constante individual *a*, é verdadeira; ou seja, *a* instancia a propriedade “ser átomo”. Em outras palavras, “átomos existem” é equivalente a “algumas sentenças resultantes da saturação da função ‘*x* é um átomo’ são verdadeiras”. A tese lógica está apoiada no princípio de que toda sentença existencial pode ser parafraseada numa sentença com ocorrência de funções proposicionais.
3. *Tese definicional*: “existe” pode ser definida em termos da expressão “algumas vezes verdadeira”. Sentenças existenciais a exemplo de “cadeiras existem” é equivalente à “‘*x* é uma cadeira’ é algumas vezes verdadeira”, ou seja, “a sentença ‘*x* é uma cadeira’ é verdadeira para pelo menos um valor possível de *x* no domínio”.⁵⁹

2.3 Existência definida em termos de valores de variáveis quantificadas: os critérios ontológicos de Quine enquanto uma meta-ontologia.

A abordagem quineana do problema da existência está intimamente associada à questão da interpretação dos quantificadores da lógica de predicados. Em linhas gerais, é comum encontrarmos duas formas básicas de interpretar os símbolos (\forall) e (\exists), a saber, (i) uma

⁵⁸ Cf. (McGUINN, 2000: p.19).

⁵⁹ Uma análise mais detalhada da Tese definicional pode ser encontrada em (RUSSELL, 1978b:97-104).

interpretação objetual e (ii) uma *interpretação substitucional*.⁶⁰ Chamamos de objetual a interpretação que apela para os valores das variáveis que ocorrem na sentença formalizada, ou seja, os objetos do domínio sobre os quais as variáveis variam. No contexto da interpretação objetual, as condições de verdade das sentenças formalizadas $\forall x\varphi x$ e $\exists x\varphi x$ são expressas da seguinte maneira:

“ $\forall x\varphi x$ ” é verdadeira se, e somente se, para todos os objetos x no domínio D , x satisfaz φ ;
ao passo que,

“ $\exists x\varphi x$ ” é verdadeira se, e somente se, para pelo menos um objeto x no domínio D , x satisfaz φ .

Por outro lado, ao propor uma leitura adequada dos quantificadores, o modelo de interpretação substitucional faz uso, não da noção de valores de variáveis ou de domínios de quantificação, mas de classe de substituição de variáveis, ou seja, expressões que, substituindo as variáveis, podem oferecer uma instância verdadeira da sentença quantificada. Por uma instância substitutiva devemos ter em mente uma sentença que obtemos a partir de uma sentença quantificada através da aplicação das regras de eliminação dos quantificadores existencial (\exists) e universal (\forall). Por exemplo, uma sentença como $\forall x(Fx)$ tem como uma instância substitutiva sentenças como Fa obtida pela simples aplicação da regra de eliminação do quantificador universal. Nesse sentido, de acordo com a interpretação substitucional as condições de verdade de uma quantificação podem ser expressas como segue:

“ $\forall x\varphi x$ ” é verdadeira se, e somente se, todas as instâncias substitutivas de ‘ $\forall x\varphi x$ ’ são verdadeiras;

ao passo que,

“ $\exists x\varphi x$ ” é verdadeira se, e somente se, pelo menos uma instância substitutiva de ‘ $\exists x\varphi x$ ’ é verdadeira.⁶¹

Essa distinção entre uma interpretação objetual e outra substitucional resulta em conseqüências ontológicas interessantes na análise de sentenças quantificadas. Ao fazer apelo claro a um domínio de objetos sob os quais as variáveis das sentenças formalizadas variam, a interpretação objetual oferece um dispositivo prático e *direto* de checagem de comprometimento ontológico. Como veremos a seguir, foi precisamente essa característica que auxiliou Quine na formulação de seus critérios ontológicos. Por outro lado, a interpretação substitucional, por fazer uso de classes de substituição e instâncias verdadeiras

⁶⁰ Quine faz uma breve apresentação dessas duas abordagens em (QUINE, 1972).

⁶¹ Uma discussão mais precisa acerca das interpretações dos quantificadores e algumas conseqüências ontológicas derivadas dessas interpretações podem ser encontradas em (HAACK, 2002: cap. 4).

de sentenças quantificadas, oferece um procedimento *indireto* de checagem de comprometimento ontológico de uma teoria. A razão é que, se a interpretação objetual faz menção direta aos objetos que a sentença quantificada afirma existir, do ponto de vista da interpretação substitucional, para checar o comprometimento que uma quantificação implica, precisamos primeiro verificar as condições de verdade das suas instâncias substitutivas. Por exemplo, para checar o comprometimento da sentença $\exists xFx$ de uma teoria T, precisamos primeiro verificar as condições de verdade de pelo menos uma de suas instâncias substitutivas verdadeiras. Suponha que seja ela a sentença Fa. Nesse caso, a instância substitutiva Fa é verdadeira se, e somente se, “a” for um termo que denote um objeto existente e esse objeto for um F. Somente dessa forma indireta expressamos o comprometimento ontológico da sentença $\exists xFx$.

Quine claramente se posicionou a favor de uma interpretação objetual dos quantificadores⁶² e isso influenciou de forma marcante sua abordagem do problema da existência, como fica evidente na formulação dos seus critérios ontológicos. Minha pretensão na presente seção consiste meramente em mostrar de que forma se deu essa influência e como os critérios ontológicos de Quine constituem uma meta-ontologia. Esses mesmos critérios são de extrema relevância para a verificação de atribuições de existência envolvendo teorias ontológicas divergentes. Por motivos de simplificação não será possível aqui fazer uma apresentação da ontologia quineana, ou seja, uma descrição do domínio de objetos que Quine sustenta como existentes. Como afirmei na introdução, meu trabalho tem um caráter fundamentalmente meta-ontológico e não ontológico. Com isso, deixo de lado várias complicações associadas às discussões traçadas acerca da epistemologia e da relatividade ontológica quineana.

Quine abre o artigo *Sobre o que há*⁶³ chamando atenção para a simplicidade da formulação do problema ontológico que pode ser expresso com a questão “O que há?”, em outras palavras, “O que existe?”. Toda e qualquer ontologia se pretende uma resposta a essa pergunta de aspecto inocente oferecendo um recorte entre aquilo que, em termos clássicos, pertence e não pertence ao domínio do ser. Em linhas gerais, podemos apresentar as diferenças entre duas teorias ontológicas divergentes mostrando quais objetos cada teoria assume como existente. No contexto de teorias formalizadas, isso equivale a oferecer o conjunto das sentenças existenciais verdadeiras dentro de uma dada teoria ontológica ou, pelo

⁶² Quine oferece um tratamento objetual dos quantificadores nas partes II e III do seu *Methods of Logic*. Cf. (QUINE, 1950) e também em (QUINE, 1972).

⁶³ Cf. (QUINE, 1975a).

menos, um procedimento de obtenção desse mesmo conjunto. Contudo, uma pergunta mais basilar pode ser levantada, como mostra Inwagen⁶⁴, acerca do que está por traz dessa questão ontológica fundamental, ou seja, “o que estamos perguntando quando perguntamos ‘o que há?’?”. Essa questão mais basilar que Inwagen chama de questão *meta-ontológica*⁶⁵ possui uma relevância fundamental na compreensão das teses quineanas sobre existência. Há uma diferença significativa entre o que Quine assume que existe – e isso inclui todas as teses que justifiquem a tentativa inicial do programa quineano de mostrar a possibilidade de uma redução de todo o discurso a um discurso sobre objetos físicos, em outras palavras, uma teoria de mundo que assuma como valores das variáveis ligadas das sentenças formalizadas apenas objetos físicos – e suas teses mais gerais acerca da quantificação e da identidade que caracterizam seus critérios ontológicos e que, a princípio, devem ser aplicadas de forma irrestrita a toda e qualquer teoria ontológica, seja ela nominalista ou platonista. É precisamente esse grupo de teses de caráter mais geral condensadas em seus critérios ontológicos que consiste a meta-ontologia quineana.⁶⁶ A função de tais critérios é oferecer um procedimento para checar, não a existência, mas as imputações de existência, ou seja, o que uma teoria diz que existe. A ideia básica é mostrar que, se uma determinada teoria necessita de um objeto ou de uma classe de objetos para tornar suas sentenças verdadeiras, então essa teoria está comprometida com esse objeto ou classe de objetos.⁶⁷ É no âmbito da meta-ontologia que se decide questões que envolvem a relação entre existência e quantificação lógica, critérios de comprometimento ontológico e outras noções básicas da filosofia de Quine.

A base da análise quineana do problema das sentenças de existência, bem como sua resposta ao problema ontológico (o que há?) e seus critérios ontológicos são inteiramente derivados de suas teses acerca da quantificação existencial. Essas teses podem ser sintetizadas em um grupo de três princípios elementares: (I) “há” e “existe” expressam um mesmo predicado, (II) ambos os predicados possuem, do ponto de vista lógico, interpretação unívoca e, por fim, (III) ambos os predicados possuem como contraparte formal o quantificador existencial, em outras palavras, existência é aquilo que o quantificador existencial expressa.

Ao tentar sustentar (I), Quine tenta mostrar que não há nenhum bom argumento para uma distinção entre os predicados “há” e “existe” como defende a teoria dos objetos de Meinong e

⁶⁴ Cf. (van INWAGEN, 2001).

⁶⁵ Cf. (van INWAGEN, 2001: p.13).

⁶⁶ Uma apresentação dos critérios ontológicos de Quine enquanto uma meta-ontologia também é realizada por Susan Haack: “O critério ontológico de Quine é um teste do que uma teoria diz que há, não do que há. O *que há* é o que uma teoria *verdadeira* diz que há” Cf. (HAACK, 2002: p.78).

⁶⁷ Mais adiante analisarei esse princípio no contexto das teorias formalizadas.

o argumento do não-ser de Platão. A rigor, as sentenças “fantasmas existem” e “há fantasmas” afirmam uma única coisa podendo, portanto, serem substituídas uma pela outra em qualquer contexto discursivo, independentemente da realidade comportar ou não tais entidades. Mesmo que, através da plasticidade da linguagem, alguém afirme, se referindo a Nash, que “há uma porção de coisas que Nash acredita e que *não existem*, tais como espões o seguindo”, ainda assim, a maioria das pessoas não estaria disposta a afirmar que “há espões seguindo Nash” e “*existem* espões seguindo Nash” são sentenças com diferentes conteúdos informativos, e que os espões que seguem Nash, embora não existam, subsistam, como afirma Meinong. Tais sentenças que, aparentemente, funcionam como contra-exemplos à identidade entre “há” e “existe” podem ser facilmente dissolvidos através de uma análise mais acurada. Usando uma estratégia semelhante à de Russell em sua teoria das descrições, tais usos anômalos podem facilmente ser eliminados através de uma explicitação da estrutura lógica profunda da sentença. No caso específico da sentença acima o que está sendo afirmado é que “Nash acredita que existem coisas que na realidade não existem, tais como espões que o seguem”. Com isso, não há nenhum bom argumento para provar que “há” e “existe” expressam diferentes propriedades e que *há* coisas que *não existem*.

Segundo Quine, uma vez que “há” e “existe” expressam o mesmo conteúdo, segue que a tese (II) é igualmente verdadeira, ou seja, que ambos os predicados devem possuir um tratamento lógico uniforme. Uma consequência disso é que os predicados “há” e “existe” são aplicados de forma similar para sustentar a instanciação de tipos diferentes de objetos tais como objetos físicos, ficções, números etc. Sem a tese de que o predicado “há” constitui um predicado que expressa um domínio mais amplo do que o domínio do predicado “existe”, como ocorria na abordagem inflacionada, esses dois predicados passam a ser aplicados ao mesmo domínio de objetos. Como mostramos anteriormente (Seção 2.1), Inwagen⁶⁸ apresenta a tese da univocidade de aplicação dos predicados “há” e “existe” através de uma analogia entre a generalidade da aplicação do predicado de existência e de atribuições numéricas. Da mesma forma que podemos usar números para contar diferentes tipos de objetos sem que em virtude disso façamos distinções, lógicas ou conceituais, de tipos de números ou de atribuições numéricas; podemos afirmar a existência de qualquer tipo de objeto sem que isso comprometa o comportamento lógico do predicado “existe”; e tendo em vista que o termo “há” é logicamente equivalente ao predicado de existência, então o mesmo vale para esse termo. Nesse contexto, resta apenas mostrar qual o equivalente lógico dos predicados “há” e

⁶⁸ Cf. (van INWAGEN, 2001: p.17).

“existe”. Quine tenta mostrar que o comportamento lógico de sentenças existenciais obedece um modelo padrão e que a contraparte formal dos predicados “existe” e “há” se encontra fielmente representada pelo quantificador existencial da lógica de predicados como afirma a tese (III). Como pretendo mostrar a seguir, a conexão entre o problema da existência e a questão da interpretação dos quantificadores ocorre na defesa da tese (III) e na apresentação dos critérios ontológicos de Quine.

Existência e quantificação são dimensões indissociáveis no programa quineano.⁶⁹ Os critérios ontológicos, assim como eles são apresentados por Quine, se relacionam diretamente com as noções lógicas de quantificação e identidade e são aplicados sempre às teorias interpretadas e formalizadas.⁷⁰ Tais critérios podem ser apresentados na forma de *slogan* como segue:

- (i) Ser é ser o valor de uma variável
- e
- (ii) Não há entidade sem identidade.

Susan Haack faz uma distinção esclarecedora quanto ao papel que cada um desses critérios cumpre na filosofia de Quine. Segundo Haack⁷¹, o critério (i) define aquilo que ficou conhecido como *critério de comprometimento ontológico* funcionando como teste para determinar, não o que existe, mas que tipos de coisas uma teoria afirma existir. A ideia básica por trás do critério (i) é que, ao formalizarmos as sentenças de uma determinada teoria T na linguagem da lógica de predicados, podemos verificar o que T afirma existir da seguinte maneira: os objetos que são pressupostos como valores das variáveis das sentenças formalizadas de T são os mesmos objetos que, segundo T, existem. Em outras palavras, os objetos que figuram ou deveriam figurar como os valores das variáveis das sentenças formalizadas de uma determinada teoria para que essa mesma seja verdadeira, são os mesmos objetos que a teoria em questão afirma existirem. Para usar um exemplo do próprio Quine⁷², uma teoria que afirma a sentença $\exists x(x \text{ é um número} \wedge x \text{ é primo} \wedge x > 1.000.000)$ está imediatamente comprometida com a existência de objetos como números primos maiores que

⁶⁹ Cf. (QUINE, 1975b).

⁷⁰ Para que possamos aplicar os critérios de Quine com sucesso a teoria deve ser interpretada pois, obviamente, só uma teoria semanticamente definida pode referir algo e, com isso, possuir comprometimento ontológico. Ela também deve ser formalizada, pois o critério ontológico é expresso no contexto de sentenças quantificadas onde o comprometimento ontológico se localiza nas variáveis da sentença.

⁷¹ Cf. (HAACK, 2002: p. 77).

⁷² Cf. (QUINE, 2003: p.103)

1.000.000 e, conseqüentemente, com a existência de números primos e números. Por outro lado, para Haack, o critério (ii) expressa o que ela chama de *padrão de admissibilidade ontológico* segundo o qual só devemos admitir entidades para as quais podemos estabelecer critérios de identidade bem definidos. Para uma maior objetividade na exposição do problema que meu trabalho pretende tratar, irei me deter apenas sobre o critério (i), tendo em vista que ele se relaciona de uma forma mais direta com problema da formalização de sentenças de existência e com o estatuto lógico de sentenças quantificadas. No entanto, algumas palavras a respeito do critério (ii) podem ser de extrema importância para ressaltar a relação entre esse critério e a rejeição quineana de uma ontologia de objetos intencionais, tais como as ideias platônicas ou objetos subsistentes de Meinong. Segundo Quine, por sua natureza obscura e incompleta, os objetos intencionais são destituídos de critérios bem definidos de identidade. Com isso, uma teoria que os sustente, em geral, se encontra envolvida em uma série de dificuldades. Essa tese fica clara na seguinte passagem de *Sobre o que Há*:

Considere-se, por exemplo, o homem gordo possível no umbral daquela porta; e agora o homem calvo possível no umbral daquela porta. São eles o mesmo homem possível ou dois homens possíveis? Como decidir? Quantos homens possíveis há no umbral daquela porta? Há mais homens magros do que gordos possíveis? Quantos deles são semelhantes? Ou o fato de serem semelhante torna-os um único? *Dois* coisas possíveis nunca são semelhantes? Isso é o mesmo que afirmar ser impossível que duas coisas sejam semelhantes? Ou, finalmente, é o conceito de identidade simplesmente inaplicável a possíveis não realizados? Mas que sentido faz falar de entidades que não podem significativamente ser idênticas a si mesmas e distintas uma da outra? Esses elementos são praticamente incorrigíveis. (...) pressinto que o melhor seja simplesmente remover [o domínio das entidades intencionais] e esquecê-lo (QUINE, 1975a: p.225).

Quine pretendia com isso, eliminar de sua ontologia toda entidade que, de uma forma ou de outra, pusesse em cheque a correção de sua teoria. Nesse sentido, a admissão de entidades com critérios de identidade desconhecidos, a exemplo de *possibia*, traria consigo um risco que deveria ser evitado sempre que possível.⁷³

No que diz respeito ao critério (i), ele está claramente fundado numa interpretação objetual dos quantificadores. Essa interpretação pode ser observada no início do artigo *Logic and reification of universals* onde Quine apresenta uma formulação do critério de comprometimento ontológico nos seguintes termos:

⁷³ Uma crítica comum desferida contra Quine afirma que poucas são as entidades que possuem um critério de identidade bem definido. Nesse sentido, o próprio Quine admite em sua ontologia objetos que desobedecem seu padrão de admissibilidade Cf. (LOWE, 1995).

In general, entities of a given sort are assumed by a theory if and only if some of them must be counted among the values of the variables in order that the statements affirmed in the theory be true (QUINE, 2003: p. 103).

e que é reforçada no artigo *Notes of theory of reference*:

(...) to say that a given existential quantification presupposes objects of a given kind is to say simply that the open sentence which follows the quantifier is true of some object of that kind and none not of that kind (QUINE, 2003: p. 131).

Seguindo a mesma estratégia que a apresentada na interpretação objetual dos quantificadores, Quine apresenta seus critérios ontológicos fazendo apelo a objetos que operam como valores de variáveis tornando algumas quantificações verdadeiras.

No que diz respeito ao modelo de formalização de sentenças utilizado por Quine, ele segue basicamente o padrão eliminativista de Russell via teoria das descrições; embora ele não aceitasse de forma irrestrita algumas teses lingüísticas russellianas como o descritivismo. Da mesma forma que Russell, a abordagem quineana tem como estratégia, em última instância, interpretar todo termo denotativo enquanto um termo funcional; e isso implica, do ponto de vista formal, a eliminação de termos como nomes próprios e a afirmação de sua dispensabilidade no contexto de discussões ontológicas. Segundo Quine,

O uso de supostos nomes não é critério [de comprometimento ontológico], pois seu caráter de nomes pode ser repudiado num piscar de olhos, a menos que a assunção de uma entidade correspondente possa ser descoberta entre aquilo que afirmamos em termos de variáveis ligadas. Os nomes são, de fato, totalmente irrelevantes para o problema ontológico, pois mostrei, em relação a “Pégaso” e “pegasear”, que nomes podem ser convertidos em descrições e Russell mostrou que descrições podem ser eliminadas. Tudo o quanto dizemos com o auxílio de nomes pode ser dito numa linguagem que os dispense totalmente (QUINE, 1975a: p.231).

O que Quine defende nessa passagem é que, não devem ser os nomes que devem sustentar o comprometimento ontológico nas teorias formalizadas, mas, antes, as variáveis quantificadas. No entanto, uma velha complicação ressurge aqui. Para mostrar que sua proposta é realizável, Quine precisou mostrar como podemos eliminar qualquer termo denotativo – e isso inclui nomes próprios – em favor de termos funcionais expressos através de letras predicativas e variáveis. No contexto de sentenças com ocorrência de descrições, a análise de Quine se assemelha ao tratamento de sentenças oferecido na teoria das descrições de Russell. Uma sentença como

(1) Montanhas existem

é verdadeira se, e somente se, para pelo menos um objeto x no domínio da teoria que afirma (1), x satisfaz o predicado “ser montanha”. Em termos lógicos temos: $\exists x(Mx)$. Por outro lado, o problema da formalização das sentenças existenciais com nomes próprios ressurgiu na abordagem de Quine com a mesma força que se impôs a Frege e Russell em virtude de Quine não aceitar a solução fregeana que pressupunha uma quantificação de ordem superior⁷⁴ e por esboçar a situação possível onde não possuímos recursos para analisar um dado nome próprio de acordo com a tese descritivista russelliana.⁷⁵ Ao propor essa situação Quine pretendia mostrar um caso de restrição à aplicabilidade do descritivismo de Russell. Como vimos anteriormente (seção 2.2.3), com o objetivo de substituir nomes próprios por funções proposicionais, Russell defendeu a polêmica tese descritivista de que um nome próprio abrevia uma descrição a ele associado e que, portanto, o sentido de um nome é o sentido da descrição que ele abrevia. Nesse ponto, o trabalho de Quine difere sutilmente da abordagem russelliana.⁷⁶ Quine ofereceu um tratamento não ortodoxo de nomes próprios ao propor substituí-los por uma predicação artificialmente gerada. Segundo Quine, um nome como “Pégasus” expressa um predicado tal como $(\iota x)(Px)$, ou seja, “o x que pegaseia”. Nesse sentido, afirmar a existência de Pégasus é afirmar precisamente que há algo que pegaseia, ou ainda que, para exatamente um objeto x do domínio, x pegaseia. Nesse contexto, o predicado artificial “pegaseia” seria não analisável e irreduzível. Com isso, Quine estava oferecendo um mecanismo de aplicação da estratégia descritivista para os casos onde aparentemente havia uma restrição de análise como na situação proposta anteriormente.

Outra forma de checar comprometimento ontológico é apresentada por Quine em *Existência e Quantificação*. De acordo com Quine, podemos afirmar que, em uma dada teoria, um termo qualquer é usado para designar um objeto se, e somente se, a identidade existencialmente quantificada desse termo for verdadeira para a teoria.⁷⁷ Por exemplo: dado o termo “Pégasus”; se $\exists x(x=\mathbf{Pégasus})$ é verdadeira para uma dada teoria, segue que esta mesma

⁷⁴ Tratarei da rejeição quineana da quantificação de ordem superior a seguir.

⁷⁵ Segundo Quine, pode haver casos onde a noção expressa pelo nome próprio “fosse tão obscura ou tão básica a ponto de naturalmente não se ter oferecido nenhuma tradução conveniente em termos de uma expressão descritiva” Cf. (QUINE, 1975a: p. 227). A estratégia de Quine é mostrar que essa restrição ao descritivismo russelliano pode ser evitada, como veremos a seguir, através de sua análise de nomes próprios.

⁷⁶ Embora Quine fizesse uso explícito da estratégia de análise descritivista de eliminação de termos não funcionais, ele possuía alguns pontos de divergências e/ou sofisticação em relação a Russell. Por exemplo, a análise russelliana tinha como fundamento básico a noção de paráfrase, ou seja, re-escrever algo de forma mais clara preservando o sentido original. O que está no centro da estratégia da paráfrase é, portanto, a noção de sinonímia (ter o mesmo sentido que) que foi bastante criticada por Quine Cf. (QUINE, 1975e). Quine pensava na análise lógica, não como algo que melhore a linguagem natural, mas como algo que efetivamente a corrija e a substitua. A ciência e a filosofia devem formular suas teorias em uma linguagem precisa e livre das imperfeições da linguagem natural para possuir clareza e rigor.

⁷⁷ Cf. QUINE (1975b).

teoria possui um comprometimento ontológico com a entidade Pégasus. O contrário implicaria a não admissão de Pégasus pela teoria. Em resumo, para mostrar que uma determinada teoria assume um dado objeto, devemos mostrar que algumas sentenças dessa mesma teoria – ou que ela implica – seriam falsas se esse objeto não existisse. Isso significaria que a correção da teoria pressupõe a existência de tal objeto.

Por fim, vale ressaltar que a análise quineana do problema da existência não constitui uma defesa do predicado “existe” enquanto um predicado de ordem superior. Quine foi, sem sombra de dúvida, um dos mais célebres oponentes da lógica de predicados de segunda ordem. Quine rejeitava as conseqüências platônicas de uma quantificação de ordem superior. A ideia é que se o comprometimento ontológico gira em torno dos valores das variáveis quantificadas e essas variáveis, como pretende a lógica de predicados de segunda ordem, variam também sob predicados como “ser vermelho” ou “ser bom”, então estaríamos comprometidos com a ideia platônica do vermelho ou da bondade. A interpretação objetual de Quine expressa uma quantificação sob variáveis de objetos e, portanto, uma quantificação de primeira ordem. De acordo com Quine, o predicado “existe” expresso pelo quantificador existencial opera, da mesma forma que constantes lógicas (conectivos, operador de identidade etc.) como um termo sincategoremático, ou seja, um termo que isoladamente é destituído de sentido, adquirindo-o apenas na relação com outros termos no contexto de uma sentença bem formada.

Antes de passar à próxima seção, gostaria de pontuar brevemente o que penso serem os principais avanços realizados pela abordagem quantificacional em relação ao modelo clássico de análise de sentenças sustentado pelas ontologias inflacionadas de Platão e Meinong:

1. A lógica de predicados de Frege mostrou de forma categórica que, para a maioria dos casos, não existe a simetria entre estrutura lógica e estrutura gramatical de uma sentença pressuposta pelo modelo clássico de análise. Ou seja, um número relevante de sentenças não se encaixa na forma sujeito-predicado.
2. Muitos dos termos denotativos que figuram, do ponto de vista da estrutura gramatical, como nomes para objetos, de acordo com a estrutura lógica, são meros complexos predicativos que podem, a partir do modelo quantificacional de análise, ser dissolvidos em termos funcionais. A conseqüência direta disso é que, em sentenças existenciais negativas, não precisamos assumir, como pretendia o argumento do não-ser de Platão e a teoria dos objetos de Meinong, uma referência ideal para esses termos de forma a garantir o sentido e a consistência das sentenças em que tais termos ocorrem.

3. Que os predicados “há” e “existe” são co-extensionais, ou seja, são aplicados de forma significativa ao mesmo domínio de objetos. Podemos afirmar também que tudo aquilo que é possível expressar através do predicado “há” é igualmente expressável pelo predicado “existe” e que, do ponto de vista formal, ambos os predicados tem como contraparte o quantificador existencial (\exists). Portanto, não há nenhuma razão formal, tanto para uma distinção lógica entre os dois predicados, quanto para a afirmação ontológica de que eles se aplicam a domínios diferentes do ser.

Penso que esse grupo pequeno de resultados obtidos pela abordagem quantificacional são suficientes para expor a fragilidade do modelo clássico de análise apresentado no primeiro capítulo e, no mínimo, lançar suspeitas contra os resultados filosóficos que os proponentes desse modelo derivaram. Embora os teóricos da abordagem quantificacional enfrentem dificuldades para realização efetiva de seu projeto de análise de sentenças – como pretendo mostrar nas próximas páginas – penso que esses avanços pontuados acima em relação ao modelo clássico de análise são extremamente relevantes. Mesmo alguém que queira sustentar os resultados ontológicos da teoria dos objetos de Meinong, a exemplo do que fazem os neo-meinongianos, não podem ignorar toda a contribuição e a revolução provocada pela lógica de predicados.

2.4 Algumas objeções.

Tendo em vista que no próximo capítulo será realizado um trabalho mais detalhado de classificação e formalização de diferentes tipos de sentenças de existência e, juntamente com isso, uma avaliação crítica das limitações dos modelos de análise apresentados no presente capítulo, gostaria de apresentar nessa seção um pequeno número de objeções de caráter mais geral desferidas contra algumas teses básicas dos modelos de análise apresentados no presente capítulo.

(I) *Realidade e ficção* – Determinadas sentenças que envolvem ou pressupõem um domínio ficcional do discurso parecem obstinadamente oferecer certa resistência aos padrões de análise da teoria das descrições de Russell trazendo à tona algumas complicações. Vejamos dois exemplos ilustrativos:

De acordo com a análise russelliana, segundo a qual devemos substituir nomes próprios por descrições definidas, dentre as várias maneiras de formalizar as sentenças verdadeiras “Os

Gregos antigos adoravam Zeus” e “Sherlock Holmes é mais famoso que qualquer detetive da realidade”, uma delas seria da seguinte maneira: “Há um e somente um deus que é o pai de Hércules e esse deus era adorado pelos gregos antigos” e “Há um e somente um detetive x que mora na Baker Street 221B e para todo detetive y da realidade, x é mais famoso que y ”. Em ambos os casos ocorrem algumas complicações: a análise da primeira sentença parece induzir seu proponente ao comprometimento com existência de um deus mitológico, ao passo que a análise da segunda sentença parece de alguma forma pressupor, tanto uma indesejada distinção, do ponto de vista de Russell, entre objetos reais e ficcionais, como a assunção equivocada de que “Sherlock Holmes” refere um objeto intencional; algo como um objeto subsistente meinongiano. Esses dois casos ilustram bem a dificuldade que a teoria das descrições enfrenta ao analisar sentenças onde o discurso sobre a realidade e o discurso sobre a ficção se misturam. Esses casos parecem conduzir ao comprometimento com um domínio mais amplo que o composto pela realidade física e por isso entra em choque frontal com o programa nominalista de Russell e Quine. Ao final do próximo capítulo (seção 3.2) apresento uma tentativa de compatibilizar discurso sobre o real e discurso ficcional.

(II) *Teorias das descrições e analiticidade* – Como vimos anteriormente, o sucesso da análise de Russell para sustentar que o predicado de existência é um predicado de ordem superior, quando estendida às sentenças com ocorrência de nomes próprios na posição de sujeito gramatical, necessita da tese descritivista como um mecanismo semântico que associa cada nome próprio a uma descrição definida. Com isso, tais expressões podem ser analisadas nos termos de uma função proposicional se adequando assim ao padrão proposto na teoria das descrições de Russell. Não obstante, algumas complicações podem ser derivadas do descritivismo russelliano. Como afirmam os críticos de Russell, se o descritivismo sustenta que o sentido de um nome próprio é identificado como o sentido de uma descrição definida a ele associado, então o núcleo dessa tese é a noção de sinonímia. Imaginemos então uma situação onde um determinado falante x associe ao nome “Júlio César” a descrição “o chefe de governo romano que conquistou a Gália”. Segundo o descritivismo de Russell, para x , “Júlio César” e “o chefe de governo romano que conquistou a Gália” possuem o mesmo significado. O termo “Júlio César” é nada mais que uma abreviação de “o chefe de governo romano que conquistou a Gália”. Com isso, do ponto de vista de x , a sentença “Júlio César é o chefe de governo romano que conquistou a Gália” é uma sentença analítica, pois, para x , “o chefe de governo romano que conquistou a Gália” é nada mais que uma definição de “Júlio César”; algo difícil de aceitar.

Uma possível saída para essa falha no descritivismo de Russell seria a teoria *cluster* dos nomes próprios de Searle apresentada no artigo “Proper Names”⁷⁸ e que constitui um sofisticação do descritivismo original. É comum a crítica de que o descritivismo de Russell defendia uma tese forte demais, a saber, a relação de sinonímia entre nomes próprios e determinadas descrições; e é precisamente essa tese que conduz ao problema anteriormente mencionado envolvendo a analiticidade. Ao contrário de Russell, Searle defende que um nome próprio da linguagem natural não é nem uma abreviação, nem um sinônimo de uma determinada descrição. No entanto, é um fato que nomes próprios referem objetos através de algum dispositivo. Para Searle, esse dispositivo é um feixe (*cluster*) de descrições que o portador do nome satisfaz. A questão sobre o sentido de um nome próprio é respondida da seguinte maneira por Searle:

We can now resolve our paradox: does a proper name have a sense? If this asks whether or not proper names are used to describe or specify characteristics of objects, the answer is “no”. But if it asks whether or not proper names are logically connected with characteristics of the object to which they refer, the answer is “yes, in a loose sort of way” (SEARLE, 1996: p. 253).

Para explicitar a relação entre nomes próprios e descrições definidas Searle lançou mão da metáfora do gancho (*pegs*): um nome próprio funciona como um gancho onde penduramos um conjunto de descrições definidas que o portador do nome satisfaz. Nesse sentido, um nome próprio sempre está associado a um conjunto não imutável de descrições definidas. É algo natural que os portadores de nomes próprios percam e adquiram propriedades ao longo do tempo. O importante é que o uso padrão de um nome próprio está sempre associado a um conjunto de descrições que identificam o portador do nome em questão. Segundo Searle, o objeto é identificado como o portador de um determinado nome próprio caso ele satisfaça uma parte significativa da *disjunção inclusiva* formada pelo conjunto de descrições associados ao nome próprio em questão. Em geral, o que é caracterizado como “parte significativa” é determinado pragmaticamente pelos falantes. É também a comunidade de falantes que determina quais as descrições dessa disjunção inclusiva são mais importantes que as outras. Com isso, Searle propôs um descritivismo sofisticado, onde o feixe de descrições associado ao nome próprio pode ser constantemente reformulado pelos falantes.

⁷⁸ Cf. (SEARLE, 1996).

(III) *Contextos “opacos”* – Dentre as sentenças que oferecem resistência ao tratamento descritivista dos nomes próprios proposto por Russell, as sentenças em contexto opaco merecem uma menção especial. Por sentenças em *contexto opaco* entendemos toda sentença que *não* obedece ao princípio de substitutividade de Frege, segundo o qual, quando substituimos um termo por outro termo co-referencial em uma sentença, a referência da sentença como um todo se mantém inalterada. Os exemplos mais comuns de contextos opacos envolvem sentenças em contextos com aspas – onde a referência do termo com aspas não é sua referência habitual⁷⁹ –, além de contextos epistêmicos e modais. Como esses casos anômalos de possível falha do princípio de substitutividade podem dificultar um tratamento descritivista dos nomes próprios de Russell é facilmente observável. Um exemplo envolvendo modalidade ilustra bem o caso: a sentença “Sócrates poderia não ter existido”, de acordo com a teoria das descrições, seria analisada em algo como “existe um único x que foi mestre de Platão e x poderia não ter existido”; isso é claro, pressupondo que Sócrates é uma abreviação da descrição “o mestre de Platão”. No entanto, há um grande problema com essa paráfrase, pois o que a sentença original afirma é a possibilidade da inexistência do indivíduo Sócrates e não a do mestre de Platão. Sócrates poderia não ter existido e mesmo assim Platão ter tido outro mestre, isso porque os termos “Sócrates” e “o mestre de Platão” não são necessariamente co-referenciais. Como pano de fundo de toda essa discussão está a controvérsia que questiona a preservação do sentido e referência de uma sentença onde uma descrição definida é introduzida para substituir um nome próprio, ou seja, a própria legitimidade da estratégia russelliana de que, por meio de paráfrases descritivistas, podemos revelar a verdadeira estrutura lógica dos enunciados.

(IV) *A teoria das descrições e os atos de fala* – A pretensão levantada por Russell de oferecer, através da teoria das descrições, um dispositivo claro para a eliminação de

⁷⁹ Quando substituimos o termo “Sócrates” pelo termo co-referencial “o mestre de Platão” na sentença verdadeira “‘Sócrates’ tem oito letras”, o resultado da substituição não é uma sentença verdadeira, mas falsa, a saber “‘o mestre de Platão’ tem oito letras”. A primeira vista, esse fato parece contrariar o princípio de substitutividade de Frege, pois a substituição de termos co-referenciais alterou a referência da sentença resultante, ou seja, alterou seu valor de verdade. Isso não deveria ocorrer, tendo em vista que, segundo Frege, a referência de uma sentença é uma função do valor de verdade dos termos constituintes dessa mesma sentença. Com isso, se substituo numa sentença um termo por outro co-referencial, a referência da sentença como um todo deveria permanecer inalterada, ao contrário do que ocorreu no exemplo citado anteriormente. Uma forma de eliminar esse tipo de problema seria lançar mão da distinção entre *uso* e *menção* de um termo. Quando mencionamos uma expressão usando aspas o que temos em mente não é sua referência habitual, mas a própria expressão. Portanto, duas expressões como “Sócrates” e “o mestre de Platão” são co-referenciais quando usadas, mas não quando mencionadas. O próprio Frege verificou casos anômalos de possíveis falhas do princípio de substitutividade, exemplo do que ele chamou de *discurso indireto*, caso onde a expressão a ser substituída é ela própria uma sentença. Segundo Frege, no discurso indireto o que está em jogo não é a referência habitual dos termos que compõem a sentença, mas o próprio sentido que a sentença expressa, ou seja, um pensamento Cf. (FREGE, 1978a: p.71-73).

problemas típicos das linguagens naturais, tais como a ambigüidade da referência, e assim erguer uma base sólida a partir de onde uma notação lógica correta pudesse determinar o valor descritivo preciso de uma expressão foi duramente atacada por Strawson e Donnellan. Segundo Strawson⁸⁰, Russell apresentou uma abordagem parcial do modo que uma descrição se relaciona com algo na realidade. O problema, segundo Strawson, é que Russell ignorou a distinção entre *denotação* e *referência*. De acordo com Strawson, a denotação é a relação entre um termo da linguagem e aquilo ao qual ela denota através das regras e convenções lingüísticas, ao passo que a referência é uma relação entre o falante e aquilo ao qual ele pretende referir. Se a denotação está submetida às regras da linguagem, a referência depende da intenção do falante. Uma pessoa poderia usar a descrição “o atual rei da França” para referir quem ele quisesse, embora essa mesma expressão já tenha sua denotação. Nesse sentido, em última instância, quem refere não é a expressão, mas o falante através de uma expressão. Com isso, Strawson queria mostrar que tudo aquilo que Russell defendeu acerca de descrições em seu artigo *Da denotação* foi o comportamento denotativo dessa classe de expressões. Na realidade, no contexto das linguagens naturais, usamos descrições de uma maneira muito mais ampla.

Seguindo a mesma linha de argumentação que Strawson, Keith Donnellan apresentou em seu célebre artigo *Reference and Definite Descriptions*⁸¹ uma respeitada crítica à teoria das descrições ao afirmar que o modelo de análise de sentenças proposto por Russell ignora a distinção entre *uso atributivo* e *uso referencial* de uma descrição.⁸² De acordo com Donnellan, no *uso atributivo* o falante quer se referir a qualquer objeto que satisfaça a descrição e, portanto, nele o conteúdo descritivo é essencial para a captação do referente da descrição. Por outro lado, no *uso referencial* de uma descrição o falante pretende se referir a um determinado objeto mesmo que a descrição não seja adequada. Para usar o exemplo clássico oferecido por Donnellan⁸³, imagine uma situação na qual um detetive profira, diante da cena de um crime, a sentença “o assassino de Smith é insano” ao se impressionar com a crueldade do criminoso, seja quem ele for. Nesse caso o detetive estaria fazendo um uso atributivo da referência. Por outro lado, essa mesma sentença pode ser proferida em outro contexto. Por exemplo, diante de

⁸⁰ Cf. (STRAWSON, 1975).

⁸¹ Cf. (DONNELLAN, 1996).

⁸² Kripke possui uma distinção similar entre valor pragmático, ou seja, aquilo a que o falante quer se referir usando a descrição, mesmo que a descrição seja inadequada, e valor semântico, aquilo que certas expressões efetivamente denotam Cf. (KRIPKE, 1972). O valor pragmático é de extrema relevância para a constituição da teoria dos atos de fala.

⁸³ Cf. (DONNELLAN, 1996: p. 235).

um sujeito meio louco chamado “Jones” que é suspeito do assassinato de Smith, mas é inocente. Nesse caso o falante estaria fazendo um uso referencial da descrição “o assassino de Smith”, pois a descrição estaria cumprindo o papel referir algo sem a exigência de que esse algo *de fato* satisfaça as propriedades enunciadas por ela.

Penso que as críticas de Strawson e Donnellan se aplicam de forma bastante razoável à análise de sentenças de existência no contexto dos atos de fala e são de extrema importância para uma compreensão da constituição das linguagens naturais. No entanto, ao propor a teoria das descrições, Russell tinha em mente um tratamento para questões no seio de teorias formalizadas, seja visando a resolução dos famosos problemas dos fundamentos da matemática, seja para um tratamento formal de questões ontológicas e epistemológicas. Nesse sentido, tenho minhas dúvidas se os casos anômalos derivados de contextos pragmáticos são de fato pontos fracos do projeto filosófico de Russell ou simplesmente propostas alternativas para análise de problemas diferentes dos que Russell tinha em mente quando propôs sua teoria das descrições.



CAPÍTULO III

Uma avaliação de resultados: alguns tipos de sentenças de existência e um problema chamado “discurso ficcional”

Até o presente momento, apresentei a abordagem quantificacional do problema da formalização de sentenças de existência nas versões propostas por Frege, Russell e Quine. Essa abordagem figura como uma possível alternativa à abordagem categorialmente inflacionada de Platão e Meinong apresentada no primeiro capítulo. Também tentei acentuar as diferenças entre essas duas abordagens de uma forma que pudesse ficar claro como uma leitura do predicado “existe” – seja enquanto um predicado de ordem superior, como Frege e Russell propõem, seja enquanto um termo sincategoremático, como defende Quine – pode contribuir na direção de uma solução das objeções apresentadas na seção 1.3 contra as conseqüências ontológicas dos tratamentos oferecidos por Platão e Meinong ao predicado de existência.

A seguir, na seção 3.1, tentarei executar a análise de sentenças de existência de acordo com o padrão proposto por Russell e Quine. Com isso, pretendo checar a sustentabilidade desse padrão de análise e até que ponto ele pode evitar os impasses gerados pelo modelo clássico de análise utilizado pela abordagem inflacionada. A questão é saber até onde podemos, através da abordagem quantificacional, oferecer uma solução que evite os pressupostos assumidos pelo argumento do não-ser e pela teoria dos objetos de Meinong. Para realização desse projeto de avaliação do modelo quantificacional, segui a classificação corriqueira dos livros especializados e dividi as sentenças de existência de acordo com o tipo de expressão denotativa nelas presente, a saber, descrições definidas, nomes próprios, tipos naturais ou indexicais. Para cada tipo de sentença apresento uma ocorrência afirmativa e outra negativa. Minha estratégia básica é, de início, assumir o modelo de análise proposto por Russell através de sua teoria das descrições e verificar se ele pode ser fielmente estendido para todos os tipos de sentenças de existência com os mesmos benefícios apresentados na análise de sentenças de existência com ocorrência de descrições definidas. Por fim, na seção 3.2, gostaria de ressaltar algumas relações entre a constituição do discurso ficcional e as teses meinongianas, bem como apresentar algumas propostas de tratamento de tal discurso que evitem a necessidade de comprometimento ontológico com as entidades ideais defendidas por Meinong.

3.1 Uma avaliação de resultados.

A) Sentenças existenciais singulares nas formas, afirmativa e negativa, com ocorrência de descrições definidas:

(6) O maior planeta do sistema solar existe.

(7) A montanha de ouro não existe.

Sem dúvida alguma, sentenças do tipo A pertencem ao caso menos problemático de aplicação do modelo de análise proposto por Russell, tendo em vista que sua teoria, como seu próprio nome já indica, é uma teoria de tratamento de descrições. O modelo paradigmático de formalização de sentenças com descrições definidas proposto por Russell pode ser encontrado em todo livro texto de lógica com pequenas adaptações ao simbolismo atual. Como vimos na seção 2.2, a intenção básica de Russell era analisar sentenças, não na forma do modelo clássico de análise fundada na distinção sujeito-predicado, mas interpretando expressões denotativas enquanto termos funcionais, ou seja, termos que entram na composição de funções proposicionais presentes nas sentenças em que elas ocorrem. Nesse sentido, expressões denotativas não constituem unidades semânticas autônomas, mas, antes, símbolos incompletos e devem ser analisadas enquanto abreviações de predicados. Partindo deste pressuposto, a formalização de (6) e (7) seria algo do tipo:

$$(6)^* \exists x(Px \wedge Sx \wedge \forall y(Py \wedge Sy \wedge y \neq x \rightarrow x > y))$$

$$(7)^* \neg \exists x(Mx \wedge Ox)$$

onde as letras predicativas P,S,M e O representam, respectivamente, os predicados “ser planeta”, “pertencer ao sistema solar”, “ser montanha” e “ser de ouro”. Com este novo modelo de tratamento Russell elimina de forma elegante o comprometimento obrigatório com os supostos objetos denotados pelas expressões presentes nas sentenças (6) e (7). De fato, em (6)* e (7)* não ocorre nenhuma constante individual, contraparte lógica de um sujeito gramatical tal como “o maior planeta do sistema solar” ou “a montanha de ouro” e, dessa forma, não há razão nenhuma para assumir um comprometimento ontológico prévio com as

supostas entidades denotadas. Como vimos, o modelo clássico de análise assumido pela abordagem inflacionada necessitava assumir, no caso da sentença (7), o ser da montanha de ouro para que (7) fosse significativa. Essa estratégia está na base do argumento do não-ser e do critério sintático de admissão de objetos subsistentes de Meinong. Tudo isso era necessário porque o termo “a montanha de ouro”, segundo o modelo clássico de análise, era entendido como um nome para um objeto. As sentenças formalizadas (6)* e (7)* nos dão, não nomes para objetos, mas apenas funções proposicionais compostas por predicados monádicos e o quantificador existencial (\exists) representando o predicado de existência. Vale ressaltar que “existe” é claramente, nos termos da teoria das descrições de Russell, uma afirmação acerca de uma função proposicional e, conseqüentemente, um predicado de segunda ordem, ou seja, um predicado dito verdadeiro ou falso apenas de outros predicados, mas nunca diretamente de objetos.

Como vimos, ao dissolver expressões denotativas em feixes de predicados o proponente da teoria das descrições não pretende anular o possível comprometimento ontológico das sentenças, mas transferi-lo para a variável ligada da sentença formalizada. Com isso, é possível fazer uso de frases existenciais negativas sem nos comprometermos com as entidades supostamente denotadas pelas expressões nelas contidas e, assim, eliminar as conseqüências do argumento do não-ser derivadas do tratamento de sentenças de existência proposto pelo modelo clássico de análise. Dizer do maior planeta do sistema solar que ele existe é, em última instância, dizer que o domínio de objetos que minha ontologia assume comporta um objeto x ao qual é aplicado a uma só vez os predicados “ser planeta” e “ser do sistema solar” e que para qualquer outro objeto y , sendo $y \neq x$, pertencente ao mesmo domínio e que se aplique os predicados “ser planeta” e “ser do sistema solar” então, x é maior que y . Em resumo, (6)* afirma acerca da função proposicional expressa através do complexo predicativo presente na sentença, que há um objeto no domínio que satisfaz conjuntamente todas as predicções em questão e que, portanto, há um valor para a variável x que torna a sentença verdadeira. Como vimos, é precisamente nisto que consiste um dos critérios ontológicos de Quine, a saber, “*ser é ser o valor de uma variável*”. Segundo o critério de Quine, uma dada teoria assume o comprometimento ontológico com uma entidade quando esta mesma entidade se configura enquanto valor da variável de uma sentença quantificada tornando esta mesma sentença verdadeira.

Penso que as sentenças do tipo A, a exemplo de (6) e (7), expressam casos típicos onde a teoria russelliana das descrições parece mais razoavelmente sustentável que a análise fregeana. Como vimos, segundo Frege, o artigo definido presente tanto em (6) quanto em (7)

implica que os termos “o maior planeta do sistema solar” e “a montanha de ouro” sejam entendidos enquanto nomes para objetos e não complexos predicativos. Portanto, de acordo com Frege, (6) e (7) seriam sem sentido, e conseqüentemente sem referência, pois são constituídas pela composição indevida entre termos para objetos e o predicado de ordem superior “(não) existe”. Por outro lado, a análise de Russell torna todo termo gramaticalmente denotativo em um termo funcional e mantêm tanto o sentido quanto a bivalência de ambas as proposições.

A partir do que foi exposto até o presente momento, fica claro também que a análise quantificacional de sentenças do tipo A representa um rompimento significativo com o pressuposto clássico da simetria entre estrutura gramatical e estrutura lógica. De fato, embora do ponto de vista gramatical (6) e (7) possam ser analisadas na forma sujeito-predicado, suas estruturas formais reveladas em (6)* e (7)* são inteiramente predicativas, ou seja, completamente destituídas de qualquer constante individual que levasse ao comprometimento com uma entidade existente ou meramente possível. Essa estratégia de eliminação de constantes individuais em favor de termos funcionais é de extrema importância para os objetivos de Russell e Quine. A idéia básica por trás do tratamento descritivista do problema da existência é que uma extensão consistente desse modelo de análise a outros tipos de sentenças de existência levariam aos mesmos ganhos no que diz respeito à rejeição da abordagem inflacionada. É precisamente a possibilidade e os limites dessa extensão que verificaremos de agora em diante.

B) Sentenças existenciais singulares nas formas, afirmativa e negativa, com ocorrência de nomes próprios:

(3) Júlio César existe

(4) Sherlock Holmes não existe

Se a aplicação da teoria de Russell a sentenças do tipo A parece o caso menos problemático e até mesmo bastante razoável no que toca as formalizações de sentenças de existência, a situação é completamente inversa quanto às sentenças do tipo B. Descrições definidas são claramente compostas por predicados, o que facilita o trabalho de formalização das sentenças com uma leitura do predicado de existência enquanto um predicado de segunda ordem como propôs Russell. Um problema fundamental é que nem toda sentença de existência é composta por descrições definidas. A princípio, nas sentenças (3) e (4), o que está

em jogo não é a instanciação ou não de determinados predicados no meu domínio de objetos como propõe uma leitura de segunda ordem do predicado de existência. É bastante intuitivo pensar que a questão que se põe em sentenças do tipo B é a existência ou não de objetos, no caso, Júlio César e Sherlock Holmes, o que em tese seria um contra-exemplo à tese de que existência não é um predicado dito diretamente de objetos. A solução de Russell para adequar o tratamento de sentenças do tipo B à sua teoria das descrições é sustentar a *tese descritivista*, diga-se de passagem, bastante controversa, de que termos singulares como “Júlio César” e “Sherlock Holmes”, nomes próprios da linguagem natural, não constituem nomes logicamente próprios, mas descrições definidas abreviadas.⁸⁴ Com isso, para formalizar sentenças como (3) e (4) nos termos da teoria das descrições é necessário parafraseá-las explicitando as descrições definidas que os termos singulares envolvidos, no caso, “Júlio César” e “Sherlock Holmes” abreviam. Publicamente, usamos a expressão “Júlio César” para referir o objeto que julgamos possuir determinados predicados como “o conquistador da Gália”. Da mesma forma, através da expressão “Sherlock Holmes” abreviamos predicados como “o detetive que mora na Baker Street 221B, toca violino e tem um assistente chamado Watson”. Tais predicados são usados como critérios de identificação no domínio de objetos. Fazendo uso deles podemos determinar se tais objetos pertencem ou não a um dado domínio, ou ainda, como sugere Quine, podemos checar se no domínio assumido pela nossa ontologia há alguma entidade que seja o valor da variável das sentenças (3) e (4) quando formalizadas.

Assumindo a tese descritivista de Russell, a formalização de (3) e (4) fica como segue:

$$(3)** \exists x(Cx \wedge \forall y(Cy \rightarrow y=x))$$

$$(4)** \neg \exists x(Dx \wedge Bx \wedge Vx \wedge \forall y(Dy \wedge By \wedge Vy \rightarrow y=x))$$

onde C, D, B e V significam, respectivamente, “ser o conquistador da Gália”, “ser detetive”, “morar na Baker Street 221B” e “tocar violino”.

A ideia básica por trás dessa estratégia de formalização é que, uma vez que as sentenças do tipo B passam a ser analisadas de maneira análoga às sentenças do tipo A, passam a valer também para elas todas as vantagens em relação ao modelo clássico de análise enunciadas anteriormente no tratamento das sentenças do tipo A. O problema é que esse resultado só é

⁸⁴ Segundo Russell (RUSSELL, 1978b: p.72), apenas constantes individuais da lógica e da matemática e, nas linguagens naturais, os indexicais, a exemplo de “eu”, “isto” e “aquilo”, constituem nomes logicamente próprios. Em outras palavras, somente eles se referem diretamente a objetos. Termos singulares como “Sócrates” e “Sherlock Holmes” referem indiretamente através de descrições.

possível a partir da assunção da tese descritivista dos nomes próprios. Sem a ideia de que nomes próprios abreviam descrições, a análise desses mesmos nomes em termos funcionais estaria comprometida.⁸⁵ Nesse sentido, a credibilidade dos resultados do modelo de análise de Russell aplicado às sentenças do tipo B é inteiramente dependente da credibilidade da tese descritivista e é precisamente essa tese que muitos filósofos não estão dispostos a aceitar.

Um dos oponentes mais célebres da tese descritivista é Saul Kripke. Embora Kripke tenha assumido claramente em *Naming and Necessity*⁸⁶ que os resultados de Russell são perfeitamente defensáveis quando o que está em jogo é a análise de sentenças com descrições definidas e onde o falante faz uso do *valor semântico* – ou seja, algo análogo ao *uso atributivo* de Donnellan – do conteúdo descritivo, ele rejeitou a todo custo o uso do mesmo recurso descritivista na análise de sentenças com nomes próprios. A razão para tal rejeição era sua não aceitação da ideia de que nomes próprios abreviam descrições. Kripke defendeu, contra Russell e Frege, uma teoria da referência direta dos nomes próprios, segundo a qual nomes próprios referem sem a mediação de sentidos fregeanos, sejam enquanto modos de apresentações, sejam enquanto descrições definidas das quais eles seriam meras abreviações. Segundo Kripke, nomes próprios são introduzidos na nossa linguagem, ou de forma ostensiva, ou através de uma descrição em um procedimento que ele chama de *batismo inicial*. Eles são transmitidos de falante para falante por gerações através de uma cadeia causal histórica.⁸⁷ Vale ressaltar que, segundo Kripke, embora possamos fazer uso de uma descrição no ato do batismo inicial de um objeto, tal descrição não possui qualquer influência posterior na transmissão do nome através dos elos da cadeia causal histórica e, portanto, não há nenhum elemento descritivista na teoria kripkeana.

No que diz respeito ao tratamento do predicado de existência, o problema que a teoria da referência direta de Kripke, na forma como ela foi exposta em *Naming and Necessity*, não conseguiu superar é o da formulação consistente de sentenças existenciais negativas verdadeiras com ocorrência de nomes próprios⁸⁸ como ocorre em

(4) Sherlock Holmes não existe

⁸⁵ A menos que Russell endossasse a estratégia de predicacões artificiais de Quine; o que de fato não ocorreu.

⁸⁶ Nas Lectures I e II de *Naming and Necessity* Kripke oferece uma análise das críticas mais frequentes à tese descritivista dos nomes próprios bem como seu argumento para rejeitar a estratégia de Russell. Cf. (KRIPKE, 1972).

⁸⁷ Uma análise bastante didática das teses de Kripke quanto ao comportamento lógico-semântico dos nomes próprios pode ser encontrado em (LYCAN, 2008: cap. 4).

⁸⁸ A dificuldade de formulação de sentenças existenciais negativas com nomes próprios é reconhecida por Kripke na Lecture I de *Naming and Necessity* Cf. (KRIPKE, 1972: p. 29).

A sentença (4) é claramente verdadeira, no entanto, do ponto de vista de Kripke, o termo “Sherlock Holmes” não pode ser dito um nome próprio legítimo, pois ele foi gerado artificialmente e não por intermédio de um batismo inicial de um objeto.⁸⁹ Em outras palavras, o termo “Sherlock Holmes” não nomeia nada. Como Kripke rejeita a tese descritivista, ele também não poderia assumir que “Sherlock Holmes” abrevia alguma descrição. Com isso, Kripke tinha que assumir que “Sherlock Holmes” não significa nada e que, conseqüentemente, (4) é destituída de sentido e de valor de verdade. Se assumirmos as teses de Kripke expostas em *Naming and Necessity*, não há como formular negações existenciais verdadeiras e significativas que envolvam nomes próprios. Com isso, me parece que nem a abordagem descritivista de Russell nem a teoria da referência direta de Kripke podem oferecer um modelo confiável de análise de sentenças do tipo B.

C) Sentenças existenciais gerais nas formas, afirmativa e negativa, com ocorrência de tipos naturais.⁹⁰

(8) Morcegos existem

(9) Unicórnios não existem

A estratégia básica de formalização de sentenças do tipo C com a finalidade de adequar essas sentenças ao modelo descritivista de análise é substituir termos para tipos naturais por predicacões correspondentes. Assim, as sentenças (8) e (9) podem ser formalizadas em algo do tipo

(8)* $\exists x Mx$

(9)* $\neg \exists x Ux$

onde as letras predicativas “M” e “U” representam, respectivamente, os predicados “ser morcego” e “ser unicórnio”. Com isso, podemos facilmente observar que em (8)* e (9)* temos novamente sentenças inteiramente predicativas resultantes da substituição dos termos

⁸⁹ O argumento vale para todo nome com vacuidade referencial.

⁹⁰ Em filosofia analítica usamos o termo “tipos naturais” para designar, não um indivíduo particular, mas uma classe de indivíduos determinados por certas propriedades. Esses tipos são ditos naturais, pois se referem a espécies animais, substâncias orgânicas, minerais, químicas etc. Em resumo, conjuntos de entidades da natureza agrupados por certas propriedades estruturais.

denotativos “morcego” e “unicórnios” por termos funcionais como “o x que é morcego” e “o x que é unicórnio”. O objetivo da eliminação dos termos denotativos em (8)* e (9)*, da mesma forma que na análise das sentenças do tipo A e B, é a anulação de inflações ontológicas desnecessárias tais como as resultantes do argumento do não-ser e da teoria dos objetos de Meinong. Tal estratégia visa garantir o sentido e a verdade de (9) sem a necessidade de um comprometimento obrigatório com unicórnios.

A adequação do tratamento de sentenças do tipo C ao modelo de análise descritivista proposto por Russell é relativamente simples tendo em vista o comportamento semântico de termos para tipos naturais. Como tais termos são usados para nomear, não uma entidade específica, mas uma classe de entidades, eles estão, de certo ponto de vista, muito mais próximos do comportamento semântico dos predicados – e conseqüentemente de termos funcionais – do que, por exemplo, de nomes próprios da linguagem natural. De fato, há uma relação estreita entre termos para tipos naturais e predicados fregeanos. Em última instância, negar existência a unicórnios equivale a afirmar que o predicado de primeira ordem “ser unicórnio” possui extensão nula.

É possível também analisar termos para tipos naturais enquanto feixes de predicados. Como vimos acima, um termo para um tipo natural é utilizado para referir uma classe de entidades que é agrupada por certas propriedades estruturais. Por exemplo, afirmamos que o termo “morcego” se aplica verdadeiramente a uma determinada entidade caso ela instancie a uma só vez determinadas propriedades estruturais com as quais definimos o termo “morcego”, tais como “ser um mamífero” e “ser voador”. O mesmo vale para outros termos para tipos naturais. Assim, é possível substituir termos para tipos naturais na análise de sentenças do tipo C por um ou mais predicados estruturais que definem o termo em questão.⁹¹ Dessa forma, podemos analisar (8) e (9) em algo como

$$(8)** \exists x (Mx \wedge Vx)$$

$$(9)** \neg \exists x (Hx \wedge Cx)$$

⁹¹ Por motivos de simplificação estou ignorando toda discussão realizada por filósofos como Kripke (1972) e Putnam (1975) em torno do estatuto semântico de termos para tipos naturais. Kripke e Putnam pensam essas propriedades estruturais como propriedades essenciais que toda entidade que pertence a um tipo natural possui em todo mundo possível no qual ela existe. Isso leva a uma enorme discussão acerca da natureza modal rígida de termos usados para expressar tipos naturais. É precisamente essa discussão que pretendo evitar aqui. Apenas é importante ressaltar que, da forma que penso, nem Kripke nem Putnam aceitariam a idéia de que termos para tipos naturais abreviam ou significam o conjunto de propriedades estruturais que o define; essa é apenas uma forma de pensar termos para tipos naturais de maneira análoga aos nomes próprios da linguagem natural segundo a abordagem descritivista de Russell.

onde as letras predicativas “M”, “V”, “H” e “C” representam, respectivamente, os predicados “ser mamífero”, “ser voador”, “ser cavalo” e “ter um chifre”.

D) Sentenças existenciais singulares nas formas, afirmativa e negativa, com ocorrência de indexicais:

(10) Eu existo

(11) Eu não existo

A intuição básica de qualquer ser humano é que, quando proferida, (10) é uma sentença sempre verdadeira, ao passo que (11) é sempre falsa. Essa característica se deve ao comportamento semântico de termos indexicais e sua relação com a referência ostensiva de objetos. Os Indexicais são os únicos termos das linguagens naturais que Russell assume como nomes logicamente próprios.⁹² De acordo com Russell, sentenças existenciais negativas envolvendo nomes logicamente próprios são sempre, ou sem sentido, ou contraditórias. Isso se deve ao fato de que um indexical nomeia necessariamente algo que existe, pois um indexical é um termo usado para representar algo do qual temos conhecimento direto e imediato, ou seja, aquilo que Russell denominou *sense-data*.⁹³ A afirmação de existência de um *sense-data* é uma tautologia referencial. Portanto, dizer de algo referido através de um indexical que ele existe é simplesmente uma trivialidade e dizer deste mesmo objeto, no mesmo contexto, que ele não existe, é uma contradição. Ao atribuir existência a um dado objeto, especialmente àqueles que conhecemos enquanto resultado das nossas apreensões sensíveis, como no caso dos objetos referidos pelos nomes logicamente próprios de Russell, não estamos acrescentando nada de novo e ao lhe negar existência estamos caindo em contradição. Russell pensava nas sentenças (10) e (11), respectivamente, como tautologias e contradições referenciais. De certa forma, podemos dizer que Russell defendia a tese da

⁹² Cf. (RUSSELL, 1978b: p. 71-72).

⁹³ De acordo com Russell, “um nome, no sentido lógico estrito de uma palavra cujo significado é um particular, pode-se aplicar somente a um particular com o qual o orador esteja familiarizado, porque não podemos nomear nada como o qual não estejamos familiarizados”. Essa característica nem sempre é satisfeita pelos nomes próprios das linguagens naturais. Por exemplo, “não estamos familiarizados com Sócrates e, portanto, não podemos nomeá-lo [no sentido lógico]. Quando usamos a palavra ‘Sócrates’ estamos, na verdade, usando uma descrição. Nosso pensamento pode ser interpretado por algumas expressões tais como ‘o mestre de Platão’ ou ‘o filósofo que bebeu a cicuta’ ou ‘a pessoa que os lógicos afirmam ser mortal’, mas certamente não usamos o nome como um nome no sentido apropriado da palavra” (RUSSELL, 1978b: p. 71-72).

trivialidade da existência mencionada no capítulo 1 de uma forma restrita às sentenças do tipo D.

À primeira vista, a tese de Russell parece razoável. Não obstante, ainda assim é possível encontrar algumas tentativas de extrair do contexto pragmático situações onde sentenças existenciais negativas com ocorrência de indexicais poderiam ser verdadeiras. Em geral, esses exemplos estão associados a situações de privações epistêmicas e alucinações. Um homem poderia afirmar significativamente acerca de uma miragem de um oásis a sentença “Isto não existe”; e nesse contexto parece razoável aceitar que a afirmação é, em certo sentido, verdadeira e não uma contradição referencial. No entanto, é sempre possível argumentar que talvez esse não seja um uso *standard* de um termo indexical, mas apenas um uso anômalo permitido pela frouxidão da linguagem como um meio de captar uma situação de privação epistêmica do sujeito. Tal situação deve, portanto, ser completamente evitada num tratamento formal de problemas ontológicos como é o objetivo da abordagem quantificacional de Russell.⁹⁴

Estamos aqui diante de um ponto extremamente delicado. Todas essas teses estão completamente envolvidas em grandes polêmicas filosóficas e é difícil chegar a uma solução e até mesmo uma abordagem parcimoniosa delas. No entanto, penso que tudo caminha numa direção: ou aceitamos juntamente com Russell que sentenças existenciais com ocorrência de indexicais nas formas negativa e afirmativa são, respectivamente, contradições e tautologias – portanto, ou falsas ou triviais –, ou temos um caso claro onde o predicado “existe” é legitimamente um predicado de primeira ordem, ou seja, onde a existência está sendo atribuída diretamente ao objeto referido pelo indexical em questão.

Pelas razões apresentadas acima, penso que as sentenças do tipo A e C são mais facilmente analisáveis de acordo com o padrão da teoria das descrições, ao passo que as sentenças do tipo B e D, só se adéquam ao modelo russelliano na medida em que fazemos uso de teses colaterais tais como a tese descritivista dos nomes próprios e algumas teses epistêmicas do autor em questão. Como essas teses estão no centro de diversas polêmicas filosóficas não resolvidas, a questão acerca da forma lógica das sentenças de existência possui um status de questão em aberto. Não por acaso, meu objetivo no presente trabalho não foi marcado por uma tentativa de apresentar uma saída aos problemas da abordagem quantificacional, mas, antes, uma tentativa de rasteá-los.

⁹⁴ O próprio Russell afirma que a importância dos nomes próprios no sentido lógico se revela no âmbito da lógica e não na vida cotidiana Cf. (RUSSELL, 1978B: p. 72).

A busca por uma estratégia de análise de sentenças dentro do aparato formal da lógica de predicados que elimine os problemas envolvendo vacuidade de referência – a exemplo do que ocorre em sentenças existenciais negativas – e comprometimentos ontológicos indesejados constitui uma tentativa de superar os impasses gerados pela suposição implícita da semântica da lógica clássica de que *todo* termo singular que ocorre em uma sentença formalizada deve ser interpretado dentro de um determinado domínio de quantificação. Essa suposição implica que todo termo singular é um representante formal de um objeto. Foi precisamente essa suposição que tornou possível a formulação do argumento do não-ser de Platão, dos critérios sintáticos e semânticos da teoria dos objetos de Meinong e, juntamente com isso, a defesa de uma ontologia inflacionada. Em última instância, os problemas ontológicos envolvendo a formulação de sentenças existenciais são derivados da dificuldade, dentro dos parâmetros da lógica clássica, da aplicação de termos com vacuidade referencial em sentenças com quantificações sem que isso conduza ao comprometimento indesejado com os possíveis referentes dos termos em questão. Daí a necessidade sustentada por Russell e Quine de eliminar termos denotativos em favor de termos funcionais.

Vale ressaltar que, as três versões da abordagem quantificacional do problema da existência apresentadas no presente trabalho constituem estratégias de análise de sentenças dentro dos parâmetros da lógica clássica de predicados. Uma estratégia mais ousada se caracteriza pela mudança da própria lógica de um modo a evitar pressupostos clássicos como o mencionado acima acerca da interpretação de *todo* termo singular utilizado em sentenças formalizadas. Isso é basicamente o que pretendem, por exemplo, os proponentes das chamadas lógicas livres (*free logics*).⁹⁵ Uma lógica livre é uma lógica quantificada que admite que, em determinados casos, alguns termos singulares que ocorrem nas sentenças formalizadas simplesmente não possuam contraparte no domínio de quantificação, embora os quantificadores continuem sendo interpretados na forma usual. Isso equivale a dizer que, constantes individuais para termos como “Pégasus” ou “Sherlock Holmes” podem ser usados em lógicas livres sem que isso implique que nosso domínio possua tais entidades como Pégasus e Sherlock Holmes. Embora não seja meu objetivo no presente trabalho uma apresentação das lógicas livres, é importante mencioná-las como um exemplo de que a busca pela superação dos problemas gerados pela abordagem inflacionada e pelo modelo clássico de análise não está restrita à assunção de modelos alternativos de análise dentro da própria lógica

⁹⁵ Para uma apresentação das chamadas lógicas livres Cf. (BENCIVENGA, 1986).

de predicados, mas, em alguns casos, passa também pela proposta de sistemas formais que eliminem os excessos semânticos e ontológicos da lógica clássica.

3.2 Algumas observações acerca do discurso ficcional e o tratamento contextualista de Carnap.

Tendo realizado essa breve avaliação dos limites da modelo quantificacional de formalização, penso que algumas palavras precisam ainda ser ditas acerca do que se convencionou chamar discurso ficcional, tendo em vista que ele constitui um tópico relevante para o problema da existência. Em geral, o sucesso do projeto de uma solução estritamente formal para os problemas ontológicos envolvidos na noção de existência parece constantemente esbarrar em alguns pormenores do poder expressivo das linguagens naturais que sempre é capaz de surpreender com algum novo contra-exemplo desconcertante. Mesmo que fosse oferecida, como queria Russell e Quine, uma interpretação sólida e unívoca do conceito de existência que refutasse qualquer comprometimento obrigatório com a ontologia inflacionada derivada do modelo clássico de análise de sentenças assumido por Platão e Meinong, ainda assim alguns problemas poderiam surgir através de estranhos esquemas proposicionais que ocorrem em alguns contextos comunicativos em linguagem natural. Isso porque as teses de Russell e Quine sobre a quantificação existencial e o descritivismo, tomadas de maneira isolada, não são capazes de tratar consistentemente alguns contextos anômalos derivados da prática comunicativa cotidiana.⁹⁶ Vários neo-meinongianos, a exemplo de Zalta⁹⁷ e Parsons,⁹⁸ apresentam esses contextos anômalos em relação ao tratamento de Russell e Quine como evidências em favor das intuições meinongianas acerca da caracterização de um objeto e da ontologia como um todo. Talvez o mais célebre desses contextos anômalos seria o que chamamos de *discurso ficcional*. Vale ressaltar que, por discurso ficcional entendo não só o conjunto das sentenças que ocorrem nas obras de ficção, mas também o conjunto de sentenças que proferimos acerca de personagens, lugares, objetos e eventos que ocorrem exclusivamente nos romances, contos e outros tipos de obras literárias, bem como as sentenças acerca de narrativas míticas ou coisas do gênero, que são comunicadas através da tradição oral dos povos, desde que essas sentenças pressuponham, de alguma forma, o domínio de objetos assumido no contexto ficcional em questão.

⁹⁶ Alguns desses contextos – modais, epistêmicos e outros derivados dos atos de fala – já foram mencionados na seção 2.4.

⁹⁷ Cf. (ZALTA, 1983 e 1988).

⁹⁸ Cf. (PARSONS, 1980).

A linguagem natural é plástica o bastante para permitir a formulação de instâncias de um estranho esquema proposicional tal como “ x é um $F \wedge x$ não existe” com valor de verdade pelo menos, intuitivamente verdadeiro, assim como em “Sherlock Holmes é detetive \wedge Sherlock Holmes não existe”. Esse esquema possui inúmeras ocorrências envolvendo termos vacuosos e está intimamente ligado à constituição do discurso ficcional. De fato, se alguém é questionado quanto ao valor de verdade de

(12) Sherlock Holmes é detetive

e

(4) Sherlock Holmes não existe

esse alguém teria boas razões para afirmar a verdade tanto de (12) quanto de (4) e, conseqüentemente, a verdade da conjunção (12) \wedge (4) que é uma instância do esquema “ x é um $F \wedge x$ não existe”. Esse mesmo esquema é importante para o problema da existência por razões elementares. Ele parece apoiar a intuição meinongiana enunciada na tese da independência do ser, segundo a qual um objeto pode ou não ter uma propriedade independentemente dele ser ou não existente. De fato, o que está sendo afirmado acerca do objeto x é que x instancia a propriedade F , embora x não exista: Sherlock Holmes instancia a propriedade “ser detetive”, embora ele não exista. Além disso, esse mesmo esquema está claramente sustentado na distinção dos conceitos de “ser” e “existir”: uma leitura possível desse esquema sentencial que evidencia essa distinção pode ser dada como segue; “há um x que é um F e x não existe”: há um indivíduo que é detetive e esse indivíduo não existe. A grande maioria das afirmações meinongianas acerca de *possibilia* e *impossibilia*, tais como atribuições de propriedades a objetos que não existem, pode ser facilmente inserida no contexto da análise de um discurso ficcional.⁹⁹ Segue daí que qualquer indivíduo que queira evitar as conseqüências do discurso ficcional sustentadas pelos meinongianos deve oferecer uma saída para o tratamento de sentenças em contexto ficcionais que dispense uma interpretação nos termos da teoria dos objetos de Meinong. Em outras palavras, para uma formalização não-meinongiana do discurso ficcional é necessário um modelo de análise que traduza para o idioma canônico quantificacional sentenças envolvendo ficções sem implicar que essas mesmas ficções possuam algum tipo de ser. Isso equivale a um modelo de análise que inviabilize a tese da independência do ser.

⁹⁹ Para uma análise meinongiana de sentenças do discurso ficcional Cf. (PARSONS, 1980).

Uma abordagem alternativa dos problemas envolvendo o discurso ficcional pode ser encontrada em Inwagen.¹⁰⁰ Segundo Inwagen, à primeira vista, sentenças do discurso ficcional parecem possuir uma estrutura sintática e semântica semelhante às sentenças que enunciamos para referir entidades e eventos da realidade. Essa similaridade estrutural pode ser observada em três características básicas: da mesma forma que sentenças acerca da realidade, as sentenças do discurso ficcional (i) podem ser formuladas através de quantificações existenciais, (ii) podem possuir estrutura quantificacional complexa (por exemplo, $\exists x\exists y\forall z\dots$) e (iii) as inferências que fazemos a partir dessas sentenças com base nas regras da lógica são, de fato, válidas. Contudo, uma quarta característica de sentenças do discurso ficcional acentua a diferença em relação às sentenças acerca da realidade, a saber, (iv) as entidades que figuram como sujeito das sentenças do discurso ficcional possuem, não somente predicados passíveis de serem satisfeitos por determinados objetos físicos, a exemplo de “ser vermelho”, “ser alto”, “ser sábio” e “ser idêntico a si mesmo”, mas também predicados literários tais como “ser uma personagem”, “aparecer pela primeira vez no capítulo 6” etc. As características (i), (ii) e (iii), pensadas isoladamente, facilitam o surgimento de estranhos esquemas funcionais como “ x é um $F \wedge x$ não existe”. De acordo com Inwagen, uma tentativa de evitar esses esquemas indesejados em uma análise não-meinongiana do discurso ficcional pode ser construída a partir de uma análise detalhada de como as características que diferenciam o comportamento sintático-semântico das sentenças ficcionais em relação às demais sentenças determinam a análise de sentenças envolvendo ficções. O centro da argumentação de Inwagen se encontra na explicitação da característica (iv) enunciada acima. Inwagen defende uma caracterização de sentenças do discurso ficcional em termos de uma distinção entre por um lado, a relação de entidades ficcionais expressas nessas sentenças com propriedades de objetos físicos e abstratos e por outro, a relação dessas mesmas entidades com as propriedades exclusivas de contextos ficcionais. Segundo Inwagen, entidades ficcionais têm (*have*) somente (a) propriedades lógicas, a exemplo da auto-identidade, e (b) propriedades literárias, tais como “ser uma personagem”. Por outro lado, entidades ficcionais não têm (*have*) propriedades estritamente aplicadas a seres reais, mas as sustenta (*hold*). Assim, Sherlock Holmes tem a propriedade “ser um personagem criado por Conan Doyle” e sustenta a propriedade de “morar na Baker Street 221B”. De fato, se procurarmos na obra de Conan Doyle um personagem chamado “Sherlock Holmes”, iremos encontrá-lo, ao passo que, nenhuma pessoa chamada “Sherlock Holmes” morou na Baker Street 221B no período histórico descrito na obra policial

¹⁰⁰ Cf. (van INWAGEN, 2005).

de Doyle. A relação que “Sherlock Holmes” possui com a propriedade “morar na Baker Street 221B” não pode ser a mesma que objetos físicos têm com as propriedades que eles instanciam. Com isso, Inwagen pretende sustentar a noção intuitiva de que o termo “Sherlock Holmes” foi introduzido por Doyle para “sustentar” propriedades que simulem uma entidade. É precisamente essa característica que define um termo para um personagem ficcional e, por isso, Inwagen defende que personagens ficcionais existem enquanto uma espécie de construção lingüística, mas não há entidades, objetos no mundo, as quais essas mesmas construções representem. Nesse sentido, “Sherlock Holmes” é uma construção na obra de Doyle que simula um indivíduo. Sherlock Holmes é nada além de um construto lingüístico. Com isso, de acordo com a distinção proposta por Inwagen, o esquema “ x é um $F \wedge x$ não existe”, freqüentemente derivado do discurso ficcional, pode ser interpretado da seguinte maneira: “ x sustenta [é um termo que comporta] a propriedade $F \wedge x$ não existe [não expressa nem refere nenhum objeto real]”.

A distinção defendida por Inwagen¹⁰¹ entre *ter* e *sustentar* uma propriedade é bastante próxima da distinção proposta por Zalta¹⁰², que apresentei na seção 1.3 do presente trabalho, entre *instanciar* e *codificar* uma propriedade. Contudo, há algumas diferenças entre as conseqüências derivadas pelos autores a partir de suas distinções. Se, por um lado, Zalta defende que personagens ficcionais pertencem à ontologia enquanto objetos subsistentes e, portanto, deriva de sua distinção uma interpretação meinongiana das sentenças do discurso ficcional, por outro, Inwagen defende, contra Meinong e Zalta, que há ou existem personagens ficcionais enquanto construções lingüísticas, mas que tais personagens não denotam entidades, nem existentes, pois eles não são objetos reais, nem subsistentes, pois não há um domínio de objetos ideais. Personagens ficcionais são termos associados a conjuntos abertos – não maximais – de predicados que usamos para simular objetos. Nesse sentido, o discurso ficcional pode ser corretamente entendido como um jogo de simular objetos e eventos.

Embora a proposta de Inwagen possa oferecer uma saída para os problemas envolvendo o discurso acerca de ficções, penso que uma melhor abordagem para análise de sentenças do discurso ficcional pode ser derivada do estudo de Carnap¹⁰³ acerca de tipos de questões de existência. Em última análise, Carnap estava preocupado com a relação entre a admissão de uma linguagem ou sistema de referência (*framework*) e suas implicações ontológicas, tais

¹⁰¹ Cf. (van INWAGEN, 2005).

¹⁰² Cf. (ZALTA, 1983).

¹⁰³ Cf. (CARNAP, 1988).

como o comprometimento que essa mesma linguagem carrega em relação a determinados tipos de entidades. Essa discussão era fundamental para os objetivos dos representantes do positivismo lógico, ao qual Carnap pertencia, pois o que estava em jogo para esses filósofos, dentre outras coisas, era um meio sólido de mostrar como podemos usar esses sistemas de referências sem com isso derivar questões metafísicas dentro do discurso científico e filosófico. Segundo Carnap, todo nosso discurso acerca de entidades, seja de que tipo elas forem, tem como pano de fundo um sistema de referência lingüístico, ou seja, uma linguagem que comporte um conjunto de termos necessários para expressar proposições acerca das entidades em questão. Por exemplo, dentro das ciências formais, a aritmética constitui o sistema de referência a partir do qual geramos todo nosso discurso acerca de números. É na aritmética que definimos termos com regras apropriadas como “ser par” e “ser ímpar”, relações como, “ser sucessor de” e “ser maior que”, além de funções como adição e subtração sem as quais os números são completamente destituídos de sentido. Em outras palavras, se os números constituem um tipo específico de entidade, eles só são significativos dentro de um sistema de referência, a saber, a aritmética.

Tomando a noção de sistema de referências como fundamental para análise de problemas filosóficos e científicos, no apêndice de *Meaning and Necessity* (1988) intitulado “Empiricism, Semantic and Ontology”, Carnap propõe uma distinção entre dois tipos de questões de existência que ele chama de *questões internas* e *questões externas*. Grosso modo, (i) uma questão de existência é dita *interna* caso ela seja formulada no interior de um sistema de referência. Por outro lado, (ii) se ela é formulada pondo em questão os fundamentos do próprio sistema de referência como um todo, então ela é dita uma questão *externa*. Essa distinção fica clara retomando o exemplo da aritmética. Segundo Carnap, uma questão como “existe um número primo maior que cem?” é uma questão interna ao sistema de referência que chamamos aritmética, pois só pode ser resolvida através de um procedimento de análise estritamente matemático e definido através das regras de uso dos termos contidos na própria aritmética. Por outro lado, uma questão como “existem números?” pode ser tanto uma questão interna como externa, dependendo do tipo de abordagem que é dada a ela. Ao perguntar “existem números?”, se o que está em jogo é algo como “existe um x , tal que x é um número”, então temos uma questão interna. É necessária apenas uma rápida análise do domínio de objetos descrito pela aritmética para observar que alguns desses objetos – o dois, por exemplo – possuem a propriedade “ser um número”, definida dentro do próprio sistema de referência. Não obstante, se o que temos em mente com essa mesma questão for algo como o estatuto ontológico dos números, ou seja, o grau de realidade dessa classe de entidades descrita pela

aritmética, então estamos diante de uma questão externa, pois ela põe em cheque a estrutura da totalidade do sistema de referência do qual ela surge. Segundo Carnap, questões externas são produtos de um mau uso desses sistemas de referências e a fonte principal dos pseudo-problemas em filosofia, a saber, os problemas metafísicos. Na realidade, toda questão de existência externa é derivada de uma má compreensão do uso do termo “real”. Para Carnap, a pergunta pela realidade (ou existência) de uma entidade ou classe de entidades é sempre relativa a um sistema de referência. Uma questão externa ou metafísica é uma pergunta sobre a realidade ou o estatuto ontológico de uma entidade isolado do contexto onde a entidade é definida. A expressão “ser real” ou “ser existente”, como defende Carnap, equivale a “ser um elemento de um sistema de referência” e, portanto, não pode ser aplicada significativamente ao próprio sistema.

Penso que a distinção de tipos de questões de existência proposta por Carnap pode oferecer uma base relevante para a discussão de uma abordagem contextualista do problema da existência.¹⁰⁴ A abordagem contextualista é muito mais comum do que, a primeira vista, possa parecer. Isso pode ser observado não só no contexto mais geral de sistemas de referências como proposto por Carnap, mas também em contextos pragmáticos específicos. Na realidade, todo nosso discurso cotidiano está perpassado pela admissão de contextos implícitos. Isso fica claro numa rápida análise dos problemas associados à questão sobre o escopo dos quantificadores que também pode oferecer uma contribuição interessante para o problema da análise do discurso ficcional. Imagine uma situação na qual vou assistir a uma palestra no auditório da reitoria da UFC e ao chegar lá percebo que o evento superou as expectativas geralmente criadas em torno de acontecimentos filosóficos, pois o espaço está completamente ocupado por pessoas ansiosas para ouvir o palestrante. Ao constatar isso, afirmo “Não há onde sentar! Todas as cadeiras estão ocupadas”. Porém, com isso não quero dizer que todas as cadeiras do mundo estão ocupadas, mas apenas que todas as cadeiras do auditório em questão estão ocupadas. Há aqui um contexto implícito que restringe o domínio de aplicação do quantificador universal (\forall) na sentença $\forall x (x \text{ é uma cadeira} \rightarrow x \text{ está ocupada})$. O domínio de quantificação da sentença mencionada é composto pelo conjunto de

¹⁰⁴ Há duas formas de compreendermos o termo “abordagem contextualista” no que diz respeito ao problema da existência: a primeira forma se refere ao estatuto lógico do predicado de existência, também chamada de interpretação híbrida. Ela consiste basicamente na defesa de que “existe” pode ser, dependendo do contexto de aplicação, tanto um predicado de primeira ordem quanto de ordem superior. A segunda forma consiste na idéia de que uma questão significativa de existência possui sempre, como uma espécie de índice, um domínio de quantificação. Ela é sempre relativa a um domínio, ou seja, é corretamente formulada no contexto de um domínio. É precisamente nesse segundo sentido que devemos entender a proposta de Carnap. Para uma discussão introdutória acerca do contextualismo no tratamento do problema da existência Cf. (LECLERC, 2006).

cadeiras do auditório da reitoria da UFC e isso fica claro no contexto pragmático onde foi proferida a sentença. Com o discurso ficcional ocorre algo semelhante. Toda quantificação dentro do discurso ficcional tem como escopo um domínio ficcional ou, para usar a expressão de Carnap, o sistema de referência admitido no contexto da ficção. Essa restrição explica de forma elegante porque estamos dispostos a sustentar a verdade da sentença “Sherlock Holmes é detetive” e também a verdade de “Sherlock Holmes não existe”, embora não queiramos nos comprometer com a verdade meinongiana de que “há pelo menos um detetive que não existe”. Isso se deve ao fato de que cada uma das duas primeiras sentenças se refere a domínios diferentes e qualquer quantificação usada na tentativa de expressar a forma lógica dessas sentenças tem como escopo diferentes conjuntos de objetos em diferentes sistemas de referências. A rigor, as sentenças “Sherlock Holmes é detetive” e “Sherlock Holmes não existe” são ambas verdadeiras, mas a primeira é verdadeira no domínio ficcional criado por Conan Doyle e a segunda no domínio padrão da realidade. Por isso, a conjunção “Sherlock Holmes é detetive \wedge Sherlock Holmes não existe” não pode ser corretamente derivada a partir de um mesmo domínio de quantificação. Essa conjunção não é verdadeira em nenhum dos dois domínios, pois a primeira parte da conjunção é falsa na realidade e a segunda parte falsa no domínio ficcional de Conan Doyle.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o caráter de avaliação crítica que minha dissertação possui, nada mais natural que sua conclusão possua um aspecto fundamentalmente negativo no sentido de apresentar um apanhado das limitações e impasses em torno do modelo clássico de análise e da abordagem quantificacional de sentenças de existência apresentados ao longo desses três capítulos. Todo meu trabalho partiu da crítica realizada ao modelo clássico de análise de sentenças que sustentava a falsa ideia de uma isomorfia entre estrutura gramatical e estrutura lógica dos enunciados. Tal isomorfia estava implícita no pressuposto de que toda sentença pode ser analisada na forma sujeito-predicado. É precisamente esse conjunto de falácias que está por trás do argumento do não-ser e da teoria dos objetos de Meinong e que levou seus proponentes ao comprometimento inevitável com uma série de entidades ideais. O grau de inflação ontológica gerado a partir desse modelo deficiente de análise de sentenças alcançou seu ápice na defesa meinongiana de que o domínio do ser deve comportar também um conjunto de entidades impossíveis tais como o *círculo quadrado*. Penso que poucas coisas podem ser tão contrárias à noção intuitiva que temos do que é a realidade quanto a ideia de que essa mesma realidade seja composta por coisas impossíveis como postulou Meinong.

O modelo quantificacional de tratamento do predicado de existência foi apresentado ao longo do segundo capítulo tendo como pano de fundo a reação à ontologia inflacionada de Platão e Meinong. Como tentei mostrar, os modelos de análises de Russell e Quine estavam a serviço de um programa mais geral de redução ontológica de orientação nominalista e uma abordagem formal de questões filosóficas. Do ponto de vista da formalização das sentenças, essa redução só foi possível através de um tratamento lógico que pudesse eliminar termos denotativos em favor de termos funcionais e, juntamente com isso, eliminar a necessidade de comprometimento ontológico com os possíveis referentes dos termos denotativos utilizados nas sentenças. Essa estratégia proporcionou um refinamento sem precedentes na análise das sentenças e revelou uma assimetria cada vez mais patente entre estrutura gramatical e estrutura lógica forçando assim um rompimento sem retorno com o modelo clássico de análise. Vale ressaltar que essa distinção entre forma lógica e gramática natural é produto de uma posição filosófica mais geral que orientou filósofos como Frege e Russell segundo a qual as linguagens naturais são perpassadas por limitações e ambigüidades, e que uma filosofia e uma ciência que se pretendam rigorosas só podem ser erguidas mediante o tratamento de uma linguagem ideal.

Além da distinção entre forma lógica e gramática natural, as diferentes versões da abordagem quantificacional do predicado de existência possuem em comum as teses de que (i) o estatuto lógico do termo “existe” é fielmente expresso pelo quantificador existencial da lógica de predicados, (ii) que há uma clara identidade entre os predicados “ser” e “haver” e que, portanto, ao contrário do que ocorre na ontologia de Meinong, esses dois termos expressam a mesma porção da realidade, e por fim, (iii) que a ontologia de *possibilia* e *impossibilia* pode ser em grande parte evitada por um tratamento lógico consistente de enunciados de existência. Ao longo do segundo capítulo apresentei três versões de defesa da tese (i). A primeira versão foi a fregeana, segundo a qual o predicado de existência constitui um predicado de ordem superior que é aplicado de forma significativa e verdadeira apenas a predicados de ordem inferior a ele caso esses predicados de ordem inferior sejam instanciados. A segunda versão defendida por Russell tem na noção de função proposicional seu conceito central. Segundo Russell, toda afirmação de existência é fundamentalmente uma afirmação acerca de uma função proposicional. Caso a afirmação seja verdadeira, então a função proposicional a qual ela se aplica possui pelo menos uma instância verdadeira. Tendo em vista que essas funções proposicionais envolvem, do ponto de vista ontológico, a instanciação ou não de predicados, fica claro que o predicado “existe” é, segundo Russell, um predicado de ordem superior. A terceira e última versão apresentada foi a de Quine que endossou o modelo de análise da teoria das descrições de Russell, mas rejeitou a todo custo a ideia de que o predicado de existência é um predicado de ordem superior. Quine pensou no termo “existe” enquanto um termo sincategoremático. Segundo Quine, existência é algo expresso nos valores das variáveis das sentenças quantificadas. Tentei mostrar também de que forma os critérios ontológicos de Quine constituem uma meta-ontologia.

O trabalho de avaliação do modelo quantificacional de análise quando aplicado aos quatro principais tipos de sentenças de existência, como tentei realizar no capítulo três, teve como objetivo mostrar que, a despeito de todas as disputas filosóficas envolvendo a credibilidade da teoria das descrições de Russell e de sua tese descritivista dos nomes próprios, há casos onde ela parece ser mais razoavelmente aplicável e casos onde seus críticos ganham mais força. Para ser mais específico, as sentenças de existência dos tipos A e C – respectivamente, sentenças com descrições definidas e sentenças com tipos naturais – parecem oferecer menos resistência a uma análise dentro dos parâmetros da teoria das descrições e revelam de forma mais evidente os resultados pretendidos por Russell no que toca a rejeição da ontologia inflacionada de Meinong. Por outro lado, a análise de sentenças de existência dos tipos B e D – respectivamente, sentenças com nomes próprios e termos

indexicais – só é compatível com o modelo de análise de Russell e com seu projeto de redução ontológica se seu proponente, da mesma forma que Russell, assumir teses colaterais a respeito da linguagem e da epistemologia. Entre essas teses estão a tese descritivista dos nomes próprios, a distinção epistemológica entre conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição e sua relação com as descrições definidas, bem como a noção de nomes logicamente próprios e sua relação com os *sense-data* russellianos.

Por fim, na seção 3.2 que encerra esse trabalho tentei mostrar que mesmo que o modelo quantificacional de análise de sentenças de existência, nas versões de Russell e Quine, fosse adequadamente aplicável a todo tipo de sentenças de existência usadas na descrição da realidade, ainda assim restaria o problema da compatibilização da análise do discurso ficcional e do discurso acerca do real sem retirar disso uma ontologia de orientação meinongiana. Minha proposta, que apresentei sem pretensão de desenvolvê-la e que deve ser entendida como uma indicação para uma pesquisa futura, consiste em utilizar a noção de sistema de referência de Carnap com o objetivo de mostrar que toda sentença é, de alguma forma, indexada por um domínio de quantificação determinado contextualmente e que sentenças que envolvem ficções, a exemplo de “Sherlock Holmes é detetive” podem, em determinado contexto, ser considerada verdadeira sem que como isso tenhamos que assumir que Sherlock Holmes é um *possibilia* ou uma forma pura não instanciada.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENCIVENGA, E. (1986) "Free Logics", in: GABBAY, D. & GUENTHNER, F. (Orgs.) *Handbook of Philosophical Logic*. Amsterdam: D. Riedel, vol. III, pp. 373-426.
- BRANQUINHO, João. [et. al.]. (2006). *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2007) "O problema das predicções singulares de inexistências". In: *Metafísica Contemporânea*. IMAGUIRE, Guido. [et. al.]. Petrópolis: Editora Vozes. pp. 247-268.
- CARNAP, Rudolf. (1988) *Meaning and Necessity*. Chicago: The University of Chicago Press.
- CHATEAUBRIAND, Oswaldo. (2001) *Logical Forms*. Part I: truth and description. Campinas, UNICAMP: CLE.
- _____. (2005) "Deconstructing 'On Denoting'". In: IMAGUIRE, G. & LINSKY, B. (Org.). *On Denoting 1905-2005*. München: Philosophia Verlag. pp. 361-380.
- DONNELLAN, Keith. (1996) "Reference and Definite Descriptions" in: MARTINICH, A.P. *The Philosophy of Language*. Oxford: Oxford University Press. p.231-243.
- DUMMETT, Michael. (1973) *Frege: philosophy of language*. London: Duckworth.
- _____. (1993) *The seas of language*. Oxford: Oxford University Press.
- FREGE, Gottlob. (1978a) "Sobre o sentido e a referência". In: *Lógica e filosofia da linguagem*. Trad. e Org. de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix/EDUSP.
- _____. (1978b) "Sobre o conceito e o objeto". In: *Lógica e filosofia da linguagem*. Trad. e Org. de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix/EDUSP.
- _____. (1978c) "Função e conceito". In: *Lógica e filosofia da linguagem*. Trad. e Org. de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix/EDUSP.
- _____. (1983a) *Os Fundamentos da Aritmética*. (in: *Col. Os Pensadores*) São Paulo: Abril Cultural. pp. 195-276. Tradução de Luís Henrique dos Santos.
- _____. (1983b) *Sobre a justificação científica de uma conceitografia*. (in: *Col. Os Pensadores*) São Paulo: Abril Cultural. pp. 189-193. Tradução de Luís Henrique dos Santos.
- _____. (1979) "Dialogue with Pünjer on Existence". In: *Posthumous Writings*. Oxford: Blackwell. pp. 53-67.
- GREIMANN, Dirk. (2003) "Is Zalta's Individuation of Intensional Entities Circular?" *Metaphysica* (Dattelbach). Frankfurt/London, v.4, n.2. p.93-101.
- HAACK, Susan. (2002) *Filosofia das Lógicas*. São Paulo: Editora UNESP.

- HYLTON, Peter. (2003) "The Theory of Descriptions" in: GRIFFIN, Nicholas (Edit.). *The Cambridge Companion to Bertrand Russell*. Cambridge: Cambridge University Press.
- IMAGUIRE, Guido. (2006) "Nomes próprios entre a semântica e a epistemologia em Russell". In: *Manuscrito - Rev. Int. Fil.*, Campinas, vol.29, n.2. pp. 437-455.
- IMAGUIRE, Guido. & LINSKY, Bernard (Org.). (2005) *On Denoting 1905-2005*. München: Philosophia Verlag.
- KIM, Jaegwon & SOSA, Ernst. (1995) *A companion to metaphysics*. Mass.: Blackwell Publishers.
- KRIPKE, Saul. (1972) *Naming and Necessity*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- LECLERC, André. "Um tratamento contextualista do predicado de existência". In: *Filosofia UNISINOS*, nº7 de mai/ago de 2006. pp. 113-125.
- LEIBNIZ, G. W. (1951) "Towards a Universal Characteristic". In: *Selections*. New York: Scribner's.
- LOUX, Michael & ZIMMERMAN, Dean W. (2005) *The Oxford Handbook of Metaphysics*. Oxford: Oxford University Press.
- LOWE, E. J. (1995) "The metaphysics of abstract objects" In: *The Journal of Philosophy*. Vol. XCII, n.10, October 1995.
- LYCAN, William G. (2008) *Philosophy of Language: a contemporary introduction*. New York: Routledge.
- McGUINN, Colin. (2000) *Logical Properties: identity, existence, predication, necessity, truth*. Oxford: Oxford University Press.
- MEINONG, Alexius. (2005) "Sobre a Teoria dos Objetos".(trad. Celso Reni Braidá). In: BRAIDA, C. R. *Três Aberturas em Ontologia: Frege, Twardowski e Meinong*. Florianópolis: Rocca Brayde edições. p.93-145. Disponível on-line em: <http://www.cfh.ufsc.br/~braidá/aberturas.pdf> Último acesso: 13/10/2009.
- MENDELSON, Richard L. (2005) *The Philosophy of Gottlob Frege*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MILLER, Barry. (2002) "Existence". In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível on-line em: <http://plato.stanford.edu/entries/existence> Último acesso: 05/01/2010.
- MOORE, G. E. (1970) *Philosophical Papers*. Londres: George Allen & Unwin Ltda.
- PARSONS, Terence. (1980) *Non-Existent Objects*. New Haven: Yale University Press.
- PEARS, David. (1967) "Is existence a predicate?" In: STRAWSON, P. F. (org.) *Philosophical Logic*. Oxford: Oxford University Press.

PUTNAM, Hilary. (1975) *Mind, Language and Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.

QUINE, W. v. O. (1975a) “Sobre o que há”. (in: *Col. Os Pensadores*) São Paulo: Abril Cultural. pp. 223-235.

_____. (1975b) “Existência e quantificação”. (in: *Col. Os Pensadores*) São Paulo: Abril Cultural. pp. 177-190.

_____. (1975c) “Relatividade Ontológica”. (in: *Col. Os Pensadores*) São Paulo: Abril Cultural. pp. 139-162.

_____. (1975d) “Falando de objetos” (in: *Col. Os Pensadores*) São Paulo: Abril Cultural. pp.123-137.

_____. (1975e) “Dois dogmas do empirismo” (in: *Col. Os Pensadores*) São Paulo: Abril Cultural. pp.237-254.

_____. (1997) *The Ways of Paradox and others essays*. Cambridge: Harvard University Press.

_____. (2003) *From a Logical Point of View*. Cambridge: Harvard University Press.

_____. (1950) *Methods of Logic*. Holt, Rinehart and Winston: New York.

_____. (1972) *Filosofia da Lógica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

REICHER, Maria E. (2005) “Russell, Meinong, and the Problem of Existent Non-existents. In: IMAGUIRE, G. & LINSKY, B. (Org.). *On Denoting 1905-2005*. München: Philosophia Verlag. pp. 167-193.

RUSSELL, Bertrand. (1978a) “Da denotação”. (in: *Col. Os Pensadores*) São Paulo: Abril Cultural. pp. 3-14.

_____. (1978b) *A filosofia do atomismo lógico*. (in: *Col. Os Pensadores*) São Paulo: Abril Cultural. pp. 53-135.

_____. (2007) *Introdução à filosofia matemática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (2009) *The Principles of Mathematics*. New York: Routledge.

SEARLE, John. (1996) “Proper Names” in: MARTINICH, A.P. *The Philosophy of Language*. Oxford: Oxford University Press. p.249-254.

STRAWSON, P. F. (1975) “Sobre referir”. (in: *Col. Os Pensadores*). São Paulo: Abril Cultural. pp. 267-286.

van INWAGEN, Peter. (2001) *Ontology, Identity and Modality: essays in metaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (2005) "Existence, ontological commitment, and fictional entities". In: LOUX, Michael & ZIMMERMAN, Dean W. *The Oxford Handbook of Metaphysics*. Oxford: Oxford University Press. pp. 131-157.

ZALTA, Edward. (1983) *Abstract Objects: an introduction to axiomatic metaphysics*. Dordrecht: Reidel.

_____. (1988) *Intensional Logic and The Metaphysics of Intentionality*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

